

João Brígido Bezerra Lima (Coordenador)
José Romero Pereira Júnior
Danilo Borges Dias
Valéria Fachine
José Alejandro Sebastian Barrios Diaz

REFÚGIO NO BRASIL

Integração de Refugiados
e Solicitantes de Refúgio
em Brasília (2019)

ipea

“Quando eu não falava português, passei oito meses sem qualquer ajuda, vendendo água na rua” (sírio, refugiado).

“Não tenho renda. Recebo ajuda das pessoas da comunidade para alimentação e outras necessidades básicas” (cubano, solicitante de refúgio).

“O Brasil não está preparado para receber refugiados formados como eu, pois não é capaz de colocar em prática sua própria lei de refugiados” (cubano, refugiado).

“O Brasil não nos inclui no sistema. Não quero ser um fardo para o país. O Brasil não enxerga que o refugiado pode dar um retorno para o país se o país nos der a possibilidade de mostrar nosso valor” (cubano, refugiado).

“Inúmeras vezes na rua, com minha filha, precisei de algo: comida, assistência, e negaram. Vivia na rua, não sabia quais instituições poderiam ajudar por ser refugiada, inclusive para conseguir documentação” (colombiana, refugiada).

“Tudo é complicado no Brasil: comunicação com órgãos do governo para renovar documentos e dificuldade de locomoção” (síria, refugiada).

“Quero dizer que fui explorada no trabalho e ainda espero receber dinheiro que o patrão ficou me devendo. Trabalhei seis meses e não quiseram assinar carteira, além do assédio moral e da agressividade verbal” (venezuelana, solicitante de refúgio).

“O momento atual que eu vivo está muito difícil por causa do desemprego. Não tenho nada para pagar aluguel, para comer, para vestir. Eu aceitaria qualquer trabalho, mas não encontrei nada até agora” (haitiano, solicitante de refúgio).

“Estava desempregado, precisava pagar aluguel, mas não consegui ajuda de ninguém. E ainda tem o perigo de ser jogado para fora e ter que dormir na rua” (congolês, refugiado).

“Eu acho que o Brasil é um país que realmente oferece muita coisa para os refugiados em geral. Dá, sim, para pensar o futuro aqui no Brasil. Para os estrangeiros, o Brasil é um bom lugar pra morar, e eu acho que os estrangeiros aqui têm um papel importante para dar exemplo ao mundo, para quebrar preconceitos contra os estrangeiros” (turco, solicitante de refúgio).



João Brígido Bezerra Lima (Coordenador)

José Romero Pereira Júnior

Danilo Borges Dias

Valéria Fechine

José Alejandro Sebastian Barrios Diaz

REFÚGIO NO BRASIL

**Integração de Refugiados
e Solicitantes de Refúgio
em Brasília (2019)**

ipea

Rio de Janeiro, 2020

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais


Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>



João Brígido Bezerra Lima (Coordenador)
José Romero Pereira Júnior
Danilo Borges Dias
Valéria Fachine
José Alejandro Sebastian Barrios Diaz

REFÚGIO NO BRASIL

**Integração de Refugiados
e Solicitantes de Refúgio
em Brasília (2019)**

ipea

Rio de Janeiro, 2020

Ficha Técnica

Editores

João Brígido Bezerra Lima
José Romero Pereira Júnior

Equipe Técnica IPEA

João Brígido Bezerra Lima (coordenador)
José Romero Pereira Júnior
Danilo Borges Dias
Valéria Maria Rodrigues Fechine
José Alejandro Sebastian Barrios Diaz
Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochael Garcia
Dina Santos Araújo¹
Vinicius Oliveira Feitosa (estagiário)

Equipe Técnica Conare/MJ²

Bernardo de Almeida Tannuri Laferté (coordenador-geral)
Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves
Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros
Marcelo de Aguiar Cerri

1. Durante o período de 25/9/2018 a 19/8/2019.

2. Composição atual do Conare: Vladimir Passos de Freitas, Secretário Nacional de Justiça (presidente); Ricardo Martins Rizzo (MRE); Thaisa Gois Farias de Moura Santos Lima (MS); Lígia Neves Aziz Licindo (PF/MJ); Eduardo André de Brito Celino (MEC); Lucilene Estevam Santana (ME); Candido Feliciano da Ponte Neto (Cáritas RJ) e José Egas (ACNUR).

Refúgio no Brasil : integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília
(2019) / João Brígido Bezerra Lima (Coordenador). – Rio de Janeiro : Ipea, 2020.

205 p. : il., fotos, gráfs., mapas color.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5635-009-7

1. Refugiados. 2. Migração internacional. 3. Mercado de trabalho. 4. Aspectos sociais. 5. Imigrantes. 6. Políticas públicas. I. Lima, João Brígido Bezerra. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.906914

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva – CRB-7/6844.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Danilo Borges Dias

Bacharel e especialista em relações internacionais; mestre em comunicação social; e doutor em educação. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; e professor na Universidade Católica de Brasília (UCB).

João Brígido Bezerra Lima

Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea a partir de junho de 1980. Coordenador de estudos internacionais na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

José Alejandro Sebastian Barrios Díaz

Bacharel e doutor em relações internacionais. Mestre em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; e professor de relações internacionais no Centro Universitário IESB.

José Romero Pereira Júnior

Bacharel e mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB); pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; e professor assistente do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

Valéria Maria Rodrigues Fechine

Bacharelado em estatística pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); e mestra em estatística e métodos quantitativos e doutoranda em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; consultora em estatística do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e professora da pós-graduação do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
André Zaca Furquim	
INTRODUÇÃO	13
João Brígido Bezerra Lima	
José Romero Pereira Júnior	
Danilo Borges Dias	
CAPÍTULO 1	
METODOLOGIA	17
CAPÍTULO 2	
INTEGRAÇÃO LOCAL: CONTEXTO, CONCEITOS E FUNDAMENTOS.....	35
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM BRASÍLIA EM 2019	49
CAPÍTULO 4	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE A	
SÍNTESE DO PROJETO REFUGIADOS NO BRASIL: DESAFIOS À INTEGRAÇÃO LOCAL	159
APÊNDICE B	
QUESTIONÁRIO.....	165
APÊNDICE C	
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA QUALITATIVA COM AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM COM A INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS.....	181
APÊNDICE D	
TERMO DE CONSENTIMENTO ORAL	183

APÊNDICE E	
RÉGUA DE SATISFAÇÃO	185
APÊNDICE F	
GRÁFICO DE SENTIMENTO ATUAL	187
APÊNDICE G	
FICHA VERDE	189
APÊNDICE H	
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ NAS ENTREVISTAS COM AS INSTITUIÇÕES	191
ANEXO A	
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – IPEA E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	193
ANEXO B	
PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2018 – IPEA/SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA	201

APRESENTAÇÃO¹

A pesquisa sobre a integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília foi realizada em cooperação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública durante 2019 e integra os estudos sobre a questão do refúgio no Brasil, iniciados com a publicação do livro *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*.

Cumprir registrar que essas pesquisas desenvolvidas sobre tal temática se coadunam com os fundamentos e os marcos estabelecidos pela *New York Declaration for Refugees and Migrants*,² de 2016, e os normativos vigentes que regulam o tema.

Em verdade, há muito, o Ipea estuda as questões vinculadas à mobilidade humana e a seus impactos nos centros urbanos, bem como as pressões exercidas nas políticas públicas. Desse modo, ao se constatarem o crescente fluxo de imigrantes haitianos, sírios e congolezes para o Brasil e os inaceitáveis agravos aos seus direitos humanos, associados ao uso de práticas de violência de que são vítimas ao serem forçados a deixar seus países de origem, incluiu-se a temática do refúgio na programação de pesquisas do instituto.

A inclusão desses estudos no plano de trabalho e sua implementação fortalecem a missão do Ipea de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e da disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas.

Ressalte-se que o Brasil mantém registros históricos da presença de refugiados, ainda que não se apresente como destino preferencial de refúgio, tornando-se, entretanto, um destino possível diante das barreiras cada vez mais consolidadas para o ingresso de deslocados com baixa qualificação laboral em países tradicionalmente recipiendários desses fluxos de imigrantes.

Em outras palavras, não se dispõe no país de infraestrutura exclusiva de serviços e tampouco de proteção e apoio ao crescente número de homens, mulheres, crianças e idosos que aqui buscam refúgio. Essa fragilidade ficou evidenciada e tipificada ao se constatar a dimensão do programa orçamentário de governo destinado a apoiar a instalação de albergues para o atendimento de refugiados.³

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7apr>

2. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

3. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira.pdf>.

A partir do trabalho pioneiro de caracterização dos perfis de 4.150 refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare),⁴ o Ipea vem contribuindo para a construção de uma política de refúgio que atenda às necessidades dessas pessoas, bem como possa assistir as comunidades locais que as acolhem.

A pesquisa sobre a integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília impõe-se pelo ineditismo de sua abordagem, já que se constitui no primeiro trabalho que caracteriza e analisa as questões da adaptação dos refugiados em comunidades locais, preconizando sua realização nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Curitiba, capitais de estados que, reunidos, representam 79% do total de refugiados no Brasil.

Esta publicação estrutura-se em quatro capítulos, iniciando-se com a apresentação da metodologia adaptada para as condições predominantes em Brasília; seguindo-se de fundamentos conceituais sobre a integração local dos refugiados e com um capítulo dedicado à análise do trabalho de campo realizado em comunidades locais⁵ mediante entrevistas com 110 pessoas, nacionais de 26 países, sendo 46 refugiados e 64 solicitantes de refúgio; e finalizando com as conclusões.

Entenda-se, ademais, que esta pesquisa traz um olhar mais atento em dimensões como educação, saúde, trabalho, língua portuguesa, redes de apoio, habitação, reunião familiar e soluções temporárias, que indicam potencialidades, caminhos, possibilidades e desafios para a integração de refugiados em Brasília, tendo-se consciência de que essa leitura se renova em todos os seus aspectos, incluindo as variáveis tempo e espaço.

Cabe enfatizar, por fim, ratificando a importância deste trabalho, que a integração local, antes de tudo, assegura a sociabilidade. Apresenta-se segundo leis gerais que não são passíveis de serem aplicadas de maneira totalmente ordenada e assemelhada a todas as pessoas envolvidas. Trata-se da participação sistêmica de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, em um determinado ordenamento preestabelecido, de forma simétrica e com vistas à equalização completa quanto a direitos, deveres e oportunidades entre nativos e refugiados no marco social, político, jurídico, econômico e cultural.

Carlos von Doellinger

Presidente do Ipea

4. Órgão instituído pela Lei nº 9 474, de 22 de junho de 1997.

5. Dezenove regiões administrativas (Águas Claras, Brasília, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirantes, Planaltina, Riacho Fundo I e II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho I e II, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires) e três cidades do entorno (Cavalcante, Luiziânia e Novo Gama).

PREFÁCIO¹

André Zaca Furquim²

O Brasil é reconhecido como um país composto e criado por imigrantes. Como todas as estratégias públicas, as políticas e os programas adotados para a vinda dessas pessoas, a permanência delas em nosso solo e a sua integração à nossa sociedade sofreram alterações ao longo do tempo.

Atualmente, podemos continuar afirmando que nossa pátria se revela acolhedora, sobretudo após a edição da recente Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, normativo no qual foram incorporados princípios da política migratória brasileira e garantias aos imigrantes, consolidando valores já trazidos na Constituição Federal de 1988.

Embora haja clara previsão legislativa pela adoção de política de inclusão social, laboral e produtiva, devemos reconhecer a existência de possíveis pendências e identificar potenciais melhorias a serem executadas. Reconhece-se que o cenário atual se mostra distinto dos já enfrentados, e, por essa razão, o aprimoramento da política e dos programas deve respeitar as diferenças presentes na nova conjuntura.

Nesse sentido, devemos, pois, conhecer o novo quadro que se apresenta, aprofundando-se nos estudos e nas avaliações a respeito da situação do imigrante que chegou recentemente ao Brasil e que procura executar seu sonho de alcançar melhores condições de vida para a família, que o acompanha nessa jornada ou aquela que venha a constituir aqui.

Sabe-se que o Brasil, nos últimos anos, foi muito procurado por pessoas de diversas nacionalidades, destacando-se os fluxos migratórios procedentes do Haiti, da Venezuela, do Senegal, da República Democrática do Congo e da Síria. Em comum, todos esses podem ser considerados movimentos migratórios marcados pela vulnerabilidade de indivíduos que se viram impelidos a deixar abruptamente seus lares, escapando de situações de extrema fragilidade ou perseguição.

Nesse contexto, ao realizar a mudança sem condições de planejamento, por vezes sem conseguir sequer providenciar a produção minimamente necessária de documentação para o início de uma nova vida em outro país, o desafio da

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7pre>

2. Diretor de migração do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

integração da pessoa ora retratada acaba por ser ainda maior se comparado a um imigrante laboral cuja vinda ao país foi planejada e intermediada por alguma empresa empregadora.

Ao vir em condições inicialmente desfavoráveis, o imigrante “econômico” ou refugiado está mais sujeito a sofrer certos preconceitos, suportando restrições no exercício dos direitos que lhe são garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, a nova parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ipea permite a conjugação de esforços na identificação dos principais obstáculos hoje impostos à interação e à consequente integração do imigrante à sociedade brasileira, focando a avaliação das condições para os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em Brasília.

A nova pesquisa, subsequente ao estudo a respeito da caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados, propiciará a reunião de conhecimentos e subsídios necessários à administração pública para o aprimoramento da política migratória nacional, em especial o desenvolvimento de ações destinadas à parcela considerada mais fragilizada. Com isso, por meio da indicação das oportunidades de integração e mapeando-se os desafios a serem superados, teremos condições mais apropriadas de selecionar os caminhos que devemos seguir.

INTRODUÇÃO¹

João Brígido Bezerra Lima²
José Romero Pereira Júnior³
Danilo Borges Dias⁴

Em 2017, o governo brasileiro publicou um estudo inédito com a caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados no Brasil.⁵ Além de trazer à luz informações sobre as características gerais das pessoas acolhidas no país entre 1998 e 2014 ao abrigo da Lei nº 9.474, de 1997, a pesquisa sinalizou o aumento do número de refugiados em território nacional em anos recentes, sugerindo a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção efetiva e de facilitação de sua integração local (Bezerra Lima *et al.*, 2017).

De fato, os últimos anos foram marcados por um crescente número de solicitações e concessões de refúgio no Brasil. Em janeiro de 2019, havia um total de 161.057 solicitações de refúgio em trâmite; e até dezembro de 2018, um acumulado de 11.231 refugiados reconhecidos no país – sendo que, em 2014, esse número somava 7.262 pessoas (Brasil, 2018).

Ocorre, então, que, apesar de frequentemente louvada, seja por seu caráter tripartite, seja por sua modernidade e abrangência,⁶ a lei brasileira de refúgio, em seu título VII, capítulo II, que é dedicado ao tema da integração local, limita-se a tratar de questões atinentes à documentação (art. 43) e facilitação do reconhecimento de certificados e diplomas (art. 44), sem, contudo, prescrever os mecanismos para sua materialização (Brasil, 1997).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7int>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; e coordenador de estudos internacionais na Diretoria Internacional do Ipea.

3. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dinte/Ipea; coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB); e professor assistente do curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco.

4. Pesquisador do PNPD na Dinte/Ipea; especialista em relações internacionais; e professor na UCB.

5. O interesse pelo tema do refúgio no Brasil, contudo, é anterior à publicação do perfil e pode ser remontado, pelo menos, a 2010, com a publicação do primeiro relatório da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). A partir daí, o tema ganhou corpo e se consolidou na agenda de pesquisa da Dinte/Ipea.

6. Ao comentar a legislação brasileira, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), por exemplo, reconhece que, “na região das Américas, o Brasil tem uma legislação de refúgio considerada moderna (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997) por adotar um conceito ampliado para o reconhecimento de refugiados. Para além do conceito estabelecido pela Convenção de 1951, a legislação brasileira também reconhece como refugiado todas as pessoas que buscam segurança diante de situações de grave e generalizada violação de direitos humanos”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Some-se a isso o fato de que o compromisso brasileiro com a proteção e o apoio aos refugiados não se restringe ao disposto na Lei de Refúgio, mas dialoga também com o conjunto de acordos internacionais, tratados e convenções relativos a direitos humanos dos quais o país é signatário, reforçando a já destacada necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção efetiva e de facilitação de sua integração no país.

Nesse sentido, vale retomar o argumento de Holz hacker (2017), que, ao discutir a hipótese de reconhecimento de refúgio no Brasil diante de situação grave e generalizada de violação aos direitos humanos, remete à obrigação do país de não apenas prever em seu ordenamento jurídico o respeito e a garantia dos direitos humanos mas também materializá-lo em sua conduta governamental. A autora cita, a propósito, sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre episódio ocorrido na Colômbia, em que se afirmou que

a obrigação de garantir os direitos humanos consagrados na convenção não se acaba com a existência de uma ordem normativa dirigida a tornar possível o cumprimento desta obrigação, mas comporta a necessidade de uma conduta governamental que assegure a existência, na realidade, de uma eficaz garantia do livre e pleno exercício dos direitos humanos (Holz hacker, 2017, p. 127, tradução nossa).

O caráter geral e abrangente da decisão citada coloca em perspectiva, de modo análogo, a própria suficiência dos dispositivos legais relacionados ao refúgio. Uma mirada mais detida na situação de acolhimento e nas condições de vida dos refugiados em território brasileiro parece reforçar essa tese.

Pesquisa realizada pelo Ipea abordou o tratamento midiático dedicado aos refugiados no Brasil, debruçando-se sobre mais de 10 mil notícias publicadas sobre o tema em três dos principais jornais impressos do país – *O Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (Viana, 2020). Bezerra Lima, Garcia e Fechine (2020), ao focar o tratamento midiático dispensado aos fluxos migratórios de haitianos, sírios e venezuelanos no Brasil, constatam que,

em geral, trata-se de artigos dramatizando os fatos noticiados em que as expressões refugiado e imigrante são utilizadas indistintamente, não havendo preocupação também em caracterizar-se “solicitantes de refúgio” e “refugiados”, *stati* fortemente diferenciados para obtenção da proteção e apoio previstos na Lei Brasileira de Refúgio. (...)

A adoção de material jornalístico nas pesquisas de refúgio no Brasil acrescentou flagrantes das questões e dos desafios vividos pelos imigrantes no olhar da grande imprensa nacional, assinalando temas a serem acolhidos pelos entes governamentais que executam políticas e programas de integração dessas pessoas às comunidades locais brasileiras.

Mais do que a carga dramática atribuída aos textos jornalísticos analisados, destaca-se a emergência de “questões e desafios” atinentes à integração local como tema central a ser abordado como desdobramento dos esforços envidados até o momento para a compreensão do fenômeno do refúgio no Brasil.

Tal como antecipado nas considerações finais do estudo sobre a caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados no Brasil,

a Pesquisa PREBRASIL representa um esforço inicial na identificação de quem são as pessoas que obtiveram o reconhecimento da condição de refugiado pelo governo brasileiro, incentivando, assim, futuros estudos sobre como esses perfis se articulam ao processo de integração em todas as suas dimensões, sociais, econômicas, de cidadania, políticas e culturais, contudo, diversas questões permanecem em aberto (Bezerra Lima *et al.*, 2017, p. 198).

O estudo sobre a midiaticização do refúgio no país foi, nesse sentido, um segundo passo na trajetória da pesquisa conduzida pelo Ipea em busca de compreensão mais profunda do fenômeno do refúgio no país, com vistas a sugerir o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao tema, no momento em que este cresce em relevância.

O terceiro e atual estágio da pesquisa dedica-se, diante do cenário exposto anteriormente, a buscar respostas mais consistentes para a questão da integração local de refugiados em território nacional, visando subsidiar o aprimoramento das políticas públicas da área e possibilitar que a proteção e o apoio aos refugiados no país possam se materializar não apenas na prescrição legal mas também na conduta governamental a ela associada.⁷

Pensado para abordar o tema da integração local de indivíduos em situação de refúgio em território nacional, o estudo foi estruturado em várias etapas, que pretendem somar elementos para a compreensão do fenômeno em nível nacional. A primeira dessas etapas, ora publicada, refere-se à integração local em Brasília.⁸

O texto que se segue apresenta, após esta breve introdução, a metodologia desenvolvida para o estudo – com destaque para os procedimentos de levantamento de dados e as opções de tratamento destes –, uma breve discussão conceitual sobre os temas do refúgio e da integração local e a apresentação da discussão sobre os dados levantados na pesquisa de campo realizada em Brasília, além da conclusão. Assim estruturada, a análise proposta possibilitará apresentar constatações sobre a integração local de indivíduos em situação de refúgio em Brasília, assim como refletir sobre o método e o instrumental adotado na etapa de Brasília, a fim de aprimorá-los para as etapas posteriores da pesquisa.

7. O projeto de pesquisa do qual se origina esta pesquisa deriva do Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre o Ipea e o Ministério da Justiça, publicado em novembro de 2018 no *Diário Oficial da União* (anexo A). Este acordo surge como desdobramento da pesquisa divulgada em 2017, intitulada PREBRASIL, que apresentou o perfil de refugiados localizados no país. Baseado no plano de trabalho assinado entre as partes citadas (anexo B), o projeto (anexo C) objetiva compreender e caracterizar a integração local de refugiados no Brasil, observando, por um lado, as ações institucionais e, por outro, a vivência do público-alvo.

8. Vale destacar que, ao longo do texto, optou-se pelo uso do termo Brasília para a identificação da etapa da pesquisa bem como do espaço coberto pela mostra, embora se reconheça que ambos (etapa e espaço) englobem as regiões mais amplas do Distrito Federal e do entorno, tal como se explicará na metodologia.

METODOLOGIA¹

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre integração local de refugiados no Brasil tem por objetivo caracterizar a condição de vida dos indivíduos em situação de refúgio (refugiados e/ou solicitantes de refúgio), bem como a adaptação deles às comunidades locais brasileiras, com vistas a levantar elementos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para essa população residente no país.

Desenvolvida a partir da parceria com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a pesquisa é um desdobramento do Projeto PREBRASIL, que resultou em um livro sobre o tema, publicado pelo Ipea em 2017 (Bezerra Lima *et al.*, 2017).

Dialogando de perto com o método indutivo e com o empirismo,² este estudo se deriva da observação das condições de vida de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, buscando a compreensão do fenômeno da integração local dessas populações no país, a fim de viabilizar a proposição de aprimoramentos nas estruturas de acolhimento e na própria legislação sobre o tema, quando couber.

Nesse sentido, lançou-se mão de elementos de pesquisa exploratória³ – na medida em que objetiva “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 1999, p. 43), no caso, a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil –, reconhecendo a insuficiência das informações disponíveis até o momento sobre o tema e buscando viabilizar a proposição de hipóteses de trabalho que contribuam tanto para as etapas futuras da pesquisa quanto para o enfrentamento de eventuais gargalos. Foram incorporados, ademais, elementos de pesquisa descritiva, objetivando uma melhor caracterização do fenômeno em pauta. Afinal, como destaca Gil (1999, p. 44) “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap1>

2. Para uma visão sintética sobre o tema, recomenda-se Gil (1999).

3. Vale observar, de modo complementar, o entendimento do aspecto exploratório (Marconi e Lakatos, 1996) com aquele associado à finalidade de aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre a integração local do público-alvo, formulando aspectos para análises (Mattar, 1996).

Reconhecendo a grandeza do desafio proposto e a natureza complexa do fenômeno a ser estudado, com a sobreposição dos diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal) interferindo na condução do tema, e o envolvimento de organismos internacionais e organizações não governamentais (ONGs) na condução da temática, a pesquisa foi pensada em diferentes etapas. De saída, entendeu-se que a integração local no Brasil ocorre em localidades específicas, cujas especificidades precisam ser consideradas na análise do fenômeno em nível nacional.

O primeiro passo dado pela equipe de pesquisadores do Ipea foi recorrer aos dados oficiais disponíveis para compor o universo da pesquisa, em particular aqueles publicados pelo Conare.⁴

Inicialmente, imaginava-se abordar exclusivamente os indivíduos com *status* de refugiado.⁵ Os antecedentes angariados nessa temática, contudo, revelaram uma dilatação do tempo de espera desse reconhecimento por parte do governo, de tal modo que abordar tanto refugiados quanto solicitantes de refúgio mostrou-se mais oportuno para captar a integração de migrantes que estão relacionados com o instituto do refúgio no Brasil. Além disso, constatou-se que incluir os solicitantes na amostra permitiria uma compreensão mais coerente com a realidade, pois captaria os fluxos migratórios recentes, seja de refugiados, seja de solicitantes ao *status* legal de refugiado. Assim, foram considerados, na definição da população-alvo, indivíduos que solicitaram refúgio até 2018, cujos casos tivessem sido deferidos ou que ainda estivessem aguardando o parecer do Conare.

A partir da análise dos dados disponibilizados pelo Conare (Brasil, 2018),⁶ adotou-se uma amostra intencional por cotas,⁷ que levou em consideração a representatividade da população refugiada e solicitante de refúgio nas principais nacionalidades. O cálculo da amostra baseou-se na fórmula a seguir.⁸

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + z^2 \cdot p \cdot (1-p)} \quad (1)$$

4. Utilizou-se, nesse sentido, a terceira edição do *Refúgio em Números* (Brasil, 2018), a mais recente na data do início da pesquisa.

5. Isso significa que, para compor a amostra, seria necessário que o solicitante de refúgio já tivesse recebido, do Estado brasileiro, o reconhecimento de seu pedido.

6. Mais informações disponíveis em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

7. Cogitou-se, inicialmente, estabelecer uma amostra probabilística, o que se mostrou inviável em virtude das inconsistências encontradas nos dados cadastrais disponíveis.

8. Amostragem para populações finitas com base na estimativa da proporção, descrita em Bolfarine e Bussab (2005). Na fórmula, N é o quantitativo total de 5.134 refugiados ativos e 33.866 solicitantes de refúgio em tramitação (Brasil, 2018); z é o valor crítico de 1,96, que corresponde ao grau de confiança de 95%; e é a margem de erro máximo da estimativa de 5%; p é a estimativa da proporção de 50% para pertencer à categoria em estudo; e n é o tamanho amostral de 727 pessoas em situação de refúgio nas localidades selecionadas para a pesquisa.

O tamanho populacional abarcou o quantitativo de refugiados e solicitantes de refúgio divulgado na publicação do *Refúgio em Números*, já mencionada, resultando na estimativa amostral de 727 pessoas em situação de refúgio nas principais cidades de acolhida do Brasil. O quantitativo foi calculado em duas partes. A primeira para o público de refugiados e a segunda para os migrantes solicitantes de refúgio.

O plano amostral foi, então, estabelecido, levando-se em conta a representatividade das localidades escolhidas para a compreensão do fenômeno da integração local no Brasil (tabela 1).

TABELA 1
Refúgio no Brasil: plano amostral

Municípios	Refugiados	Solicitantes	Total
São Paulo (São Paulo)	236	187	423
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	45	47	92
Curitiba (Paraná)	33	47	80
Manaus (Amazonas)	4	29	33
Brasília (Distrito Federal)	37	62	99
Total	355	372	727

Elaboração dos autores.

Definida a amostra do universo de interesse, a primeira etapa da pesquisa, realizada em Brasília, foi planejada para contemplar as principais nacionalidades em cada situação de refúgio (tabela 2).

TABELA 2
Integração de refugiados em Brasília: amostra planejada, por nacionalidade e *status* do respondente (2019)

Nacionalidade	<i>Status</i> do respondente		Total
	Refugiados	Solicitantes	
Bangladesh	0	4	4
Colômbia	0	3	3
Congo	0	3	3
Cuba	0	4	4
Gana	0	3	3
Paquistão	7	4	11
República Democrática do Congo	6	0	6
Síria	10	0	10
Outras	14	41	55
Total	37	62	99

Elaboração dos autores.

Entre 24 de maio e 25 de julho de 2019, foram aplicados 120 questionários, entre pré-teste e a pesquisa de campo propriamente dita, subsidiando a análise que é desenvolvida neste estudo.

Vale observar que, embora se tenha optado por manter a denominação Brasília para essa etapa, a transição do esforço de campo de uma pesquisa centrada em Brasília para uma abrangendo o Distrito Federal observou a adoção de uma visão orgânica do espaço geográfico na aplicação dos questionários. Preliminarmente, entendeu-se a noção de localidade⁹ como o espaço territorial em que a população em situação de refúgio deve se integrar e buscar as soluções para o seu dia a dia nos mais variados campos (habitação, educação, saúde, trabalho etc.).

Nesse sentido, em termos territoriais, nessa etapa da pesquisa, não houve distinção entre refugiados e solicitantes de refúgio que moram efetivamente em Brasília, no Distrito Federal ou na mais ampla Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).¹⁰

Assim, a amostra contou com representações em dezenove RAs do Distrito Federal e três cidades do entorno (Cavalcante, Luziânia e Novo Gama) localizadas no estado de Goiás. As RAs de São Sebastião, Samambaia, Brasília e Taguatinga correspondem, juntas, a 56% do total pesquisado, segundo o local de moradia informado no questionário (mapa 1).

Várias etapas e procedimentos contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa em sua etapa inaugural, desde a elaboração do questionário, a definição da amostra e a aplicação do questionário até a identificação das estruturas de acolhimento, o estabelecimento de diálogo com parcela delas e a análise dos dados e informações coletados.

O texto debruça-se, doravante, sobre o modo como se desenvolveu o trabalho e sobre as opções metodológicas e analíticas adotadas ao longo dessa etapa da pesquisa.

Nesse sentido, decidiu-se, primeiramente, por retomar as origens do estudo, explicitando a trajetória da pesquisa desde a sua gênese. Em seguida, são compartilhados os entendimentos sobre os procedimentos empregados, juntamente com a definição das técnicas utilizadas para a coleta dos dados. Na sequência, são apresentados os principais aspectos da coleta de dados, bem como a proposta

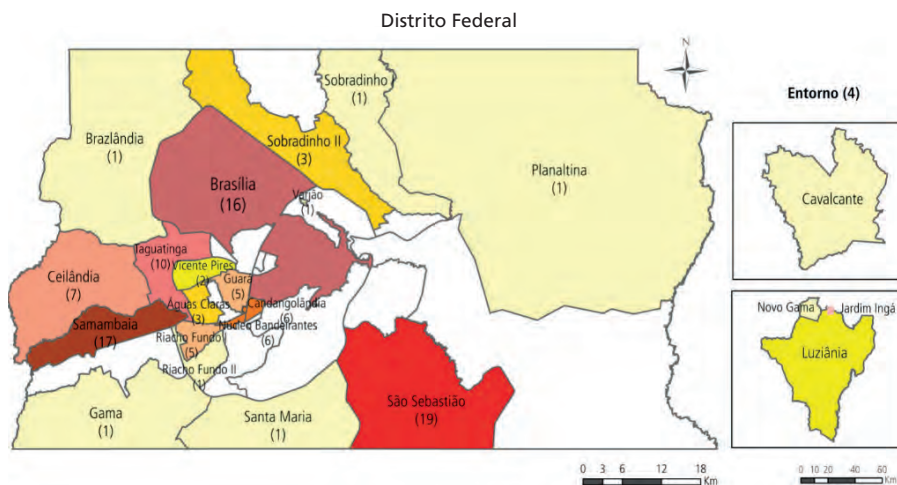
9. O local de moradia foi informado pelo entrevistado, não se prevendo representação amostral por região, região administrativa (RA), bairro ou qualquer outra divisão setorial.

10. A Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece, em seu art. 1º, § 1º, que a RIDE "é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no estado de Minas Gerais". Disponível em: <encurtador.com.br/lvM04>.

de abordagem analítica que estruturará a posterior leitura sobre a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília. O capítulo encerra-se com uma reflexão sobre a relação entre a metodologia e a abordagem analítica aplicada à pesquisa.

MAPA 1

Integração de refugiados em Brasília: distribuição amostral dos refugiados e solicitantes de refúgio segundo local de moradia (2019)



Elaboração dos autores.

2 A ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO, O TREINAMENTO DE PESSOAL E O PRÉ-TESTE

Estabelecidos o objetivo geral da pesquisa e a amostra a ser buscada na primeira etapa da pesquisa em Brasília, optou-se pela técnica de aplicação de questionários para a coleta de dados, a ser usada como subsídio prioritário para a formulação da análise e para o conhecimento da realidade local.

O instrumento de coleta de dados (apêndice B) foi construído com referência nas classificações sobre trabalho, educação e nacionalidade abordadas em Bezerra Lima *et al.* (2017). Posteriormente, foram identificadas contribuições de questionários utilizados em outras pesquisas (Tanuri, 2010; Bezerra, 2013; Simões, 2017; Matos, 2011; Santos, 2014). Além disso, as perguntas de contexto familiar foram baseadas no censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após a definição da amostra e a finalização do questionário, esforços foram realizados para a aplicação do pré-teste.¹¹ A partir da formação da equipe que conduziria a aplicação da pesquisa de campo (pré-teste e aplicação dos questionários),¹² em 23 de maio de 2019, os pesquisadores do Ipea conduziram o treinamento dos entrevistadores.

O treinamento visou à capacitação teórica e técnica para a aplicação do questionário, abordando os seguintes temas: *i*) direitos humanos às migrações e ao refúgio; *ii*) abordagem direta a pessoas em situação de vulnerabilidade (especificidades da mobilidade humana e atenção ao protagonismo de migrantes e refugiados); *iii*) elementos metodológicos para a abordagem direta na aplicação dos questionários; *iv*) introdução ao questionário e apresentação do manual, para subsidiar o entrevistador no ato da aplicação das perguntas, bem como das ferramentas auxiliares;¹³ *v*) treinamento da ferramenta digital;¹⁴ e *vi*) simulação de aplicação de questionário e esclarecimentos de dúvidas.¹⁵

A realização do pré-teste, nos dias subsequentes ao treinamento, teve como objetivo produzir uma análise crítica para aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados da pesquisa, bem como antever problemas que a aplicação no campo pudesse manifestar. A amostra pretendida para a etapa Brasília correspondeu, inicialmente, a 10% da amostra total, ou seja, dez indivíduos, e iniciou-se em 24 de maio de 2019, sendo concluída, com êxito, em 30 de maio.

A aplicação do pré-teste efetivou-se mediante contatos com sujeitos encontrados por redes de amizade, referenciados por outros respondentes, e por meio de articulações com a Casa de Direitos da Cáritas Brasileira, para onde solicitantes de refúgio e refugiados se dirigem na busca por serviços de apoio, documentação e para participar de cursos.¹⁶

11. A intenção na etapa do pré-teste foi averiguar na prática a aplicação do questionário. Assim, testou-se o instrumento e partiu-se para os ajustes necessários, a fim de se alcançar uma coleta de dados harmoniosa e eficiente.

12. Diante do número reduzido de pesquisadores do Ipea engajados na pesquisa e da necessidade de rápida aplicação dos questionários, optou-se pela terceirização da aplicação do instrumento, tendo sido contratado, em maio, o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), ao qual coube, sob a supervisão do Ipea, a aplicação dos questionários, incluindo o pré-teste.

13. Termo de consentimento (apêndice D), régua de graus de dificuldade (apêndice E), círculo colorido para a identificação do sentimento atual do entrevistado (apêndice F), ficha verde para o contato em desdobramentos futuros da pesquisa (apêndice G).

14. Os questionários foram aplicados por meio eletrônico (*tablets*), mediante uso de *software* em linguagem Limesurvey (*software* livre para a aplicação de questionários *on-line* escrito em PHP).

15. A fase de treinamento constituiu uma etapa fundamental para a realização do pré-teste, visto que nessa ocasião todo o material e as perguntas foram discutidos com a equipe de entrevistadores para alcançar, de forma adequada, a população-alvo, despertando nela o interesse em colaborar com a pesquisa.

16. Para o monitoramento do desenvolvimento do pré-teste, foram adotadas ferramentas específicas: um caderno para cada entrevistador realizar anotações durante as atividades de campo, sendo as anotações repassadas para o relatório de campo em formato digital; e uma planilha em Excel (um *software* desenvolvido pela Microsoft para organização de dados, formatação de planilhas e cálculos), compartilhada no Google Drive, para o registro dos dados relativos ao contato e à realização dos encontros nos quais foram aplicados os questionários. O arquivo em Excel com os dados relativos ao mapeamento de aplicação dos questionários foi, então, compartilhado com a coordenação da pesquisa no Ipea para o devido acompanhamento.

Onze pessoas de seis nacionalidades diferentes responderam ao pré-teste, sendo quatro refugiados e sete solicitantes de refúgio (tabela 3). Dessas respostas, dez foram validadas, visto que uma delas referia-se ao mesmo núcleo familiar.¹⁷

TABELA 3
Integração de refugiados em Brasília: amostra pré-teste, por nacionalidade e perfil do respondente (2019)

Nacionalidade	Perfil do respondente	
	Refugiado	Solicitante
Bangladesh	1	1
Congo	-	1
Paquistão	2	-
República Democrática do Congo	-	1
Togo	1	1
Venezuela	-	3

Elaboração dos autores.

A etapa do pré-teste apresentou elementos que justificaram a atualização do questionário. Após a conclusão do pré-teste, os ajustes no questionário e a atualização no *software*, os pesquisadores retornaram ao campo para a coleta da amostra efetiva, estabelecendo-se um novo planejamento amostral, detalhado por nacionalidade e *status* migratório.

3 A PESQUISA DE CAMPO EM BRASÍLIA

O levantamento dos dados resultou na aplicação de mais 110 questionários em Brasília, superando os números inicialmente previstos na amostra pretendida. Desses indivíduos, 46 tinham *status* de refugiados e 64 eram solicitantes de refúgio.

A aplicação de um número de questionários superior ao previsto para o campo em Brasília se justifica por dois motivos.

- 1) Dada a dificuldade de encontrar indivíduos de algumas das nacionalidades predefinidas instrumentalizou-se a disponibilidade daqueles mais receptivos para, por um lado, a partir da técnica bola de neve, alcançar os perfis desejados e, por outro, contabilizá-los para o cumprimento da amostra, caso houvesse a necessidade de flexibilização.
- 2) Não dispensar o encontro, uma vez que o compromisso já havia sido pactuado entre respondente e entrevistador, respeitando, portanto, sua participação

17. Essa opção decorreu do fato de o questionário aplicado reservar espaço para o reconhecimento e a descrição do grupo familiar, com a descrição de algumas de suas características gerais. Buscou-se, com o descarte, evitar a dupla contagem de dados na amostra.

e cooperação para a realização da pesquisa, ainda que o respondente fosse de uma nacionalidade cujas cotas já tivessem sido alcançadas.

A flexibilização da amostra foi necessária, fato que se explica pela dinamicidade da mobilidade humana e pelas dificuldades inerentes ao tipo de pesquisa de campo.

Assim, dificuldades para encontrar pessoas provenientes da Colômbia e do Congo-Brazzaville levaram à inclusão na amostra de solicitantes de refúgio de Nigéria, Senegal, Haiti e Líbano, seguindo critérios de representações nas principais nacionalidades declaradas em Brasília. Com base nisso, foi possível compor o quadro final do campo em Brasília (tabela 4).

TABELA 4
Integração de refugiados em Brasília: amostra realizada, segundo nacionalidade e status (2019)

Nacionalidade	Refugiado	Solicitante de refúgio	Total
Afganistão	1	0	1
Bangladesh	2	3	5
Benin	0	1	1
Bolívia	1	0	1
Cabo Verde	1	0	1
Camarões	0	1	1
Colômbia	2	0	2
Costa do Marfim	0	2	2
Cuba	3	4	7
Filipinas	1	0	1
Gana	2	9	11
Haiti	1	1	2
Irã	1	0	1
Iraque	2	0	2
Líbano	0	1	1
Marrocos	1	0	1
Nigéria	0	2	2
Palestina	0	1	1
Paquistão	7	4	11
Paraguai	1	0	1
República Democrática do Congo	6	1	7
Senegal	0	2	2
Síria	10	4	14
Togo	2	3	5
Turquia	0	4	4
Venezuela	2	21	23
Total	46	64	110

Elaboração dos autores.

Para concluir a amostra, a contribuição de instituições e indivíduos que atuam com migrantes e refugiados em Brasília foi fundamental. Centenas de pessoas foram contatadas, sem as quais a finalização da amostra não teria sido possível. A parceria com a Casa de Direitos da Cáritas Brasileira do Distrito Federal e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e contatos com lideranças e entidades que realizam atividades com migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio, assim como com associações e grupos étnicos, exerceram papel de atores-chave para viabilizar a comunicação dos pesquisadores com o público-alvo. Além dos contatos fornecidos por estes atores, foram realizadas ainda visitas a mesquitas, igrejas, restaurantes, lojas e eventos em que haveria possibilidade de encontrar os perfis requeridos pela amostra.

Durante a realização da pesquisa de campo, registrou-se o esforço em diversificar o público-alvo nos aspectos de gênero, idade e outros perfis de alteridade. Em relação a gênero, 26 mulheres e 94 homens responderam ao questionário,¹⁸ dado que mostra a dificuldade para alcançar perfis femininos.

Outro aspecto referente à aplicação dos questionários diz respeito ao uso de outras línguas que não o português para estabelecer a comunicação com os interlocutores. A maior parte dos questionários foi respondida em português. Contudo, aproximadamente um terço dos indivíduos respondentes optou por uma comunicação em uma língua na qual se sentiria mais confortável, ou contou com um intérprete de sua confiança. Desse modo, contabilizaram-se nove respostas em espanhol, onze em francês, dezessete em inglês e outras duas com suporte de intérprete. Portanto, a habilidade dos entrevistadores para estabelecer o diálogo em outros idiomas foi fundamental para alcançar esse público.

Por fim, vale mencionar que o questionário dispunha de uma etapa para averiguar se os respondentes gostariam de colaborar em outras etapas da pesquisa, as quais podem ser constituídas por grupos focais, entrevistas em profundidade, entre outras. No total, foram contabilizadas 79 fichas com contatos e autorização para etapas posteriores.

Com os dados coletados, foi possível organizar uma base de dados consolidados, o que demandou analisar se todas as questões foram respondidas, se as respostas abertas foram digitadas coerentemente e se o entrevistador seguiu corretamente as instruções de preenchimento, etapas necessárias para a verificação da amostra.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se uma tabulação eletrônica, na qual cada questão foi transferida para uma planilha no Excel. Os dados foram organizados e

18. Consideradas as fases de pré-teste e campo.

migrados para o *software* estatístico SPSS,¹⁹ a fim de elaborar gráficos que facilitassem a análise dos resultados.

Complementarmente à aplicação dos questionários, a pesquisa de campo envolveu, de modo exploratório, a busca por diálogo com as instituições que se dedicam ao tema dos refugiados em Brasília, com vistas a tentar mapear a oferta de serviços disponíveis bem como os atores responsáveis por essa oferta.²⁰

Com o apoio do Conare e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),²¹ e partindo do contato prévio da equipe de pesquisadores com algumas dessas instituições, foi possível compor uma listagem inicial de consulta para o mapeamento do apoio local prestado aos refugiados.

A partir daí, foi elaborado um roteiro comum de entrevista (anexo E), com nove instituições com atuação no tema de refúgio em Brasília contatadas.²² O objetivo, nessa etapa, foi levantar a oferta de serviços disponíveis que poderiam ajudar no processo de integração local, a fim de poder identificar, posteriormente, em contraponto com os achados do questionário, eventuais lacunas entre o provimento de serviços e o acesso do público-alvo a eles.

4 A OPÇÃO DE ABORDAGEM ANALÍTICA

Para a estruturação da análise, foi necessário adotar alguns entendimentos prévios, bem como configurar um quadro geral do contexto local de integração. Nesse sentido, optou-se por iniciar a análise (capítulo 3) por uma breve discussão sobre refúgio e integração local, com vistas a formar, ancorando-se em um diálogo com a literatura, um entendimento preliminar sobre integração local.

Em seguida, o ineditismo da pesquisa de campo realizada pelo Ipea para a abordagem da questão da integração local em Brasília impôs a proposição de uma leitura estruturante da análise dos dados (capítulo 4), fundada nos aspectos essenciais que são apresentados a seguir.

19. IBM SPSS Statistics – *software* estatístico que possui uma interface de acesso com ampla variedade de recursos, incluindo relatórios analíticos, facilitando o gerenciamento e o compartilhamento de seus resultados.

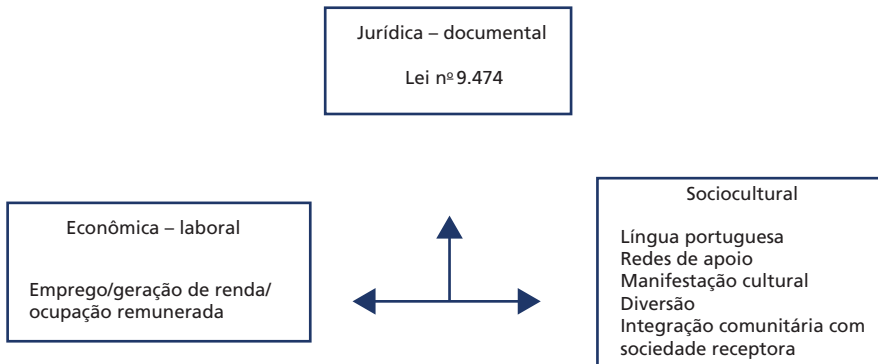
20. Optou-se, nesse sentido, pela utilização de pesquisa em profundidade, com entrevistas não estruturadas. Ver, a propósito, Straus e Corbin (2008).

21. A equipe de pesquisadores agradece, em especial, ao senhor Nikolas Pirani, do ACNUR, pela contribuição nesses contatos e na realização de parte das entrevistas.

22. A saber: Conare; ACNUR; Defensoria Pública da União (DPU); IMDH; Cáritas; Secretaria de Trabalho do Distrito Federal (SeTrab) – Diretoria de Gestão de Fundos de Geração de Emprego e Rendas; Universidade Católica de Brasília (UCB); Aldeias SOS Brasil; e Observatório das Migrações (ObMigra). De maneira insistente e sistemática, foi tentado contato com outras secretarias do governo do Distrito Federal, além da SeTrab, reconhecendo sua centralidade (potencial, ao menos) na condução do processo de integração local. Contudo, não se obteve êxito. Vale observar que as entrevistas foram gravadas, estando o termo de autorização para gravação disponível no apêndice H.

Primeiro, a integração local pode ser percebida como fenômeno multidimensional, em que cada dimensão sugere considerar um conjunto próprio de fatores para sua materialização (figura 1).

FIGURA 1
Dimensões da integração local



Elaboração dos autores.

Na análise proposta, a opção pelo reconhecimento das dimensões jurídica-documental, econômica-laboral e sociocultural resulta do diálogo com as respostas aos questionários e emerge do próprio processo de estruturação da pesquisa, indicando os caminhos da compreensão do fenômeno estudado.

Segundo, tendo em conta a multidimensionalidade do fenômeno, a análise da integração local deve ser feita de modo transversal, reconhecendo-se a interpenetração temática e a impossibilidade de isolamento das respostas para sua plena compreensão. Essa constatação, no entanto, não impossibilitou a proposição de diferentes eixos analíticos para a estruturação da análise. Assim, a análise de dados contempla nove etapas, ou eixos analíticos, que buscam identificar as principais dimensões da integração local dos refugiados em Brasília. São elas: *i*) documentação; *ii*) gênero; *iii*) educação e língua portuguesa; *iv*) geração de renda, emprego e trabalho; *v*) redes de apoio; *vi*) acesso à saúde; *vii*) habitação e moradia; *viii*) reunião familiar; e *ix*) expectativas.²³

Os eixos propostos contribuirão para que, ao final, se possa revisitar, a partir da experiência de refúgio em Brasília, o tema da integração local – o que, de todo modo, possibilitará fundamentar as considerações finais no sentido de aprimorar

23. A ordem proposta é meramente para fins de simplificação da realidade. Admite-se que o cotidiano e a vida dos refugiados em Brasília possuem dinâmicas próprias e obstáculos à integração que podem se apresentar e se diluir com mais ou menos facilidade, a depender das circunstâncias, sendo forçoso reconhecer a natureza multidimensional do processo. As dimensões propostas para a análise encontram respaldo em fontes e autores consagrados, como Ager e Strang (2004; 2008). Ao mesmo tempo, objetivam um olhar próprio e focado em uma abordagem local da integração, igualmente, local.

políticas públicas apropriadas, sem perder de vista a contribuição que as lições aprendidas nessa experiência piloto de levantamento possam dar para as etapas subsequentes da pesquisa.

O resgate de elementos contextuais que remetam à conjuntura econômica e social de Brasília, com vistas ao estabelecimento de um pano de fundo comparativo para a análise do processo de integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, é componente adicional a ser explorado no capítulo 4.

Entende-se, também, que a identificação do perfil das pessoas em condição de refúgio em Brasília (refugiados e solicitantes), com seu eventual cotejamento com estudos anteriormente publicados, é ferramenta útil na compreensão do fenômeno em pauta, sendo resgatada no capítulo analítico.

Uma vez apresentada a análise dos dados coletados em Brasília, conforme anteriormente descrito, as considerações finais se dedicarão a apresentar observações que possam ser testadas posteriormente em outras etapas da pesquisa nacional, assim como refletir sobre o processo, o método e os procedimentos adotados na etapa Brasília, direcionando e ajustando os instrumentos para a próxima etapa da pesquisa, a ser realizada na cidade de São Paulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA METODOLOGIA À ABORDAGEM ANALÍTICA

O ato de pesquisar é, antes de tudo, um ato de se conhecer e de se relacionar com o mundo. Essa relação está baseada no experimento, na percepção, na observação, na descrição, na teorização, na empiria e nas demais variadas leituras que se estabelecem entre o observador-pesquisador e os sujeitos de pesquisa (Minayo, 2011).

Esses movimentos se fazem presentes durante todo o percurso investigativo, iniciando-se na formulação das bases que geram o problema da pesquisa, apresentando-se em seus objetivos, evidenciando-se na escolha metodológica e, também, mostrando-se mais presentes na coleta e, especialmente, na análise de dados. Isso é o que possibilita a criação de um panorama que ofereça caminhos que aproximem o investigador da realidade em observação (Minayo, 2011). É nesse sentido que a análise dos dados aparecerá como um ponto central, possibilitando arranjos que consolidam discursos organizados em categorias previamente esboçadas e previstas com o intuito de organizar e dar dinamicidade a uma narrativa específica.

Tal narrativa se concentra na integração local de refugiados, partindo de um propósito, de um sentido, de uma intencionalidade, de uma leitura de mundo típica do próprio ato investigativo, que não é, e jamais será, isenta, neutra ou imparcial, como afirma Japiassu (1975).

Trata-se de uma verificação, contudo, que não impossibilita a manutenção do rigor metodológico e o questionamento constante às próprias convicções que

geraram a pergunta de pesquisa e que conduziram suas hipóteses. O olhar vigilante às incompletudes das próprias premissas que geraram o início dos estudos deve submetê-las regularmente à revisão. Assim, as premissas da integração podem se manifestar e ser remodeladas a partir de novos olhares e de novos arranjos a cada nova circunstância que se imponha sobre elas, especialmente quando se abre a possibilidade de considerar a existência de “pontos cegos” (incompletudes e lacunas) não identificados ao longo do processo investigativo inicial.

Talvez explicar isso desde já seja mais adequado – e honesto, cientificamente falando – que forçar a condução de um processo calcado em pressupostos que dimensionem a integração a uma perspectiva dogmática, enclausurada, estática e amorfa, especialmente quando observada em diferentes contextos de tempo e espaço.

A integração local de refugiados se apresenta com diferentes desafios de país para país, e até dentro de um mesmo país, dificultando o tratamento do tema como um evento único e de dimensões iguais para todas as circunstâncias. Essas reflexões iniciais têm o intuito de evidenciar o percurso metodológico usado para a análise de dados da etapa Brasília, buscando conhecer o que há de próprio da região e o que pode ser parâmetro para as próximas fases.

Postas essas necessárias e iniciais palavras, cabe refletir acerca das abordagens metodológicas, técnicas de análise e, ainda, dos instrumentos de coleta utilizados ao longo do processo investigativo. Essa reflexão busca conduzir o leitor pelos caminhos usados e pelas escolhas adotadas na construção do discurso que se efetivou antes, durante e depois do trabalho de campo.

A marca maior desse percurso, ou dos caminhos adotados, pode ser mais bem traduzida pelo pluralismo metodológico que compôs a leitura proposta do fenômeno estudado. Essa pluralidade de caminhos encontra vazão no conjunto de ideias defendido ao longo da obra de autores como Paul Feyerabend, especialmente quando ele destaca que não existe um único método científico de caráter universal e definitivo para todas as tentativas de aproximação da realidade (Feyerabend, 2011).

Essa perspectiva ajuda a observar o fator da integração local com o mesmo dinamismo defendido pelo autor em termos de concepção metodológica. A integração local de refugiados, assim como parte das ideias do autor austríaco, por mais que apresente regularidades, tem uma essência própria quando se pensa na falta de padronização de contexto para contexto e em diferentes momentos.

Ainda de acordo com os pressupostos de Feyerabend (2011), romper com regras estabelecidas, especificamente aquelas defendidas pela unicidade metodológica e pelo universalismo aplicado a todas as situações que muito mais enclausuram que criam caminhos, é uma das formas dispostas na busca de revelar os fenômenos que ocorrem no tempo e no espaço. Assim, a leitura dos dados que

serão apresentados no capítulo 4 foi conduzida a partir de caminhos variados e com olhares diversos, evidenciando as complementaridades entre abordagens quantitativas e qualitativas, sem se esquecer da possibilidade de suas próprias limitações, mas também evidenciando sua potencialidade.

O aspecto quantitativo ficou a cargo de uma primeira etapa do trabalho de campo, realizado junto a cem refugiados e solicitantes de refúgio. Para essa população, aplicou-se um questionário com vistas à obtenção de respostas que buscavam mapear a vida dessas pessoas em Brasília, objetivando verificar peculiaridades e, possivelmente, explicitar algumas obviedades que pudessem ser confirmadas pelos números, acerca do processo de integração na comunidade local. As técnicas usadas para o tratamento dos dados passaram pela criação de categorias, via tratamento estatístico e numérico, para auxiliar no entendimento do fenômeno que se evidencia no cotidiano de Brasília.

Vergara (2007) destaca que esse caminho facilita a apuração de opiniões conscientes de um determinado grupo de pessoas acerca de como observam o seu entorno. De maneira mais discreta, as vozes desses refugiados e solicitantes também emergem em meio a números e estatísticas que os representam como grupo, como bloco, como um conjunto que percebe a realidade por meio das categorias uniformes criadas pelas perguntas que compuseram o questionário. Essas vozes abrem espaço para a fala individualizada e particularizada do sujeito fora da massa, possibilitando uma primeira aferição para a particularidade da impressão de cada pessoa. Todas essas questões foram representadas em gráficos, tabelas e desenhos para que ajudassem na visualização e na sistematização das informações, fornecendo um panorama complexo que permitisse a montagem do mosaico observacional-analítico proposto nesta pesquisa.

Já o aspecto qualitativo complementa os questionários com as entrevistas em profundidade realizadas com representantes das entidades de Brasília que atuam, ou têm potencial, para oferecer algum tipo de serviço específico ao público em questão, buscando conhecer como o mesmo fenômeno se revela pela fala e pela impressão de pessoas, agentes, instituições e entidades que lidam com ele.²⁴

Algumas das variáveis que justificaram a busca por tais entidades são: a relevância do trabalho que desempenham ao longo dos anos, a natureza da proposta de ação e o alcance social desse trabalho.

24. As entrevistas em profundidade se efetivam na concepção de que o entrevistado tem liberdade para expor suas ideias sobre os temas propostos nas perguntas. As perguntas estão coadunadas com os objetivos da pesquisa, trabalhando também para o entendimento/resposta da problemática previamente estabelecida. Nessa técnica, respostas objetivas não são bem-vindas, pois a ideia é justamente aprofundar um olhar de um agente específico sobre uma temática específica (Boni e Quaresma, 2005).

Para o entendimento de integração local adotado nesta pesquisa, foram contatadas instituições com afinidade com as bases aqui propostas. Elas dialogam com as dimensionalidades estipuladas (jurídica-documental, econômica-laboral e sociocultural), extrapolando por vezes essa simplificação da realidade e contribuindo para o entendimento do fenômeno da integração local. Nesse sentido, o contato com elas pode ser útil, também, nos eventuais ajustes futuros para as etapas subsequentes à presente abordagem de Brasília.²⁵

Ao se buscar compreender a integração local, esses agentes e instituições assumem grande importância como interlocutores, contribuindo para a reflexão sobre o processo de integração local. Dinamizar os olhares que tocam o tema refugiados no Brasil e em Brasília pede que esses órgãos, instituições e atores também se manifestem, contribuindo com a amplitude da discussão e observação setorial dos elementos estipulados.

O zelo investigativo, evidenciado na preocupação em abrir espaços para que todos os interessados se manifestassem, teve por finalidade evitar uma leitura única dos fatos, de maneira que não se incorresse no perigo de se ter uma história única, narrada e analisada a partir de um único lado, somente por uma parte de quem a faz, ou, como destaca Adichie (2010), para que a integração em Brasília não fosse contada por um único agente.

A partir do depoimento de atores locais envolvidos no processo de acolhida e proteção aos refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, o método usado para o tratamento das entrevistas foi o da análise do discurso, obedecendo à conexão que Orlandi (2009) chama de língua-pensamento-mundo, vertente consolidada pela escola francesa. Esses elementos estruturantes da análise discursiva estão assentados em questões definidoras do lugar de onde o sujeito emite seu discurso e de sua visão de mundo – no caso, a visão de mundo da integração local em Brasília.

O sujeito da fala usa a língua e a linguagem em diferentes abordagens discursivas em torno de sua prática social. Entender essa prática é entender o contexto – e vice-versa.²⁶ Busca-se, com isso, compreender como as narrativas são formuladas, expostas e contrapostas umas às outras, sejam elas oriundas dos refugiados, sejam elas de outros agentes participantes desse processo, tendo a

25. As falas das instituições, assim como as falas pontuais dos refugiados, aliadas aos números e dados estatísticos, surgem entrelaçadas umas às outras, ilustradas por vezes pela literatura especializada e refletidas à luz dos objetivos da pesquisa. Todas as interfaces obtidas passaram pelo livre consentimento de refugiados e instituições, tendo como instrumento formal um termo que foi assinado no ato de cada uma das atividades de campo ao longo dos últimos meses. Para um maior detalhamento desses documentos, eles se encontram nos anexos desta publicação. Como forma de preservar o anonimato dos refugiados respondentes, optou-se por identificar a fala pela nacionalidade e pelo *status* documental (refugiado ou solicitante). Quando se confrontou com determinada nacionalidade e o mesmo *status* concentrados no mesmo bloco de análise, optou-se em diferenciá-los por letras, como: “refugiado A”, “solicitante B”. Já com relação às falas das entidades entrevistadas, optou-se por identificá-las nominalmente.

26. Para Orlandi (2009), a diferença entre língua e linguagem é que a primeira é um sistema de signos e sinais; e a segunda, um sistema de mediação entre o homem e a realidade, que estipula padrões com geração de sentidos e comportamentos.

principal preocupação de aliar a fala dos sujeitos com a massa de dados estatísticos extraídos do campo de pesquisa.

Com isso, há que se destacar que existem pontos de partida distintos para dois tipos de falas presentes no estudo. Primeiramente, a fala dos refugiados,²⁷ extraída do questionário, sistematizada nos gráficos e nas estatísticas apresentadas. Em seguida, a fala das instituições. Os primeiros serão tratados, no decorrer do texto, como respondentes ou refugiados; os segundos, como entrevistados.

A ideia central dessa combinação, que reúne, de um lado, os números, as porcentagens e as estatísticas e, do outro, a impressão dos sujeitos atuantes a partir de suas *expertises*, experiências, saberes e tempo de atuação na questão do refúgio, é fortalecer as aproximações da realidade da integração local em Brasília, com vistas à identificação dos pontos mais sensíveis dessa questão.

Junto a isso, foi pensado um suporte teórico que possibilitasse apoio na literatura especializada de cada abordagem, mais especificamente sobre as potencialidades dos seus cruzamentos, coadunados com documentos internacionais que reforçassem a importância da temática, além de sinalizar intenções e compromissos do Brasil junto à sociedade internacional. O intuito dessa diretiva buscou valorizar e fortalecer obras e pesquisas anteriores que serviram como ponto de partida para essa incursão. A proposta, nesse sentido, é, a partir de publicações e pesquisas já realizadas, agregar um novo elemento de compreensão no entendimento de como se dá a integração local em Brasília.

Para tanto, textos de teses de mestrado e de doutorado, artigos científicos, livros e estudos variados, cartilhas, publicações de agências especializadas, como a ACNUR, o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e o próprio Ipea, mais fortemente, neste último caso, com a obra *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*, foram decisivos para a composição do escopo teórico/reflexivo que subsidiou toda a massa crítica para que os dados coletados em campo ao longo de 2019-2020 com refugiados e entidades participantes fossem averiguados. Sua utilização fundamenta uma primeira leitura conceitual do fenômeno no capítulo 3 e ajuda a estruturar a leitura da realidade local de Brasília no capítulo 4.

Destaque-se, ainda, que este trabalho compilou fontes primárias (dados coletados em campo, entrevistas e análise de documentos oficiais) e contou com o suporte de fontes secundárias, para além da conjugação entre abordagem qualitativa e quantitativa, somando-se a isso instrumentos diversificados de coleta. O que se buscou com isso foi a análise das estatísticas, dos números, das frequências das respostas dos questionários e também dos seus arredores e das variadas situações

27. Aqui chamados, por variação vocabular, de refugiados, pessoas, sujeitos, agentes e/ou indivíduos.

e falas que ajudaram a compreender o fenômeno observado, tendo elementos primários e secundários de pesquisa para uma melhor compreensão do fenômeno.

Bernstein (1983), Bauer e Gaskell (2002), Günther (2006) e Creswell (2007) destacam que trabalhar essas dimensionalidades juntas, mesmo que em determinados momentos uma possa prevalecer sobre as outras, fortalece e dinamiza a tradução e a decodificação do trabalho de campo. Isso oferece um olhar mais global, um campo mais amplo de observação, examinando a cena por vários ângulos, coisa que somente os números e respostas absolutas, sozinhas e isoladas não podem oferecer com a multidimensionalidade que se quer evidenciar.²⁸

A escolha desse percurso visou potencializar os objetivos da pesquisa com vistas a oferecer algumas respostas sobre a integração local, tendo como ponto de partida os possíveis entraves, as barreiras e dificuldades que destacam a peculiaridade de Brasília quando se observa não somente a acolhida inicial, mas a tripla dimensionalidade da integração, conforme apresentado anteriormente, na figura 1.

Registre-se que o olhar contínuo e as abordagens de aproximação e conhecimento dessa realidade requerem maior acuidade. Homens, mulheres, idosos, crianças, populações pertencentes a comunidades de minorias sexuais, portadores de necessidades especiais, trabalhadores altamente especializados, entre outras subcategorias de refugiados, precisam ser vistos e tratados com base em suas peculiaridades, com abordagens teóricas e metodológicas que continuem a conjugar a essência quantitativa, como previsto nos estudos culturais e etnográficos.

Essa combinação continuada e aprofundada se faz importante para o entendimento do refúgio e de suas idiossincrasias no Brasil e em Brasília, podendo facilitar a implementação e o andamento das políticas públicas direcionadas a esse público e sua interface com a população nativa, abrindo um leque comparativo com as demais etapas da pesquisa e possibilitando um espaço de verificação futura de situações semelhantes em países vizinhos.

A duplicidade de ação se observa com a estrutura e a dinâmica da acolhida por parte do governo federal, que se concretiza e se realiza no âmbito local oferecendo perspectivas próprias e empíricas surgidas no dia a dia e que precisam também ser refletidas no âmbito federal. É dentro dessa relação de mão dupla que se observa a criação de medidas que ajudam na necessidade de reassentar refugiados, colaborando com a efetividade de ações duradouras. Esse desafio se desdobra em outro: pensar as políticas de acolhida como políticas de Estado, não como de governo.

28. Não se quer, aqui, destacar que esse caminho de análise é o único ou o melhor, muito menos o mais fácil. Contudo, diante de circunstâncias, desafios e potencialidades que o cenário apresentava, ele foi o escolhido – e, como toda escolha metodológica de análise, não esgota as leituras, muito menos traduz a verdade, mas oferece uma possibilidade de verificação da realidade.

Métodos, política pública e reflexão contínua acerca dessa questão inauguram os eixos analíticos que se apresentam na sequência deste livro. Esses eixos buscam conduzir a pesquisa, que se baseia em princípios éticos e na preocupação com mudanças para melhorias na vida dos sujeitos e dos agentes que com eles trabalham. Mudanças paulatinas e cumulativas. Mudanças que podem apresentar certas dificuldades, mas que perseguem avanços contínuos e evolutivos. Mudanças que ofereçam espaço para que o caminho de construção de Brasília continue em marcha como um território marcado pela chegada de novos agentes, que, assim como outros, para aqui vieram a fim de construir uma cidade também chamada de capital da esperança.

Assim, o arranjo analítico-metodológico proposto tem a preocupação de sinalizar ao Brasil que essa questão deve ser tratada localmente, mas sem esquecer que ela compõe um contexto nacional e global.

INTEGRAÇÃO LOCAL: CONTEXTO, CONCEITOS E FUNDAMENTOS¹

1 INTRODUÇÃO

Com vistas a apresentar um referencial analítico mínimo devotado ao tratamento do tema da integração local no Brasil – e, de modo mais específico, em Brasília –, este capítulo propõe-se a lançar as bases conceituais para a discussão mais ampla sobre a integração local de pessoas em situação de refúgio no Brasil, ao passo que agrega alguns elementos pertinentes à compreensão do fenômeno em nível local em Brasília.

Partindo de uma revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema, este texto apresenta, primeiramente, um breve panorama do refúgio no mundo, destacando dados e indicadores sobre o estado do refúgio no mundo contemporâneo e alguns dos principais instrumentos de proteção internacional de refugiados. Discute, em seguida, o entendimento conceitual da integração local, encerrando-se com breves – e preliminares – considerações sobre a integração local de refugiados em Brasília.

Vale destacar que a pesquisa envolvendo pessoas em situação de migração forçada (refugiados ou solicitantes de refúgio, indiferentemente) aprofunda o entendimento sobre suas experiências individuais ou coletivas e tem potencial de informar decisões e propor o aperfeiçoamento de políticas públicas, em sintonia com a missão do Ipea.

2 REFÚGIO NO MUNDO: UM BREVE PANORAMA

As migrações internacionais no geral e as migrações forçadas em particular são fenômenos complexos relacionados a múltiplos aspectos sociais, econômicos e de segurança que abarcam uma diversidade de fluxos e situações que afetam a vida de todas as pessoas. Assim, a questão do refúgio e da proteção dos refugiados é uma questão política preponderante no Brasil e no mundo.

A busca por uma migração mais segura e mais bem regulada converteu-se, de acordo com a New York Declaration for Refugees and Migrants (UN, 2016), em uma prioridade global. O documento estabelece marco legal para atuação de atores

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap2>

estatais e não estatais e identifica uma série de compromissos a ser pactuados, tais como: a proteção dos direitos humanos dos migrantes, independentemente de sua condição jurídica; a garantia de que todos os refugiados recebam educação logo nos primeiros meses após sua chegada ao país acolhedor; a prevenção à violência de gênero e sexual; o suporte aos países que recebem e apoiam refugiados e migrantes; a promoção das contribuições positivas feitas por migrantes ao desenvolvimento econômico e social do país acolhedor; o desenho de políticas abrangentes para os refugiados, com base em um modelo que considere a responsabilidade do país acolhedor em parcerias com entidades da sociedade civil; entre outros compromissos para fortalecer a governança global das migrações forçadas e não forçadas.

A leitura do documento deixa clara a necessidade de proteção e garantia de direitos humanos fundamentais para as pessoas em situação de refúgio, destacando-se a multidimensionalidade do desafio apresentado aos governos nacionais para o acolhimento dessas populações.

O atual contexto internacional do refúgio pode ser entendido como uma crise que afeta milhões de famílias. Esse problema encerra um interesse particular para a formulação de políticas públicas. Isso ocorre porque as migrações forçadas, quando mal administradas, criam externalidades econômicas e políticas negativas – expressas, de modo costumeiro, em alegações de que aceitar migrantes pode reduzir salários ou ocasionar perda de vagas de trabalho para nacionais.

Segundo as estatísticas anuais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) internacional, em 2018, 70,8 milhões de pessoas haviam sido deslocadas à força globalmente, sendo que 25,9 milhões desse total eram refugiados e 80% viviam em países vizinhos e em suas regiões. Quase metade desses refugiados tinha menos de 18 anos. Cumpre observar que 57% eram oriundos de três países: Síria, Afeganistão e Sudão do Sul. Por dia, 37 mil pessoas eram forçadas a deixar seus lares por motivos de conflito ou perseguição. A estimativa era de 25 pessoas forçadas a deixar seus lares por minuto (UNHCR, 2019a). A tendência, portanto, é de aumento do número de pessoas que precisam de proteção.

Apenas em 2018, o ACNUR internacional reassentou 81.300 refugiados. Nesse ano, 25 países reassentaram 92.400 refugiados, com ou sem assistência do ACNUR. Ao fim de 2018, 111 mil crianças não acompanhadas foram identificadas entre a população global de refugiados. Os principais países acolhedores de refugiados em 2018 foram: Turquia (3,7 milhões); Paquistão (1,4 milhão); Uganda (1,2 milhão); Sudão (1,1 milhão); e Alemanha (1,1 milhão) (UNHCR, 2019b).

Os fluxos de migrantes e refugiados originários de países assolados por conflitos (como Síria, Iraque, Afeganistão, Mali, Somália, entre outros) devem ser compreendidos como uma crise de consequências internacionais e impactos locais.

Os deslocamentos forçados geralmente envolvem grandes números de pessoas. Assim, os fluxos de refugiados afetam os países e as regiões de maneira diferente e desproporcional. Esse problema encerra um interesse particular, pois o deslocamento forçado tende a impactar fortemente o mercado de trabalho, a oferta e demanda de serviços públicos e de habitação na comunidade acolhedora.

Para Dadush e Niebuhr (2016), alguns desafios ligados à proteção dos refugiados envolvem o fato de que migrantes forçados tendem a chegar em lugares com poucas oportunidades de trabalho – sendo o problema de encontrar um lar tão severo quanto o de buscar trabalho – e que, quando refugiados chegam em grandes números em um país pobre, eles colocam um grande constrangimento nos serviços públicos.

De acordo com Bank e Fröhlich (2018), os principais fluxos de refúgio ocorrem no sentido Sul-Sul, entre África, Ásia, América Latina e Oriente Médio. E os determinantes desses fluxos de migração forçada são conflitos e violência política. O foco nos deslocamentos Sul-Sul representa, portanto, um retrato acurado das atuais tendências.

Dados do ACNUR confirmam essa tendência. Segundo o relatório das tendências globais da migração forçada do ACNUR (2019) 2018 foi o 17º ano consecutivo em que a população refugiada aumentou. Nesse ano, a nacionalidade com o maior número de deslocados forçadamente foram os etíopes (1.560.800), mas 98% destes ficaram no país de origem; em segundo lugar, ficaram os sírios (632.700 de um total de 889.400 sírios deslocados forçadamente foram para fora do país). Outro dado importante é que, juntos, os refugiados de dez países responderam por 82% da população refugiada em 2018. Vale registrar que, embora esses fluxos tenham uma natureza global, haja vista que 127 países acolheram a população refugiada no período, a vasta maioria (85%) permanece em países de suas regiões.

Em 2018, o continente americano acolheu 643.300 refugiados (UNHCR, 2019b). Os países-chave na produção de fluxos de refugiados e outros migrantes forçados no continente são: Venezuela (com pouco mais de 4 milhões de pessoas nessas condições) e Colômbia (com 7,8 milhões) na América do Sul, e El Salvador, Guatemala e Honduras na América Central.

O Brasil não ficou alheio a esse processo e, em dezembro de 2018, de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2019), abrigava 11.231 pessoas refugiadas, com 161.057 solicitações de refúgio em curso, sendo que 51% da população refugiada é síria – dado consistente com a tendência global de 26% das pessoas refugiadas no mundo serem sírias.

O Conare (2019) identificou as principais nacionalidades que solicitam reconhecimento da condição de refugiado no Brasil em 2018, a saber:

venezuelanos (77%), haitianos (9%), cubanos (3%), chineses (2%), bangladeses (1%), angolanos (1%), senegaleses (1%) e sírios (1%). Entre 2011 e 2018, houve um aumento de 3.538 para 80.057 de solicitações de refúgio no país (Brasil, 2019).

No Brasil, os principais estados que receberam refugiados foram Roraima (63%), Amazonas (13%), São Paulo (12%), Paraná (2%), Santa Catarina (2%) e Rio Grande do Sul (2%). No que diz respeito ao reconhecimento do *status* de refúgio, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu 777 pessoas como refugiadas dos seguintes países: Síria (476); Palestina (52); República Democrática do Congo (50); Cuba (45); Paquistão (43); Afeganistão (11); Angola (10); Nigéria (7); Venezuela (5); e outras 78 nacionalidades. Em termos de gênero, 66% dos refugiados em 2018 eram homens, e 34% mulheres (Brasil, 2019).

Segundo o relatório do ACNUR (2019), o Brasil recebeu 80 mil solicitações de refúgio em 2018, tornando o país o sexto maior recipiendário desse tipo de pedido, atrás apenas de Estados Unidos, Peru, Alemanha, França e Turquia.

Do ponto de vista internacional, a proteção aos migrantes e refugiados é produto de pactuação cujo marco inicial e mais abrangente é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A declaração estabelece, em seu art. 13, que “toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado” e que “toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país” (ONU, 1948).

Para além do direito amplo pactuado na Declaração de 1948, outro importante marco internacional dedicado ao tema do refúgio é a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados em 1951 (ONU, 1951). A convenção define o refúgio, esclarece os direitos e deveres dessa população e codifica a ação do Estado na proteção às vítimas de perseguição.

Coube ao Protocolo de 1967 ampliar o alcance da Convenção de 1951, retirando-lhe as limitações de caráter geográfico e temporal.²

No âmbito regional da América Latina, a Declaração de Cartagena de 1984 (ACNUR, 1984) é um instrumento adicional de proteção aos refugiados. De caráter não vinculante, seu principal avanço é o fortalecimento do marco jurídico na proteção e assistência aos refugiados. A declaração inovou ao propor um conceito ampliado de refúgio, no qual se incluem as violações maciças aos direitos humanos como justificativa para a obtenção do *status*.

2. Ver, a propósito, o que está disposto no Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, em especial em seu art. 1º, § 2º. Disponível em: <https://acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967>. Acesso em: 14 abr. 2020.

O Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984, estabelece, entre suas conclusões (terceira), que:

a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1984).

Outra novidade foi o direito de reunião familiar, concedendo o *status* de refúgio aos demais membros da família.³

Após Cartagena, os países da América Latina trabalharam para encontrar soluções para a proteção de pessoas refugiadas, e outras estruturas regionais foram adotadas, como a Declaração de São José para Refugiados e Pessoas Deslocadas, de 1994 (ACNUR, 1994); a Declaração e o Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, de 2004 (ACNUR, 2004); e a Declaração e o Plano de Ação do Brasil sobre a Proteção Internacional e Soluções Sustentáveis para Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe (ACNUR, 2014). Esse marco jurídico completou-se em 2014, com a Declaração e Plano de Ação de Brasília (ACNUR, 2014), que definiu diretrizes para enfrentar os novos desafios de proteção internacional.

No caso do Brasil, o principal instrumento legal relativo ao tema do refúgio é a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que, entre outras providências, “define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951” (Brasil, 1997). A lei estabelece o Conare (art. 11) e aborda, em dois de seus artigos (43 e 44), o tema da integração local. É inespecífica, porém, em relação aos termos legais para formalizar a integração em seus mais diversos níveis.

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a intenção de verificar a intensidade do apoio governamental em termos de serviços de acolhida específica destinada aos estrangeiros que buscam no Brasil melhores condições de vida do que aquelas encontradas em seus países de origem (nisso incluem-se também os refugiados), aponta baixa oferta de serviços governamentais direcionados a esse público. A pesquisa indica que somente

3. Nesse sentido, a declaração resolve “reconhecer que o reagrupamento das famílias constitui um princípio fundamental em matéria de refugiados que deve inspirar o regime de tratamento humanitário no país de asilo e, da mesma maneira, as facilidades que se concedam nos casos de repatriação voluntária” (ACNUR, 1984).

215 cidades no país têm algum tipo de apoio fornecido especificamente ao público em questão (Gomes, 2019).

3 INTEGRAÇÃO LOCAL: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

O fundado temor gerado por perseguição de raça, nacionalidade, religião, opinião política contrária à maioria ou associação a determinado grupo social pode fazer uma pessoa, ou grupo de pessoas, deixar seu(s) país(es), não podendo regressar devido à grave e generalizada violação de direitos humanos. Sen (2010) observa que na origem dessas várias mazelas, inclusive as originárias nos deslocamentos forçados geradores das massas refugiadas, a falta de liberdade é o fator condicionante para a consolidação deste cenário caótico, opressor e potencialmente capaz de condicionar a vida humana a circunstâncias decisivas.

Para tanto, mesmo que de maneira diversa e ampla, a sociedade internacional, por meio do reconhecimento e instituto do refúgio, ensaia perspectivas e possibilidades de gerar novos espaços onde a outrora liberdade reduzida, perdida ou ceifada reencontre razões para surgir e ser ressignificada, especialmente nos países acolhedores dessas novas populações. Contudo, apesar dos esforços empreendidos e das dinâmicas previstas pela sociedade internacional – e mais especificamente pelas sociedades acolhedoras –, diversos desafios inerentes aos deslocamentos forçados se apresentam na efetivação do resgate da liberdade destacada por Sen (2010). Um desses desafios é o da integração local.

O conceito de integração tem sido altamente contestado (Crisp, 2004; Korac, 2003; Lomba, 2010) e concebido de maneiras conflitantes. A despeito da falta de consenso sobre o tema, os assuntos relacionados à integração local têm ocupado um lugar central nas discussões sobre as perspectivas de adaptação de refugiados e migrantes aos países de acolhida. Assim, é imperioso apontar os elementos comuns envolvidos no processo de integração identificados na literatura nacional e internacional como ponto de partida para uma discussão mais qualificada sobre o processo de integração local no Brasil.

Convém considerar, de saída, que a integração local deve ser vista como um processo mais do que como um evento único. Ademais, não se trata de um processo linear com um estado final bem definido, e não deve ser vista como uma trajetória uniforme ou executável a partir de estágios (ou etapas) de integração.

A integração local dos indivíduos deslocados forçadamente se evidencia como uma variável de complexa realização, desafiadora implementação e cuidadosa efetivação. Os esforços presentes nessa articulação se ramificam entre diferentes atores sociais, para além dos próprios refugiados – sujeitos centrais do processo em questão. Nesses esforços estão contemplados elementos legais, econômicos, sociais e culturais que, em perspectivas distintas e variadas, requerem articulação, em diversos

níveis, dos serviços estatais com setores não estatais e, ainda, da sociedade receptora (sem contar os mecanismos de adaptação surgidos a partir dos próprios refugiados).

De forma simplificada, pode-se destacar que o processo de integração começa com o reconhecimento do *status* de refugiado concedido pelo país que o acolhe e assim o reconhece para, em muitos casos, consagrar-se, ao final, no fato de o indivíduo outrora em situação de refúgio tornar-se cidadão do país que o acolheu.⁴ Contudo, para o sucesso dessa efetivação, um longo caminho é percorrido, com resultados distintos entre os atores a ser integrados e os agentes integradores. Ao redor do mundo, as experiências mostram que o que deu certo em um lugar não necessariamente dará certo em outro. Cada cenário aponta perspectivas próprias e variáveis independentes, apesar da dinâmica, em tese, parecer ser a mesma no que toca à variável da integração do refugiado ao novo local de vida.

Em termos teóricos, o entendimento de integração local também abre espaço para polissemias variadas, especialmente quando a literatura sobre o tema é confrontada com a empiria das experiências múltiplas de cada época, país e cidade. Isso tudo sem contar as peculiaridades sociais, étnicas, religiosas e sociais trazidas por cada leva de refugiados e também suas interações com etnias, religiosidades e cosmologia das sociedades receptoras.

Mesmo assim, e em meio a toda essa pulverização de caminhos, o ponto de partida para o entendimento do fenômeno da integração local percorre o princípio de pleno encaixe e desenvolvimento integral do indivíduo em refúgio ao novo contexto específico do país que o acolheu, configurando-se uma via de mão dupla com vistas a relações de benefícios mútuos e duradouros. É fazer com que, como indica Augé (2008), não lugares sejam convertidos efetivamente em lugares, espaços de encontro e alteridade em que nativos e refugiados possam, a partir de suas diferenças, construir relações mutuamente benéficas justamente a partir das diferenças inerentes a cada grupo.⁵

Na busca desse pleno ou possível encaixe, Kuhlman (1991) define a integração como a circunstância na qual os refugiados mantêm sua própria identidade, mas se tornam parte da sociedade receptora. Há então uma aceitação mútua com disposições aos ajustes próprios e necessários de todo novo processo de encontro de diferentes mundos e histórias de vida. Obviamente, em meio a tudo isso, os desafios socioculturais se evidenciam regularmente ao longo dessa sistematização. Não se trata, exclusivamente, de assimilar o estrangeiro por parte da realidade

4. Faz-se importante destacar que no período que antecede o reconhecimento do *status* de refugiado, momento em que é referido como "solicitante de refúgio", o ser em deslocamento forçado já conhece inúmeros desafios no processo de integração.

5. Augé (2008) destaca o conceito de não lugar ao espaço não gerador de pertencimento, não gerador de relações identitárias e/ou relacionais que, mesmo nascidas de contextos e culturas distintas, conseguem conviver, se não harmonicamente, ao menos controladamente com seus conflitos e em condições de respeito mútuo.

local, borrando seus traços culturais e ancestrais, mas, sim, fazer com que essa carga ancestral, que se manifesta constantemente, dialogue bidirecionalmente com as mesmas variáveis da sociedade hospedeira.

De maneira dialógica e mais atualizada às dinâmicas do século XXI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD) encara o tema a partir de novas premissas, especialmente nos deslocamentos forçados que possuem fluxo originário em países do Hemisfério Sul e que se destinam aos países do Hemisfério Norte. A OECD (2018) destaca que a integração efetiva só acontece com a profunda articulação entre setor público e demais setores que incluam os refugiados no pleno acesso aos serviços públicos, redes de emprego, de geração de renda e contribuição com suas *expertises* para o desenvolvimento local.

Crisp (2004) contribui especialmente destacando que a integração de refugiados nos países que os acolheram é uma medida que busca soluções duradouras, articulando diferentes dimensões – o amparo legal, a abertura econômica com vistas, também, à geração de renda e, por último, de ambientação ao microespaço no qual estarão, de fato, inseridos.

O debate sobre a integração local surge como um contraponto ao assentamento dos refugiados em campos, em que os refugiados são isolados da população local pelos governos acolhedores e organismos internacionais. Isso significa a remoção desse grupo da vida política local.

Segundo Polzer (2009), a integração local tem sido concebida como uma opção de política pública e uma resposta aos deslocamentos de migrantes. Segundo a autora, essa perspectiva é adotada por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), governos soberanos e organizações não governamentais (ONGs) no planejamento de suas agendas.

Cabe referir que o ACNUR – órgão das Nações Unidas dedicado ao tema do refúgio – promove três soluções para as populações migrantes: *i*) repatriação voluntária (retorno ao país de origem); *ii*) integração local; e *iii*) reassentamento (transferência do refugiado do país em que pediu asilo/refúgio para outro que concorda em recebê-lo) (UNHCR, 2006).

Destaque-se, nesse sentido, que a integração local é apresentada como “uma solução durável para a situação dos refugiados que envolve seu assentamento permanente no país em que buscaram asilo”, sendo a noção de solução durável associada com as várias maneiras em que “a situação dos refugiados deve ser satisfatória e permanentemente resolvida para permitir que vivam uma vida normal”.⁶

6. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/>>.

Para Jacobsen (2001), a integração local é o processo em que a experiência cotidiana vivida pelos refugiados é a “de fazer parte da comunidade local”, incluindo-se aí uma série de questões, tais como: a falta de perigo físico; liberdade de movimento no país acolhedor e liberdade de retornar ao seu país; acesso à moradia; acesso a serviços públicos como educação, saúde e habitação; inclusão social e interações sociais com a comunidade acolhedora; padrões de vida comparáveis à comunidade local; e *status* legal formal, como residência e cidadania.

A leitura da autora indica como pequena a probabilidade de que governos acolhedores ofereçam uma solução permanente ou efetiva integração local, haja vista a abrangência e dimensão do desafio. Autoriza, ademais, pensar o tema a partir de uma percepção que extrapola as atribuições governamentais, impondo considerar o diálogo com outros atores e agentes sociais locais no processo de integração local às comunidades de acolhida.

Sobre o tema, Crisp (2004) define a integração local como a “suposição de que os refugiados permanecerão indefinidamente em seu país de asilo e encontrarão uma solução para sua situação naquele Estado”, em contraste à dimensão temporária da permanência do refugiado em um campo. Tal elemento reforça, ademais, a noção de solução durável da integração local.

Retomando Polzer (2009), a autora sugere enfatizar os processos políticos, sociais e econômicos da integração e dos atores locais. Nesse sentido, é importante construir uma visão da integração desde um ponto de vista mais amplo. A autora define integração local como um “processo de negociar acesso à legitimidade e aos direitos locais com base em uma variedade de sistema de valores determinados pelo poder local em diálogo com os refugiados”.

No entanto, ao problematizar o conceito, a autora sugere três consequências dessa concepção: *i*) a compreensão de que a integração local é um processo institucionalizável; *ii*) que refugiados são integrados por um conjunto de “direitos dos refugiados”; e *iii*) que o país acolhedor provê integração local como maneira de proteger os refugiados. Por isso, a autora sugere que a integração local é parte da política nacional e local do país acolhedor.

Ademais, vale observar que o conceito de integração local também agrega, no nível empírico, negociações políticas que podem ser ligadas ou não a um marco institucional de direitos dos refugiados. Cabe referir que, segundo Verdirame e Harrell-Bond (2006, tradução nossa), “a integração socioeconômica é a melhor solução do ponto de vista do exercício [*enjoyment*] dos direitos fundamentais dos refugiados”.⁷

7. Para os autores, questões como quem são os atores locais que controlam o acesso aos recursos de interesse dos refugiados, como é a relação entre os refugiados e esses atores locais, que recursos os refugiados têm, e que estratégias os refugiados podem usar para facilitar essa relação ajudam a orientar a análise política da integração de refugiados.

No Brasil, a principal solução duradoura para as pessoas refugiadas é a integração local, que requer a existência de vínculos com as comunidades em que estão presentes. Essa integração passa pela obtenção de renda, garantia de habitação e aprendizagem da língua portuguesa. O ex-ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto afirmou, em 2010, que “o maior desafio, no Brasil, é manter a integração local. É permitir que esses refugiados se integrem à sociedade brasileira, consigam um trabalho, consigam caminhar com as próprias pernas e reconstruir sua vida” (Jinkings, 2010).

O relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR, 2018, p. 34) indica que uma das principais barreiras à integração local é a fluência em português, porque o aprendizado “garante a expansão das oportunidades de educação e trabalho, ao passo que permite que refugiados vocalizem suas demandas e estreitem laços com comunidade local”.

Outros elementos essenciais no processo de integração local e de proteção das pessoas refugiadas são o acesso à justiça, educação e saúde.

De acordo com González (2010, p. 57),

devido ao caráter especial de proteção da condição de refugiado, não se pode esperar que um refugiado tome contato com suas autoridades consulares ou autoridades nacionais no país de origem. Sem embargo, para efeitos de promover sua integração local nas comunidades de origem é possível que os refugiados busquem obter certa documentação de seus países de origem tais como seus certificados de estudos, certidões de nascimento e matrimônio, e a legalização de seus diplomas. Espera-se que os países de refúgio brindem facilidades aos refugiados para que possam obter estes documentos através de seus organismos nacionais. Isto está previsto no art. 25 da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e se denomina assistência administrativa. Apesar de sua importância para o exercício de direitos por parte dos refugiados, e em especial para promover sua integração local, diferentemente do Brasil, existem muito poucos outros exemplos de normativa interna na região que regulem esta matéria.

Reforçando o argumento da complexidade do tema, Moreira (2014) destaca algumas dimensões da integração local, como a social, a cultural, a religiosa e a política, mas também a psicológica e a espacial. É necessário estabelecer parâmetros para analisar a integração local de refugiados em países em desenvolvimento.

A Lei nº 9.474/1997, conhecida como Lei de Refúgio, é um instrumento que serve de referência para a comunidade internacional por conta de suas características e possibilidades de alcance e ampla abrangência. Em seus arts. 43 e 44, o entendimento sobre integração local, específica e diretamente, faz menção às possibilidades de acesso a documentos básicos e ao reconhecimento de titulação e diplomas que possibilitem ao refugiado recomeçar sua vida no Brasil. Contudo, ao omitir-se

na proposição de instrumentos vinculantes que garantam a materialização desses direitos, indicando agentes e atribuições específicas para sua implementação, acaba por ver limitado seu alcance na promoção efetiva da integração local. Ou seja, a lei é clara em reconhecer o problema, mas vaga ao propor soluções – ainda mais quando se considera que a referida lei se restringe a apenas dois aspectos desse complexo e multidimensional fenômeno. Em suma, os pressupostos da lei, por mais generosos e inspiradores que possam ser, não são suficientes para a efetivação prática do que se busca nos entendimentos citados sobre integração.

Vale, nesse ponto, resgatar a noção de liberdade de Sen (2001) para o cerne da discussão sobre o desenvolvimento. Para o autor, a ideia de liberdade está vinculada à capacidade dos indivíduos de alcançar seus objetivos e satisfação pessoal, sendo sua compreensão indissociável dos elementos de oportunidades e processos.

Como explica Pinheiro (2012, p. 18), oportunidade se refere à “existência de alternativas ou opções ao alcance da escolha do indivíduo”, enquanto processo se refere a “circunstâncias, contextos, instituições etc. que levam o indivíduo a poder escolher”. Nesse contexto, liberdade, expressa na possibilidade (ou condição) de agência, pode se ver limitada por uma série de fatores como a falta de oportunidades econômicas ou a negação de direitos.

Pinheiro (2012, p. 7), esmiuçando a argumentação de Sen com o objetivo, entre outros, de “sinalizar algumas questões relevantes para a avaliação de instituições e políticas públicas em geral, destaca que

em um sentido importante, a liberdade individual é um produto social, na medida em que interaja com os diversos tipos de arranjos e instituições sociais, bem como com valores socialmente compartilhados. Em especial, a formação dos conceitos que orbitam a noção de liberdade em uma comunidade, bem como o reconhecimento de uma liberdade individual como algo valioso são processos que dependem do exercício de uma razão pública.

[...]

É por meio da razão pública que o homem se constitui e se consolida como ser social e político. É também via razão pública que os significados são referendados, os acordos são feitos, a visão de um povo é forjada (Pinheiro, 2012, p. 21-22).

É possível aproveitar a abordagem das capacidades humanas como fundamento para a proposição de um método geral de avaliação não apenas de estratégias de desenvolvimento, mas também de instituições e políticas públicas, tendo como foco as pessoas (e o desenvolvimento de suas liberdades). Para Pinheiro (2012, p. 35), não se deve perder de vista, nesse particular, que “como princípio geral, as políticas públicas devem ser avaliadas quanto aos seus efeitos sobre as liberdades individuais”.

Assim, integrar é, para além do descrito, ter como premissa a inclusão, formando um todo coerente; é adaptar alguém a uma coletividade preestabelecida, fazendo esse ser se sentir parte desse todo. Para além do que já está disposto, outras variáveis se tornam indispensáveis, como o emprego, a moradia, o aprendizado da língua e a utilização de serviços públicos, especialmente os de saúde e educação. Sem contar que, nessas novas variáveis, as demandas dos refugiados não são uniformes, pois o recorte etário, de gênero, sociocultural e também de proveniência os distingue e incrementa ainda mais o desafio do que se entende e do que se quer fazer em termos de integração no Brasil. A integração de refugiados venezuelanos é distinta da integração de sírios, por exemplo.⁸

Posto isso, e resgatando a premissa básica trazida por Augé (2008), o desafio da integração regional no Brasil é converter as condições de um não lugar em um lugar, um espaço de cultivo e de continuidade da existência, com ânimo de permanência definitivo ou que acompanhe as medidas e soluções duradouras, tendo o horizonte de médio e longo prazo. Isso reforça a reflexão de Sen (2010) na busca de se entender o desenvolvimento como liberdade e, também, de se reexaminar as desigualdades que, em muitos casos, solapam o desenvolvimento e bem-estar de países e de pessoas (Sen, 2008).

4 A INTEGRAÇÃO LOCAL EM BRASÍLIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Dando continuidade ao esforço de afunilar os universos de análise, o enfoque regional da integração apresenta novos desdobramentos e variáveis que se evidenciam no exercício constante de se entender e pensar políticas públicas localizadas e específicas aos refugiados reconhecidos radicados no Brasil e, mais detalhadamente, em Brasília, perfeitamente compatíveis com a dimensão comunitária dos processos de integração local. A pretensa articulação com a sociedade receptora – incluindo, nesse bojo, os afinamentos multiníveis dentro do poder público e, ainda, deste com organismos internacionais, como ACNUR, juntamente com instituições religiosas, como a Cáritas – requer esforços maiores. Apesar de a história da região ser composta basicamente por grupos de migrantes brasileiros que ajudaram a

8. Caso se queira problematizar ainda mais e tentar uma aproximação mais incisiva do real, até mesmo grupos de uma mesma nacionalidade (sírios, por exemplo) podem ter características distintas que impactam no seu processo de integração, especialmente no Brasil. Para tanto, algo que potencialmente é pouco perceptível na formulação das políticas públicas para acolhida e integração de refugiados, também no Brasil, é um estudo detalhado das condições e das origens dos refugiados ainda nos seus países de origem. Saber a qual grupo étnico o indivíduo pertence e em qual contexto histórico ele estava inserido é importante para se pensar na integração desse ser nos novos países em que estão situados. Questões como essas tornam a tarefa de órgãos como o Conare e ACNUR ainda mais penosa e desafiadora, pois muitas vezes reunir estas informações demanda estudos ainda mais amplos e abrangentes, tanto em termos macro-históricos (de potenciais problemas fratricidas desencadeados ao longo da história e/ou ainda “ajustes de contas” entre grupos rivais herdados ainda das incursões coloniais europeias no continente africano, por exemplo) como de elementos micro-históricos que dizem respeito às peculiaridades de cada sujeito, para além do rótulo da nacionalidade a que está vinculado e genericamente é identificado na modernidade do Estado-nação.

construir a capital (os candangos), o elemento novo na composição da história de Brasília são os deslocados forçados que vieram de outros países, motivados também pelos desencontros internacionais clássicos dos séculos XX e XXI.

Ribeiro (2008) chama atenção para o imaginário criado com a construção de Brasília como sendo capital da esperança. Por trás desse título, esconde-se uma miríade de processos que, desde a sua fundação, cria sistemas de inclusão e exclusão de pessoas, em um movimento centro-periferia e periferia-centro, coadunando com diversos fluxos populacionais internos e diversos chegando à região com a clássica esperança de encontrar um novo, ou possível, *El Dorado*, e agora alimentado pelos fluxos populacionais estrangeiros, em condição igualmente variada – incluindo-se nesse rol os refugiados e suas necessidades peculiares de integração.

A integração dos candangos obedeceu à já destacada relação centro-periferia, especialmente na criação das cidades-satélites, onde talvez a mais emblemática seja Ceilândia, cujo prefixo (que remete à Campanha de Erradicação de Invasões – CEI) já indicava uma forte sinalização de a quem pertencia o centro da capital da esperança. A integração dos mais pobres, naquela ocasião, foi pensada no distanciamento do centro, espaço destinado aos pioneiros. Para candangos, a esperança tinha outra direção geográfica. A questão que precisamos discutir nesse momento é como se dá a integração dos “novíssimos” habitantes de Brasília, os migrantes internacionais e/ou refugiados.

Convém considerar que, conforme indica a literatura, a integração local é uma solução duradoura e complexa. No Brasil, há múltiplas dificuldades nesse processo, desde o nível federal até, sobretudo, o nível local. No país, a integração local ainda é um processo em construção.

Particularmente, em Brasília, o refúgio ainda é invisível. Assim, esta pesquisa ajuda a pensar em possíveis ações e ajustes de políticas públicas que possam, ao somar elementos na compreensão do fenômeno em nível nacional, vislumbrar alternativas locais, como a prestação de serviços públicos e o aumento da capacidade local para lidar com refugiados – que, muitas vezes, desconhecem seus direitos.

Inevitável considerar, também, o papel das organizações da sociedade civil (OSCs) no processo, haja vista seu protagonismo no acolhimento e atendimento às pessoas em situação de refúgio. Esse problema encerra um particular interesse para esta investigação porque, no Brasil, a integração local depende da sociedade civil. No contexto de um país em desenvolvimento, com uma taxa de 11,8% de desemprego, ou 12,5 milhões de pessoas (Abdala e Brasil, 2020), é necessário definir uma política de integração que transcenda os indicadores de trabalho, moradia e idioma. É necessário, portanto, pensar o local e definir as políticas de integração nesse nível, reconhecendo que os refugiados e refugiadas devem ser atores protagonistas desse processo – isso ocorre porque a integração requer um espaço de

representatividade dos refugiados na política. Mas esse espaço ainda deve ser criado. Além disso, é necessário também impulsionar os governos locais para que tomem as medidas necessárias e provenham a integração local, com o apoio e a *expertise* dos atores que já atuam nesse processo. Faltam uma estratégia coordenada, um plano nacional de integração local e um maior engajamento dos governos locais.

Nesse sentido, o elemento integração local como solução duradoura e efetiva encontra, ainda, severas dificuldades, tornando-se incompleto, por vezes inócuo, e não compatível com sua proposta inicial. Contudo, merece destaque que as responsabilidades pelo processo de integração passam pelo Estado, mas não competem exclusivamente a ele.

A realidade de Brasília se desenvolve em paralelo à realidade de outras cidades brasileiras com maior volume e experiência na questão da acolhida. O entendimento do que se faz por integração, mesmo que insuficiente e parelho à realidade nacional, acontece por caminhos próprios. Para tanto, reúnem-se estruturas já existentes do governo local e esforços variados, mas não suficientes, dos organismos internacionais, ações de instituições ligadas à Igreja Católica, ações pontuais de outros segmentos religiosos (evangélicos) e a sociedade civil organizada, com o apoio de universidades e demais instituições de ensino superior ramificadas na região.

Os números da conjuntura socioeconômica do Distrito Federal indicam um perfil amplo e generalista de algumas variáveis sociodemográficas, sem recortes específicos e aprofundados das populações refugiadas em Brasília.

Com a falta de uma política coordenada de integração local no Brasil, podemos caracterizar a atual situação como um vazio assistencial – em termos de acolhimento, moradia, educação e saúde – no acolhimento e na proteção à vida dos refugiados em Brasília.

ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM BRASÍLIA EM 2019¹

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa sobre integração de refugiados e solicitantes de refúgio realizada em Brasília em 2019.

Nesse sentido, constam e se desdobram indicações que sinalizam e justificam escolhas teórico-metodológicas, explicando conceitos e apresentando o entendimento dos principais elementos que fundamentam a investigação como um todo. Sua função é, entre outras, manter diálogo com os demais capítulos, aproveitando para fortalecer os dados colhidos na interface com os refugiados, a fim de se entender melhor como funciona a integração local de refugiados em Brasília. Paralelamente, espera-se que a análise ora proposta contribua também para a elaboração de futuros questionamentos, possibilitando outras visões, reflexões e caminhos para a pesquisa sobre o tema no Brasil.

Com um olhar vigilante, o capítulo apresenta uma síntese dos resultados alcançados com a pesquisa, indicando potencialidades, caminhos, possibilidades, desafios e perigos, considerando-se que o tema se renova em todas as suas dimensões, incluindo as variáveis tempo e espaço.

Seguindo a proposta apresentada na metodologia, o texto se estrutura em torno de nove eixos analíticos, que auxiliarão na observação do fato e seus arredores, proporcionando um olhar transversal sobre barreiras, peculiaridades e desafios do acolhimento de refugiados em Brasília.² Antes, porém, retoma-se brevemente a discussão sobre o conceito de integração local, com vistas a definir parâmetros que direcionem a leitura das páginas subsequentes.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap3>

2. Trata-se, em suma, de uma tentativa de aproximação da complexa dinâmica de acolhida de refugiados em Brasília. Considera-se, pois, oportuno reiterar a natureza reflexiva – e, em certa medida, transitória – da proposta. Contribui para o duplo propósito de analisar as circunstâncias e a maneira como ocorre a integração local em Brasília e dar a conhecer o que há na cidade quando se fala, se discute e se pensa na implementação de políticas públicas via ações governamentais, e de agentes correlatos, direcionadas aos fluxos populacionais forçadamente deslocados.

2 INTEGRAÇÃO LOCAL: RETOMANDO ALGUMAS PREMISSAS

Integração local é, antes de tudo, interação que gera sociação local para assegurar sociabilidade local.³ É em consonância com essa sequência e esse encadeamento conceitual que se formulam a proposta e a análise do processo pelo qual passam os refugiados radicados em Brasília.

Simmel (2006) auxilia no entendimento desse encadeamento conceitual, indicando que o início das relações se dá pela via da interação, em que nascem os impulsos de emissão e recebimento de efeitos (ações e contra-ações) dentro de um mesmo contexto dialógico. Ainda em conformidade com a indicação de Simmel (2006), percebe-se que a interação e o interesse estão presentes na dimensão jurídico-documental do processo de integração local.

A partir da interação, a sociação se consolida, evidenciando a influência mútua que os agentes sociais geram uns sobre os outros, provocando reciprocidades com possibilidades de ressignificação das interações iniciais. No momento em que isso ocorre, a necessidade se agrega ao entendimento, tendo como ponto de ancoragem a integração econômica e laboral.

O terceiro e último estágio é a sociabilidade, entendida pelo autor como uma forma lúdica, na qual se criam e se cultivam vínculos mais acentuados do ser com o meio, transformando o que era interesse e necessidade em desejo e satisfação, em que as evidências de bem-estar se manifestam, proporcionando ao refugiado espaço para a reflexão e para o diálogo com os nativos, possibilitando o fino entendimento entre o respeito ao passado, o cuidado com o presente e, mais decisivamente, a projeção de futuro. Essa é a ideia central da integração local, que necessariamente não acontece simultaneamente em todos os aspectos da vida do refugiado. Ou, dito de outra maneira, a integração local, especificamente dentro de cada dimensão estipulada (jurídica, econômica e social), não acontece simultaneamente e de maneira coordenada.

Cada etapa e cada um desses elementos pode obedecer a uma lógica própria, variando de indivíduo para indivíduo. A integração religiosa, por exemplo, pode vir antes da integração documental. A integração laboral pode anteceder a integração linguística. A integração se apresenta, portanto, como um universo em que leis gerais não são passíveis de serem aplicadas de maneira totalmente ordenada e assemelhada a todas as pessoas envolvidas (no caso, os refugiados e solicitantes de refúgio). A integração é a participação sistêmica de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em um determinado ordenamento, preestabelecido de forma simétrica e com vistas à contrapartida seja em esferas micro, seja em esferas macro da vida em sociedade.

3. O termo sociação é estabelecido por Simmel (2006) para definir um processo em que os indivíduos começam a interagir e a adotar sistemas de cooperação e colaboração.

Neste ponto, cumpre retomar as reflexões de Ager e Strang (2004), assim como as de Pires (2012), especialmente quando estabelecem domínios da integração por meio de indicadores que buscam equalização completa entre o patamar de direitos, deveres e oportunidades de nativos e refugiados em campos-chave do processo social, político, jurídico, econômico e cultural.

Esses campos estão ordenados e agrupados em esferas e etapas, sendo que a primeira dimensão remete a emprego, moradia, educação e saúde. A segunda atua no campo social e suas conexões e laços construídos e consolidados. A terceira destaca elementos facilitadores, sendo língua e cultura fatores determinantes no processo de integração local e que expressam a reciprocidade que o Estado espera do refugiado e vice-versa.

Em outras palavras, a integração local se evidencia a partir de interações locais que promovam desenvolvimento relacional paulatino da qualidade de vida do refugiado na nova sociedade em que ele se insere. O entendimento da integração local se evidencia, tomando como ponto de partida as ideias já destacadas de Simmel (2006), na adaptação do refugiado a uma coletividade preestabelecida, levando-o a se sentir parte desse todo, com vistas à permanência de médio e longo prazo, com possibilidades à intergeracionalidade, dialogando os seus saberes com os saberes locais e contribuindo para o desenvolvimento regional a partir de traços, valores e saberes plurais e diversificados.

Percebido dessa forma, o sentimento de pertencimento é bidirecional, alimentado pelo acolhimento da população local ao refugiado, sendo este também uma espécie de acolhedor do espaço onde pretende se estabelecer. Esse convívio, então, se faz efetivo, sem a pretensão ou a ingenuidade dos desafios e sem a exclusão de esgotamento de potenciais conflitos e interesses particularizados inerentes às sociabilidades em geral.

De forma complementar, cumpre ressaltar que a integração local de refugiados ocorre, de uma maneira ou de outra, com maior ou menor presença do Estado. Não se quer inaugurar aqui o entendimento do que é integração local, pois, afinal de contas, esse fenômeno é tão antigo quanto os próprios deslocamentos humanos, sejam eles voluntários ou compulsórios.

Esse fenômeno está presente na história do Brasil, em suas mais diversas regiões, e está presente na história do mundo. A vida dos refugiados, onde quer que se encontrem, dinamiza o processo de integração por caminhos próprios; não há como negar isso. É justamente nessa maior ou menor presença do Estado que podem surgir grandes desafios no correr dos tempos.

Acompanhar esse processo é decisivo para o futuro das cidades. Um dos propósitos desse entendimento é reconhecer que o Estado, por ação ou omissão,

estabelece o contexto de integração em que se há de inserir o indivíduo e, nesse sentido, se configura como ator-chave no processo, sendo essencial compreender sua interação com o fenômeno da integração local, suas políticas ou a ausência delas e o modo como elas interferem no processo como um todo.

A partir dessas reflexões, ponderações e composições, inaugura-se um entendimento mínimo que aproxima a pesquisa do objeto que se quer conhecer. Esse entendimento não é estanque ou imutável. Pelo contrário, ele pode ser remodelado, agregando novas vertentes e variáveis para as etapas que estão por vir e ajudando na construção de uma compreensão com olhar ainda mais amplo e, ao mesmo tempo, focado no cotidiano e nos desafios presentes no trabalho com refugiados no Brasil e, mais especificamente, em Brasília.

Um olhar atento ao fenômeno se faz necessário. Experiências anteriores e fórmulas já testadas precisam ser levadas em consideração, especialmente quando forneceram um cabedal considerável que ajuda a identificar o estado da arte no qual a temática se evidencia, também, na literatura especializada.

Abrir espaço ao olhar não preconcebido, contudo, também integra o esforço para se entender a realidade local, haja vista tratar-se de fenômeno com peculiaridades e particularidades que se ajustam de tempos em tempos, de cenários para cenários e de espaços para espaços.

3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO A PARTIR DOS EIXOS ANALÍTICOS

Conscientes de que o trabalho de campo representa um olhar vigilante e permanente daquelas variáveis com potencialidades, caminhos, possibilidades, desafios e até mesmo ameaças à consecução da pesquisa da integração local de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, nesta seção nos detemos na identificação e caracterização dos eixos analíticos estruturantes, bem como na apresentação dos principais achados da pesquisa de campo, conforme o recorte analítico proposto. O enfoque estrutura-se, portanto, em torno dos seguintes eixos analíticos: *i)* documentação; *ii)* gênero; *iii)* educação e língua portuguesa; *iv)* geração de renda, emprego e trabalho; *v)* redes de apoio; *vi)* acesso à saúde; *vii)* habitação e moradia; *viii)* reunião familiar; e *ix)* expectativas.

Esses eixos servem para articular o trabalho de campo com a pergunta geradora da pesquisa como um todo: como se dá a integração local?

Em observância ao prescrito na abordagem metodológica, a construção, tanto do questionário aplicado aos refugiados e solicitantes de refúgio quanto do roteiro das entrevistas realizadas com os representantes de entidades atuantes na temática em Brasília, buscou observar a realidade a partir de elementos básicos e indispensáveis à vida do refugiado ou do solicitante de refúgio que reside em Brasília.

Esses elementos, a partir da obviedade da vida em sociedade, especialmente onde se evidenciem desafios culturais latentes, como nas cidades pluriétnicas, apresentam-se, diante dos eixos estipulados, como questões a serem pensadas. Não se quer afirmar, no entanto, que esses eixos sejam únicos, exclusivos ou acabados em si mesmos.

Em princípio, admite-se a possibilidade de esses eixos refletirem realidades resultantes da articulação de setores, ensejando novo olhar investigativo, além do surgimento de novos elementos que não foram incluídos na categorização inicial. Por fim, em cada eixo analítico estão presentes dados quantitativos (pesquisa com refugiados) e qualitativos (entrevistas com agentes ligados à integração local), fortalecidos por fundamentos teóricos.

3.1 Documentação

Dos eixos analíticos propostos, o que mais proximamente dialoga com o normativo federal é o da documentação. A Lei nº 9.474/1997 dedica o artigo 43 ao tema da documentação e cria o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), definindo-o como órgão responsável, entre outros, por “analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado” (Brasil, 1997, art. 12). Ao contemplar o tema da integração local, a chamada Lei do Refúgio trata também do “reconhecimento de certificados e diplomas, [d]os requisitos para a obtenção da condição de residente e [d]o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis” (Brasil, 1997, art. 44), levando em conta a situação “desfavorável” dos refugiados. Esta subseção lança luz sobre essas temáticas a partir da pesquisa de campo realizada em Brasília e da percepção de refugiados, solicitantes de refúgio e instituições locais.

A premissa inicial dessa abordagem considera que dispor de documentação brasileira facilita a vida dessas pessoas em suas aproximações e postulações de acesso a trabalho, educação e moradia, que são algumas das principais dimensões da integração local.⁴

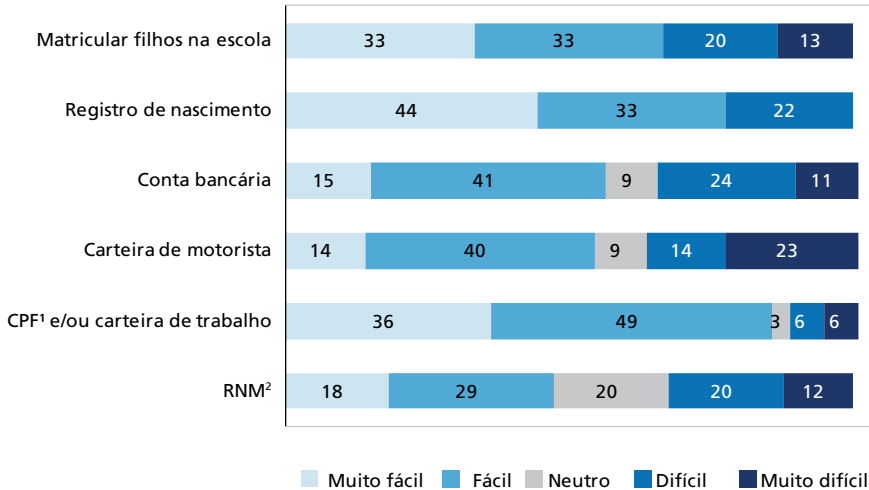
A pesquisa de campo demonstra que, embora ainda persistam problemas importantes em temas como conseguir o Registro Nacional de Migratório (RNM) – muito difícil ou difícil para 32% dos respondentes –, a percepção geral é amplamente positiva, quando se trata de acesso à documentação (gráfico 1).

4. Importante observar que a Lei nº 9.474/97, em seu art. 22, estabelece que “enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros, respeitadas as disposições específicas contidas nesta lei” (Brasil, 1997).

GRÁFICO 1

Integração de refugiados em Brasília: grau de dificuldade no acesso à documentação (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Nota: ¹ CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.² RNM – Registro Nacional Migratório

A mudança de país ocasiona um longo processo de adaptação e ajuste pessoal. A documentação consagra uma etapa no processo de integração local, embora não garanta as demais. Trata-se de um caminho facilitador, um nível a mais de acesso, reconhecido pela maioria, conforme os registros levantados. Para uma parcela dos respondentes, porém, é algo que ainda se mostra insuficiente no sentido de ajustar necessidades às expectativas. Essa percepção é compartilhada por membros de algumas das instituições dedicadas ao tema em Brasília, como ficou explícito na fala de algumas das instituições entrevistadas e pode ser evidenciado, também, na fala de alguns dos respondentes, como se menciona a seguir.

O Brasil é um país considerado progressista quando oferece possibilidades documentais, mas a questão central que se estabelece é o que faz essa pessoa no *day after* ao recebimento da sua documentação. (...) Temos claramente uma política de fluxo, mas não temos uma política de integração. A política de integração ainda está em curso não somente no Brasil mas no mundo (...) A primeira coisa a se pensar é se existe uma política de integração para os refugiados reconhecidos pelo Brasil. Não temos um paradigma de política de integração (Observatório das Migrações – ObMigra).

A dificuldade de se conseguir documentos, apesar de todas as questões de agilidade dos órgãos públicos, não chega a ser um grande problema. Obtêm-se com certa tranquilidade. Contudo, o Distrito Federal não tem e não conhece uma política de acolhimento de refugiados, como outras cidades brasileiras já têm, o que torna muito mais difíceis as atuações com esse público na capital federal (Aldeias Infantis SOS).

Políticas públicas precisam ser pensadas para a questão da integração. Elas precisam ser rápidas e dinâmicas, pois os refugiados passam por dificuldades em constantes transformações (Instituto Migrações e Direitos Humanos– IMDH).

Comunicação em órgãos do governo para renovar documentos e dificuldade de locomoção. Tudo é complicado no Brasil (solicitante nigeriana).

As entrevistas dos representantes das instituições reforçam a percepção dos limites da legislação para a solução de problemas efetivos de integração local que transcendem ao processo de documentação, manifesto na ausência de políticas públicas que sejam complementares ao processo de documentação, tanto em nível nacional quanto local. Essa percepção se confirma por meio da fala da refugiada nigeriana, destacando que não se faz a integração somente com o exposto na lei federal. De modo pontual, as entrevistas e as respostas aos questionários sugerem a falta no Brasil, e em Brasília, de um modelo ou paradigma de políticas públicas que direcione o olhar público para a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio, complementando a etapa da documentação como porta de acesso à comunidade local.

O fator tempo de espera transparece também como fonte de descrença no processo de acolhimento, somando-se a dificuldades inerentes ao processo de documentação.

Estou há cinco anos com o protocolo e já estou cansado de esperar pelo fim do processo, não vou mais atrás. Continuarei trabalhando sem pensar nos documentos. Já briguei muito com o Conare para conseguir, e eles não resolvem a situação (solicitante marfinense).

Muito difícil fazer a documentação. O tempo para tirar a documentação é muito demorado (refugiado sírio).

É muito difícil para mim a vida sem documentos, pois gostaria que a minha família estivesse comigo e não posso fazer nada agora (solicitante ganesa).

Quando eu cheguei aqui havia dois partidos políticos em Gana. Eu apoiei publicamente um candidato que perdeu a eleição. O partido que ganhou queria me matar, por isso eu tive que fugir do país. Eu gosto daqui, mas está muito difícil conseguir documentos de refugiado. Quero ter minha família no Brasil (solicitante ganês).

É importante observar que o fator tempo pode influenciar a análise que se faz do próprio acolhimento no Brasil, deslocando a percepção sobre o processo de integração para as esferas privada e individual. A referência feita por pessoas quanto ao acesso gradual remete a questão a outras variáveis, que serão abordadas adiante, como as redes de apoio, consideradas elementos altamente importantes para integrar o sujeito ao local, por possibilitar que alcance, mediante políticas e programas do Estado ou com o apoio de organizações não governamentais (ONGs) ou de pessoas próximas, melhor qualidade de vida.⁵

5. O eixo redes de apoio desenvolverá esse ponto com mais detalhamento.

A estrutura oferecida pelo governo para análise das solicitações de refúgio e as influências políticas que podem intervir no processo de concessão do *status* de refugiado no país, de fato, têm suas limitações. A título de ilustração, contudo, destaque-se que, no início de dezembro de 2019, o Conare aprovou, de uma única vez, a concessão de mais de 20 mil vistos a venezuelanos (Brasil, 2019a). Esse episódio evidencia a relevância que o governo brasileiro atribuiu ao fluxo de venezuelanos nas fronteiras brasileiras, tendo as etapas subsequentes à questão documental resultado na posterior e imediata adoção de um programa de interiorização e redistribuição dessa população em outras regiões, com a criação simultânea de comitês locais.⁶

Para além da concessão documental e do reconhecimento do *status* de refugiado, a presença contínua do poder público se faz importante, mas não prescinde de forte articulação com os demais atores. A criação de comitês gestores locais tem resultado em padrões desejáveis de acompanhamento de múltiplos setores, com os entes governamentais impulsionando processos, apoiando e sendo subsidiados por organismos internacionais, organizações da sociedade civil e do setor privado. Os comitês estaduais, ou locais, têm importância estratégica em um país como o Brasil, em decorrência de seu extenso território. Esses comitês são concebidos e implementados para funcionar mediante deliberação coletiva e são integrados por representantes de diferentes instituições dos governos federal, estadual, municipal e local, órgãos da sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Os diversos atores que atuam nesses comitês locais refletem a transversalidade do tema do refúgio, afetando diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, públicas e privadas. Sua atuação tem como propósito estabelecer canais de comunicação oficial e, por meio de reuniões regulares, inclusive com migrantes e refugiados, buscam garantir o respeito aos direitos humanos. Igualmente, os comitês são veículos de influência nas agendas políticas e nas formulações (provocações) de políticas públicas, criando suas próprias iniciativas e atendendo às necessidades geradas nos contextos locais.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, cuja presença de migrantes e refugiados remonta a mais tempo, conseguiram ao longo dos últimos anos, ou décadas, criar seus comitês para enfrentar os desafios oriundos dos novos fluxos migratórios e do refúgio. Em São Paulo, por exemplo, foi instituído o Comitê Estadual para Refugiados (CER) e o Comitê Municipal Paulista para Migrantes e Refugiados (CMDH). No Rio de Janeiro, o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR); em Curitiba,

6. Todo esse processo acontece com o apoio do Sistema do Comitê Nacional de Refugiados (Sisconare). Trata-se de uma ferramenta digital em que a pessoa solicita o seu reconhecimento de refugiado no Brasil, permitindo o registro de informações pessoais, o recebimento de notificações, o acompanhamento da sua solicitação e do andamento de processos variados. Mais informações em: <<http://sisconare.mj.gov.br/conare-web/login?1>>.

o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM); e em Porto Alegre, o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico Humano (COMIRAT) (Bezerra Lima *et al.*, 2017).⁷ O Distrito Federal, como uma das Unidades da Federação que mais recebem migrantes e refugiados (Brasil, 2018), necessita institucionalizar e pôr em prática um colegiado com essas características, inspirado em iniciativas como as das outras cidades, mas que contemple as particularidades da região.

Esse ponto ajuda a percepção das respostas dos refugiados registradas no gráfico 2, especialmente no que diz respeito à efetividade na transição entre a provisão de documentos e o cotidiano da vida prática dos refugiados. A necessidade de dispor de comitê local ficou expressa também nas falas dos representantes das entidades. Houve uma manifestação incisiva, quase que em coro, quanto à importância da implementação de grupos, ou redes.

Há interesse em compor o comitê local. Houve várias articulações com governos anteriores, mas nada foi concluído. Precisa ser resgatado, há boas ações na sociedade civil, mas ainda se precisa fazer muita coisa. O Distrito Federal tem sido um território de pouca ação (ACNUR).

Há um grupo de representantes que busca ações de interesse dos refugiados, o IMDH faz parte desse grupo. Cabe ter representação nas esferas federal e estadual/distrital. No caso federal, há várias participações no Congresso e em reuniões com parlamentares. Contudo, na esfera da Assembleia Legislativa do Distrito Federal não houve avanço. Já solicitamos ao [governo do Distrito Federal] GDF várias vezes a criação de um comitê local de refugiados, mas não há encaminhamento dentro do governo para essa pauta. O IMDH tem interesse em retomar o projeto de estruturação de tal comitê. A subsecretaria de direitos humanos pediu um estudo para esse instituto. O estudo foi feito, mas não houve nenhum encaminhamento posterior a isso (IMDH).

Não há uma política nacional integrada. Todas as iniciativas só começam a partir da existência de um comitê local formado por entidades que avaliam políticas e participam da formulação das mesmas. Esse comitê seria um espaço permanente para se pensar políticas de integração. Todas as iniciativas passam por um comitê. A vantagem é essa. Ele exige empenho e vontade política para que as políticas públicas se concretizem (Defensoria Pública da União–DPU).

Não existem estruturas que incentivam a integração, nem do governo federal e nem do governo local. Não tem nenhuma estrutura. O que tem são organismos não governamentais, igrejas, mas é tudo no escopo daquela instituição. Tem uma rede que está se formando. Isso o governo não conhece. No Brasil é baixíssimo o número de prefeituras que possui algum serviço específico ao estrangeiro ou órgãos que se articulem transversalmente para refletir o tema (ObMigra).

7. Estes comitês também atuam fortemente na consolidação das redes de apoio para a consolidação da integração e o combate a problemas como racismo ou xenofobia, tema a ser devidamente abordado em eixo específico.

O grande drama para o setor público é a falta de dados. Nós não temos uma boa política nem de geração de dados e nem de análise dos mesmos. Nos últimos anos não temos qualquer dado sobre migrantes e refugiados que acessaram o microcrédito. Não há servidores que falam inglês. Nós não temos nas estruturas do Distrito Federal atendimento para esse público. Um grupo gestor que ajudasse a pensar essas políticas seria de grande utilidade até mesmo para que o poder público pudesse criar estruturas próprias de atendimento (Secretaria de Estado de Trabalho – SeTrab).

O que se pode destacar ao se analisar essas cinco falas é a convergência de opiniões, apontando lacunas importantes, que transcendem ao reconhecimento da situação de refugiado ou solicitante. Estrangeiros em condições de vulnerabilidade social sofrem com a falta de atendimento de algumas necessidades imediatas. Essa marca se evidencia também no discurso das entidades que trabalham com o tema em Brasília. As dificuldades enfrentadas pelos refugiados em Brasília são resolvidas muito mais pela atuação de redes de apoio e pela capilaridade que se estrutura com o passar do tempo pela própria vida que se leva na cidade do que necessariamente pela assistência governamental.

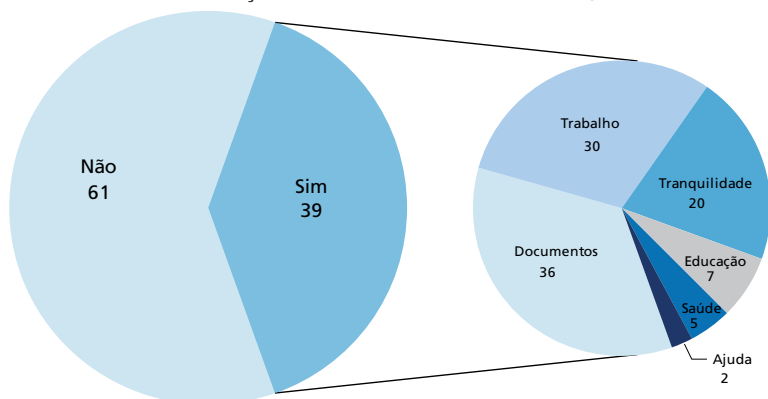
Retomando o tema da documentação e, mais especificamente, detendo-se no dimensionamento do impacto ocasionado pela validação de documentos na vida dos participantes do estudo segundo sua percepção, registrou-se que 39% manifestaram que houve distinção entre a condição de refugiado e a de solicitante de refúgio em variadas áreas de interação social (gráfico 2A): acesso a documentos, trabalho, tranquilidade, educação, saúde e outros tipos de ajuda. Para estas pessoas, ter o RNM facilitou a vida nos aspectos enumerados.

GRÁFICO 2
Integração de refugiados em Brasília: impactos da transição documental na integração local (2019)

(Em %)

2A – Houve mudanças?

2B – Quais?



Elaboração dos autores.

Para a maioria dos respondentes (61%), porém, a transição documental não impactou o processo de integração local, mantendo-se inalterados os desafios cotidianos atrelados à condição de refúgio. As falas a seguir refletem certa polaridade expressa no gráfico 2B. Para alguns, o ingresso na condição de solicitante significou um avanço, pois, a partir desse momento, algumas mudanças na integração da pessoa já se fizeram evidentes, de alguma forma. Contudo, expressiva maioria tem algo importante a dizer quando afirma que não houve mudança com a aquisição documental – ou quando manifesta as dificuldades inerentes ao processo de documentação. Para esses, a integração local se mostra mais lenta, mais difícil, com mais entraves e potencialmente mais desafiadora.

Já morreu muita gente da minha família. Minha mãe está doente e eu não possa viajar por falta de documentos. Eu não tenho ajuda para encontrar os locais que eu desejo ir (refugiado congolês).

A lei é muito bacana, mas não funciona da maneira correta. Não é cumprida (refugiado iraquiano).

Quero dizer que sou refugiada e que minha filha ainda está só com o protocolo, e isso é um problema para nós, pois conhecemos outras famílias que os filhos receberam o documento de refúgio igual aos pais. Porque ela tem que ficar tanto tempo com o protocolo, desde 2017? (refugiada congolesa).

Os documentos que tenho e que deveriam me ajudar a resolver meus problemas, não me ajudam (solicitante ganês).

Preciso muito do meu documento. Criam muita dificuldade. Documento definitivo nunca chega (solicitante ganês).

As dificuldades relatadas por refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, indiferentemente de seu *status* legal, reforçam a percepção de que a questão documental, embora importante, não determina o sucesso do processo de integração local. Para a maioria dos participantes da pesquisa, tende a ser uma questão mais formal do que propriamente prática – haja vista que temas substantivos, como moradia, emprego e renda, tendem a ser resolvidos para além da situação legal.⁸

A percebida ausência de políticas públicas direcionadas ao acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília direciona as pessoas em situação de refúgio a buscar, por sua própria conta, fazer, realizar, implementar e efetivar sua integração local.⁹

O acesso à documentação não consagra algumas questões práticas e pertinentes aos assuntos correlatos à própria lei, como maior facilidade à validação de histórico escolar e diplomas. O exame das respostas sobre validação de histórico escolar

8. A questão econômica, que tem desdobramento na questão laboral e de renda, será mais bem tratada adiante.

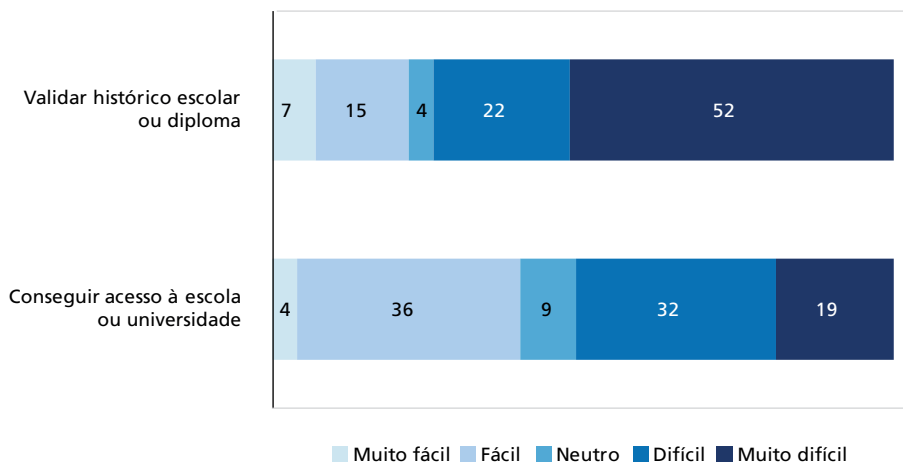
9. Exemplos desses movimentos serão abordados em outras seções deste capítulo.

ou diploma evidencia grande dificuldade por parte dos respondentes: 74% deles consideraram difícil ou muito difícil a validação de diplomas, sendo percebida dificuldade na consecução de acesso à escola ou universidade também pela maioria (51%) (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Integração de refugiados em Brasília: grau de dificuldade de validar histórico escolar ou diploma e de conseguir acesso à escola ou universidade (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Importante observar que a validação de documentos dispõe de regulamentação em lei, enquanto outros procedimentos destacados não dispõem de legislação federal específica que assegure e garanta sua oferta às pessoas em situação de refúgio, respeitando as especificidades de sua condição. Nota-se, assim, um descompasso entre as garantias previstas de modo específico na legislação federal e as percepções individuais dos respondentes a respeito dessas dimensões do processo de integração local, manifesto nos diferentes graus de dificuldade indicados na pesquisa.

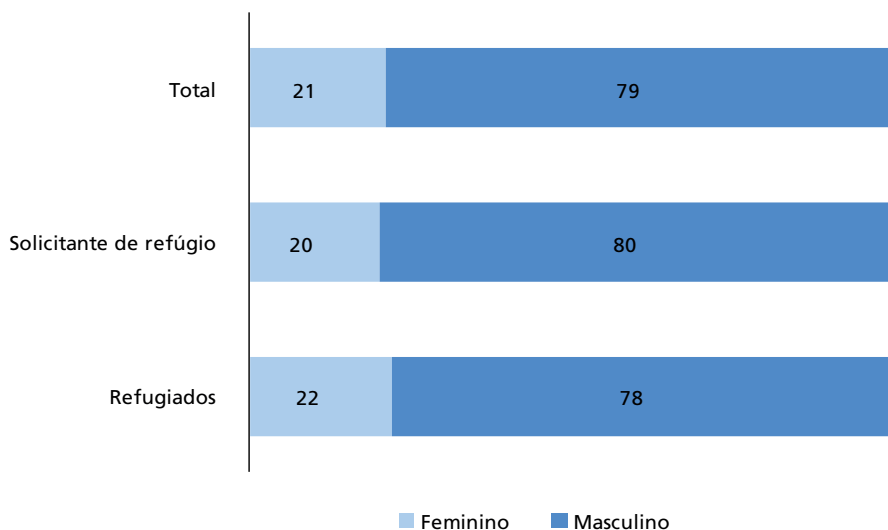
Vale ressaltar, finalmente, que esses graus de dificuldade percebidos podem ser atribuídos aos custos dos serviços ou, ainda, a eventuais entraves burocráticos, sem contar o tempo despendido para a complementação dos processos. Reforça-se, nesse sentido, a percepção de que a integração de pessoas refugiadas em comunidades locais não ocorre mediante, exclusiva ou essencialmente, a edição de ato jurídico exarado em nível administrativo federal. Os detalhes operacionais e a dinâmica da implementação dessas normas se concretizam nas esferas locais, que precisam estar preparadas para isso.

3.2 Gênero

A experiência vivenciada por cada pessoa no refúgio caracteriza-se por sua singularidade, sua individualidade. É agudizada pelos agravos que ocorrem nos deslocamentos humanos forçados que não respeitam gênero e faixa etária. Ou seja, o refúgio forçado se abate sobre todas as pessoas, desrespeitando todo e qualquer perfil.

No caso da pesquisa de campo realizada em Brasília, constatou-se, porém, a prevalência de respondentes do sexo masculino, sendo as mulheres pouco mais de 20% da amostra (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Integração de refugiados em Brasília: distribuição dos respondentes segundo gênero (2019)
(Em %)



Elaboração dos autores.

É nesse momento que a análise de dados da pesquisa chama atenção para algumas das múltiplas questões que tocam a singularidade da mulher no âmbito do refúgio e a imprescindibilidade de ser pensada como uma variável importante para a integração local.¹⁰

10. Outros recortes para além desses públicos são possíveis de serem realizados, como, por exemplo, aquele que considere a incorporação e identificação dos grupos de minorias sexuais. Contudo, para fins desta pesquisa, manteve-se a identificação binária, mais tradicional.

Não se pretende atualizar ou revisitar o perfil dos refugiados no Brasil ou, tampouco, em Brasília.¹¹ Contudo, a amostra indica a expressividade clássica dos deslocamentos humanos, voluntários ou forçados, como o de migrantes e refugiados,¹² a partir da imagem inicial da masculinização do processo. Ou seja, o homem é descrito, também na literatura acadêmica, como o agente central e principal ator da diáspora, seja ela motivada por qual razão for, inclusive refúgio.

Aqui, procede-se a uma reflexão particular que incite a percepção dos números em si e de pistas e evidências que evidenciem a integração local, seus desafios e suas particularidades no que tange às dimensões de gênero em Brasília.¹³ A prevalência do papel masculino frente ao feminino evidencia-se ao se cruzarem dados de 79 homens respondentes com outras respostas, especialmente quanto à composição familiar.

Alguns questionários foram aplicados às famílias. Nessas circunstâncias, um viés pode ter sido criado, fazendo com que a percepção sobre o processo de integração pelos respondentes tenha tido o olhar do “chefe do lar”, que oculta uma série de detalhes específicos de outros adultos do grupo que habitam o mesmo lar, como é o caso da mulher. Isso não inviabiliza ou prejudica a amostra feita; pelo contrário, mostra a riqueza dimensional de como as relações de poder se dão, também, nos processos que envolvem refugiados. É equivocado querer entender o refúgio como um fenômeno deslocado das variadas dinâmicas sociais, dada a fragilidade em que os sujeitos se encontram. Em todos os universos relacionais, o poder se manifesta, e, no grupo investigado, isso não foi diferente.

Foucault (1979; 2007) indica que o poder se manifesta em todas as dimensões relacionais envolvendo seres humanos, especialmente quando em relações diretas, uns com/sobre os outros. Para além de uma análise teórica do que a leitura dos dados traz, o que se busca aqui é evidenciar que a mulher não é uma minoria descrita no processo. Ela é agente central, mas, por conta das dinâmicas culturais nas quais está inserida, sua voz, sua presença, sua estatística, sua expressão podem ficar aparentemente em desvantagem quando se olha para o ator central do movimento do exílio, seja ele de que matiz for. Os desafios à integração diferem de homens para mulheres justamente por causa das discrepâncias sociais e historicamente

11. Interessante observar, porém, que a prevalência de refugiados e solicitantes de refúgio do sexo masculino é compatível com os achados do levantamento dos perfis sociodemográficos dos refugiados no Brasil. Ressalvando-se as diferenças de método e mudanças decorrentes do distanciamento temporal dos dois estudos, a pesquisa dos perfis identificava que “entre os reconhecidos via elegibilidade, 73% são do gênero masculino e 27% do gênero feminino, enquanto no caso dos reassentados 55% são do gênero masculino e 45% do feminino” (Bezerra Lima *et al.*, 2017, p. 193).

12. Há uma discussão própria acerca da voluntariedade das migrações laborais quando comparadas com os deslocamentos compulsórios dos refugiados. Há autores que indicam e defendem que as próprias migrações laborais são tão compulsórias quanto os deslocamentos causados pelo refúgio. Contudo, para fins desta pesquisa, mantém-se a abordagem focada nos indivíduos refugiados ou solicitantes de refúgio.

13. Da mesma forma, para fins de simplificação do real, adotaremos a padronização que considere masculino para homens e feminino para mulheres. Por vezes, a redação poderá alternar as nomenclaturas, tomando mulher por feminino e vice-versa.

construídas entre os dois gêneros, especialmente em ambientes socioculturais machistas e patriarcais.

Mulheres participam das diásporas, dos movimentos migratórios, do refúgio. Seus dramas e necessidades muitas vezes são tidos como equivalentes e equiparáveis aos dos homens. Derrida (2002) destaca que cada ser sabe o tamanho do seu próprio processo, não sendo tal processo da ordem do calculável, mas é forçoso partir de um ponto que observe necessidades distintas para as mulheres quando se pensa em refúgio e integração local. Nesse sentido, independe de se a mulher está sozinha ou acompanhada. A integração local da refugiada necessita de um olhar próprio, não melhor do que outras populações, mas diferenciado, por conta, entre outras coisas, da cultura herdada e da cultura local. É assim que se resgata o olhar de vanguarda internacional, que já observa e prevê a distinção entre um público e outro, para pensar a integração local como um elemento de real dimensão, também de mulheres refugiadas. Não se trata de facilitar o ingresso no Brasil, não se trata da concessão de documentos, não se trata do reconhecimento formal de refúgio. Trata-se de direcionar olhares próprios para questões próprias.

A amostra dos dados de campo evidencia situações como as que se destacaram neste primeiro eixo analítico. No banco de dados montado a partir da aplicação dos questionários, as respostas às necessidades não supridas e sem respaldo de instituições ou redes de apoio trazem especificidades relativas à condição da mulher. Situações coletadas a partir de falas e impressões nos possibilitam, em meio às estatísticas, números e frequências, verificar como a análise do discurso se torna um elemento relevante para identificar os sujeitos da pesquisa e suas falas, a partir de um contexto que influencia o sujeito e, da mesma forma, de um sujeito que influencia o contexto.

Na análise do discurso, os sujeitos passam a ter o seu lugar de fala reconhecido, tendo o ato de se comunicar como uma possibilidade de agir sobre o outro. Alguns extratos do questionário semiestruturado nos permitem, então, observar o que passaram algumas mulheres.

Quando cheguei, vi que só por ser cubana é muito difícil conseguir trabalho (refugiada cubana).

Quando eu estava grávida e precisava de antibióticos, ninguém ajudou (refugiada congoleza).

Quando tive meu bebê no hospital e já tinha duas crianças em casa foi muito, muito difícil (refugiada nigeriana).

Vivi na rua, não sabia quais instituições poderiam me ajudar por ser refugiada, inclusive para conseguir documentação (refugiada congoleza).

Diante das falas dessas pessoas, não há como não interpretar os discursos – que por si sós são incompletos, não apresentam necessariamente um princípio e muito

menos um fim, mas carregam conteúdos importantes para o que aqui se busca conhecer, evidenciando a palavra em um movimento que fortalece o número, a frequência e a estatística. Observa-se que há um lugar de fala nessas mulheres e ele provém de um espaço de abandono, talvez duplo: o primeiro, no país de origem; e o segundo, cada vez mais consolidado no Brasil.

O refugiado sempre busca algo melhor para sua situação de vida, mas em especial as mulheres têm nessa busca elementos próprios e particulares às suas condições e circunstâncias. O fato de ser mulher, ser estrangeira, ser mãe e, em algumas circunstâncias, chefe do lar, especialmente quando emergem circunstâncias de exclusão e de necessidades, expõe os rostos femininos do refúgio também em Brasília. Esses rostos femininos abrem uma série de espaços para se observar o universo da mulher nos cenários dos deslocamentos forçados, revelando um universo quase que próprio, pouco observado, pouco explorado e, em muitos casos, analisados como um fator de menor envergadura e importância diante da padronização masculina a que o processo geralmente está submetido.

Um olhar diferenciado e específico precisa ser pensado para uma população diferenciada e específica. Esse fato não passa despercebido na atuação de entidades locais voltadas ao acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio. A Universidade Católica de Brasília (UCB), por exemplo, quando destaca a atuação com o ensino da língua portuguesa aos refugiados, via Projeto Sermais, considera importante um olhar direcionado à questão de gênero.

O público que procura os serviços do projeto geralmente é masculino. Contudo, existem mulheres que também procuram o projeto, geralmente mulheres com filhos. Essa realidade aparece pouco, mas existe. Então há essa preocupação. Muitas mães venezuelanas e ganesas trazem suas crianças. Tentamos acolher da maneira possível para que haja a aula sem que as crianças fiquem desacompanhadas. Como cada caso é um caso, não há um encaminhamento geral para essas situações (UCB – Sermais).

Parte dos relatos anteriormente descritos indicam que questões relacionadas ao acesso de cuidados maternos são um claro exemplo de como o elemento gênero se evidencia diferentemente quando observamos fenômenos como o do refúgio. Esse é um dos campos exemplares em que destacamos a necessidade de um olhar específico para a integração local para homens e mulheres. Um olhar específico, apesar de sempre carecer de ajustes e aprofundamentos, já é algo discutido de forma mais ampla e aberta em outras sociedades e observadas pelos organismos internacionais como de alta relevância para os desafios do século XXI no que toca aos movimentos de refúgio, sejam eles Sul-Norte ou Sul-Sul.

A título de reforço e ilustração, o *Relatório de 2015*, publicado em conjunto pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados, o ACNUR, pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) e pela Comissão para Mulheres

Refugiadas (Women's Refugee Commission – WRC), indicou que o sucesso das políticas de integração local depende do nível de consciência das autoridades locais e da real atenção que elas dão a grupos específicos dentro das populações refugiadas: mulheres e jovens mulheres. Esses desafios não se encontram superados nem em regiões onde a questão se evidencia há mais tempo, como é a realidade de parte da Europa descrita no relatório, e devem ser considerados na abordagem da integração local de refugiados e solicitantes de refúgio em localidades brasileiras para sua plena compreensão (UNHCR, UNFPA e WRC, 2015).

Em consonância com o relatório indicado, outra publicação (UNHCR, 2015) relata casos de mulheres centro-americanas com idade entre 18 e 57 anos que buscaram refúgio nos Estados Unidos. Algumas delas relataram que fugiram pelos mesmos motivos que assolam os homens (violência, perseguição de gangues etc.), mas destacaram que também fugiam da violência existente dentro de seus lares, cometidas pelos seus parceiros e maridos.

O drama e os dilemas das mulheres centro-americanas não são uma realidade isolada e ausente na sociedade brasileira e brasiliense. Esses mesmos males estão presentes em diversos lugares e envolvem sujeitos agressores e agredidos. No contexto das migrações e dos deslocamentos populacionais forçados, a violência de gênero se ramifica também para a violência doméstica, e os países que decidiram acolher refugiados precisam observar as vulnerabilidades variadas existentes nesse cenário.

Novamente, a política global de acesso a justiça, educação e saúde é uma sinalização importante para o ingresso de refugiados em um sistema público de cobertura e proteção, mas é insuficiente no que toca às particularidades de alguns casos, como os de refugiados e refugiadas, também, em Brasília.

Um representante de entidade local dedicada ao atendimento de pessoas em situação de refúgio destacou que

a mulher no contexto migratório e de refúgio precisa receber um olhar diferenciado do poder local. A função que inaugura essa responsabilidade vem do Estado. Outras populações igualmente sofrem com esses mesmos motivos. Pensar em políticas públicas para esse público dinamiza e fortalece as iniciativas já existentes, como a nossa. Sem políticas públicas, o nosso trabalho fica muito mais difícil e de alcance limitado (Cáritas).

Ao retomar a comparação da distribuição dos respondentes segundo gênero (gráfico 4), torna-se evidente que as porcentagens totais mascaram importante aspecto da realidade.¹⁴ O homem refugiado, embora sujeito fragilizado em variadas questões, mantém ao seu lado e a seu favor o peso das estatísticas, o

14. Justificam, ademais, as reflexões de pensadores como Appadurai (2009), que, ao abordar a globalização, destaca, por um lado, o livre fluxo de mercadorias e, por outro lado, as barreiras com que se defrontam as pessoas, em especial em sua liberdade de ir e vir entre países. Os refugiados, nesse contexto, sofrem ainda mais.

peso dos números, quase sempre, avassaladores. Nesse sentido, o descompasso entre esses registros estatísticos da amostra desfavorece a análise da situação de gênero, evidenciando-se “o medo ao pequeno número”, nos termos referidos por Appadurai (2009).

O “pequeno número” expressa uma realidade, uma face da integração local que evidencia a incerteza absoluta em diversas direções. Essa dúvida paira sobre os próprios refugiados, paira nos governos locais, paira nas comunidades que receberão essas pessoas e suas cosmologias de mundo, sem contar a preocupação com os custos que isso acarreta, tangível e intangivelmente. Contudo, para além dos custos, para além do ônus, esse processo, quando bem acompanhado, pode trazer bônus em diversos aspectos, possibilitando a percepção de outros protagonistas, como a própria mulher.¹⁵

Nesse contexto, as entrevistas constituem, uma vez mais, fonte importante para ilustrar, dinamizar e redimensionar a potencialidade das estatísticas, caracterizando melhor as percepções e autopercepções sobre o processo de integração.

Há saberes que podem ser integrados às práticas locais no Distrito Federal, sem representar somente um custo a mais, por exemplo, para os serviços de saúde. A criação de serviços especializados pode potencializar trocas entre as mulheres nacionais e as refugiadas para arranjos variados na economia produtiva local (Cáritas).

Inúmeras vezes, na rua, com minha filha, precisei de algo – comida, assistência – e negaram (solicitante venezuelana).

O Brasil não nos inclui no sistema. Não quero ser um fardo para o país. O Brasil não enxerga que o refugiado pode dar um retorno para o país se nos derem a possibilidade de mostrar nosso valor (refugiada síria).

A necessidade de políticas públicas para os refugiados fica consignada nessas passagens. Está-se diante de um grupo de pessoas com características diversas, entre si e, ainda mais, em relação às populações nativas. Trazer essas pessoas para a formalidade dos processos é um primeiro passo para a efetivação de sua integração na comunidade local como indivíduos plenos.

Nas entrevistas realizadas em Brasília com representantes de entidades que atuam junto a pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, o que se percebeu em muitos aspectos foi um imenso vazio de acolhimento. Constatou-se, sim, a realização de atividades e ações específicas, com dimensões específicas, que funcionam em determinada medida, mesmo que de maneira mais tímida ou embrionária.

No que toca à atenção à mulher, observaram-se, contudo, vazios de dimensões variadas. Uma iniciativa que destoa e desponta como um potencial marco em

15. Mais adiante, no eixo trabalho, serão apresentadas algumas iniciativas de arranjos econômicos que destacam os refugiados.

Brasília foi a criação de um grupo de estilistas refugiadas africanas que encontraram espaço local para produzir e empreender, um aspecto a se examinar na apreciação do eixo trabalho e geração de renda.

3.3 Educação e língua portuguesa

A educação é um dos fatores de maior preocupação na integração local. Nela se evidenciam também as habilidades idiomáticas que facilitarão a integração, desde a passagem pela questão documental até os estágios mais acentuados de emprego e interação local com os nativos. A educação é uma ferramenta de alta utilidade e geradora de riqueza, tanto tangível quanto intangível, e, ainda, elemento da emancipação social.

O aprendizado da língua se consagra na efetividade das trocas possíveis entre nativos e estrangeiros no cotidiano das cidades, partindo das coisas mais simples até as mais desafiadoras. É nesse contexto que se identifica a importância desse eixo como fator de análise da integração local, destacando-se, por meio dos participantes da pesquisa e da literatura adotada, o modo como se evidenciam os desafios que envolvem o ato educacional, assim como as habilidades.

Como ponto de partida em termos conceituais, adotou-se o entendimento amplamente trabalhado por Brandão (1999), que destaca a manutenção de práticas culturais, remodeladas ou não, com o passar do tempo, haja vista sua utilidade para um determinado grupo, no decorrer de sua história, para lidar com o cotidiano e a realidade, sob vieses culturais variados. Dividindo-se entre experiências herdadas e cultivadas no interior de várias instituições – sobretudo a família e a escola –, a educação se evidencia também na vivência das pessoas umas com as outras, para além de vínculo institucionalizado (Freire, 1989).

No que toca aos refugiados e solicitantes de refúgio, todas essas perspectivas do que se entende pelo termo educação se mostram presentes e importantes para o processo de integração local, sendo destacadas e mencionadas não somente em documentos internacionais mas em referências nacionais, como a própria Lei de Refúgio.

Com o cuidado de não se tomar a parte pelo todo, neste primeiro momento, o esforço é identificar como os participantes da pesquisa indicam suas capacidades, habilidades e limitações no manejo da língua portuguesa para, adiante, tecer comentários e cruzar novos dados que permitam abordar mais amplamente a educação em diversos níveis (acesso, manutenção e conclusão). Essa abordagem por etapas se faz necessária pela transversalidade do tema, com impacto na percepção e na prática das demais dinâmicas integradoras, como é o caso das partes documental e econômica.

Assim, convém realçar, de saída, a partir da extração dos dados de campo, que, para refugiados e solicitantes de refúgio, o que é mais importante indicar é o grau de intimidade, ou o nível de proficiência, que eles dizem ter em língua portuguesa para resolver problemas práticos do dia a dia. Trata-se de uma verificação que destaca a capacidade de “fazer funcionar” o uso da língua no momento de comprar algo no supermercado, de buscar informações úteis, tanto para eles quanto para suas famílias, na tentativa de saberem como lidar com uma necessidade momentânea, tendo que resolvê-la em um novo código linguístico.

Além das necessidades imediatas, quando se trata de integração, a efetivação do processo por si só pede mais, e o tempo pode trazer isso, pois as soluções duradouras passam pela vinculação dos refugiados com o espaço e com o idioma local, fazendo com que o presente se projete para o horizonte de sua permanência. Essa constatação não é uma livre inferência indireta da análise dos dados. Pelo contrário, se evidencia e se revela mais nitidamente quando se observa, nas respostas coletadas, a projeção que fazem do futuro. Ou seja, há comumente a pretensão de permanecer no Brasil, e não somente isso, mas de efetivar a reunião familiar, trazendo parentes que ficaram no país de origem.¹⁶ Para tanto, cada vez mais o domínio do idioma se mostra necessário, indo além do impulso inicial de “fazer a vida funcionar” nas necessidades mais imediatas. Conhecimentos de outras línguas e saberes variados trazidos pelos refugiados ajudam no cotidiano e no aprendizado do português, como também na imersão sociolinguística a que eles estão submetidos cotidianamente.

Refugiados em novos contextos podem ser entendidos sob o significado de duas palavras: experimentação e reapropriação. A experimentação representa toda manifestação que envolve a pessoa com aquilo que não lhe é familiar, com o que é novidade e que o remete a experiências não vividas anteriormente. Já a reapropriação é a dimensão daquilo com que a pessoa se identifica e que não é necessariamente novo em sua experiência de vida, mas que, por força da singularidade e da atual experiência, no caso, o refúgio, pede uma nova maneira de lidar com a realidade, um novo jeito de se relacionar com questões que já lhe foram apresentadas em sua trajetória, mas que agora se apresentam em outro nível, influenciadas e contextualizadas pela experiência do deslocamento muitas vezes forçado (Sayad, 1998).

Certeau (2016) desenvolve uma reflexão semelhante, mas robustecida pela sinalização de que a reapropriação e a experimentação são variáveis embutidas em uma única relação social que molda o indivíduo a partir do entendimento e do conhecimento dos saberes já sistematizados dentro de um grupo. É a prática social que ambienta o indivíduo ao cotidiano.

16. Os eixos 5 e 6 darão essa dimensão.

A prática social acolhe o novo membro de uma comunidade e o encaixa na vivência social. Ler, conversar, habitar, cozinhar estão no que o autor chama de operações singulares que transitam entre experimentação e reapropriação, dinamizando todo o processo educativo e de educação pelos quais passam também os refugiados. Por processos educativos e de educação, *lato sensu*, pode-se entender a assimilação de saberes variados úteis e importantes para a manutenção da vida em sociedade, como também de processos, *stricto sensu*, relacionados diretamente ao ato educativo escolar, aliado, inclusive, ao aprendizado de um novo idioma, à apropriação de uma nova língua que condiciona e impacta, justamente o que Sayad (1998) e Certeau (2016) chamam de aproximação e reapropriação.

De forma a robustecer e partir para os encaminhamentos finais desta abertura conceitual que tem como propósito reforçar a leitura dos dados apresentados adiante, resgata-se a importância de três outros autores que problematizam e ressignificam as variáveis história, educação e riqueza: Leo Huberman (1973), John Dewey (1979) e Eric Hobsbawm (2011).¹⁷ Apesar de os contextos que geraram as ideias desses três autores terem cenários e motivações variadas, elas são úteis para indicar como a educação, como elemento de integração local de refugiados, se faz importante para reforçar duas outras variáveis que se juntam à reapropriação e à experimentação: o conhecimento acumulado e a experiência social para geração de riqueza.

Quando o refugiado é observado não somente como um agente passivo mas como uma pessoa vulnerável, talvez se encontre nele um elemento de real contribuição ao desenvolvimento das nações, das cidades e das sociedades onde ele se encontre, especialmente no que toca à geração de riqueza. Caso o argumento da solidariedade não seja suficiente para a acolhida, talvez o da contribuição para a melhoria coletiva, em termos quantitativos e qualitativos, possa ser usado para tal. Nesse sentido, o fator educação é fundamental, seja ele entendido como for.

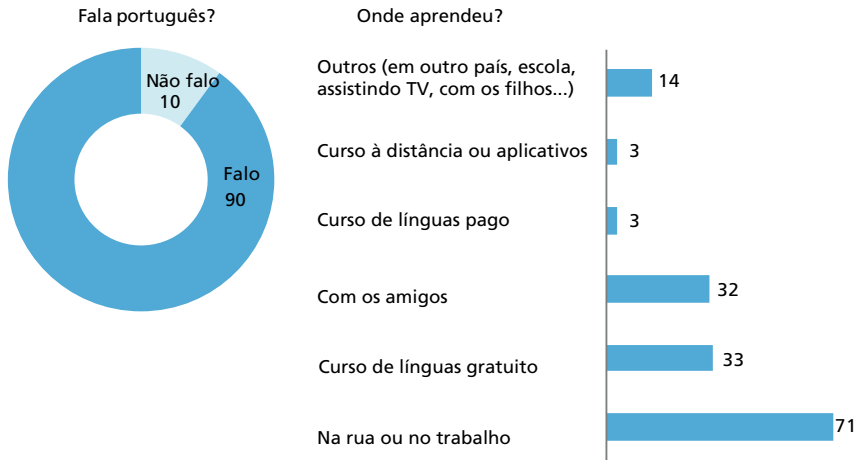
Em suma, é nesse ambiente do elemento educacional, institucionalizado via escola ou outras instituições sociais, que o pensamento dos autores referidos auxilia no resgate de saberes herdados, talvez ainda na cultura dos países de origem, e os coloca a favor e a serviço do desenvolvimento local. Essa ideia reaparecerá e será moldada nos eixos subsequentes, especialmente do elemento trabalho. Vale enfatizar, nesse sentido, que educação e língua são elementos de um mesmo processo e que, juntas, facilitam outros processos daí decorrentes.

Sobre o domínio da língua portuguesa, a pesquisa de campo em Brasília mostrou que 90% dos respondentes afirmaram que falam o idioma (gráfico 5).

17. As ideias desses três autores têm como pano de fundo a aplicação da educação em sociedades europeias e norte-americanas em pleno desfrute do advento industrial, na primeira metade do século XX, mas que, resguardadas as devidas proporções, mostram uma projeção semelhante, que pode ser aplicada ao contexto de Brasília. O elemento educação, conjugado com as variáveis já indicadas, pode fortalecer a integração local por meio social, jurídico e laboral, também nas potencialidades encontradas em Brasília e sua vocação para o comércio e a prestação de serviços.

GRÁFICO 5

Integração de refugiados em Brasília: habilidades em falar português e onde aprendeu (múltiplas respostas)¹ (2019)
(Em %)



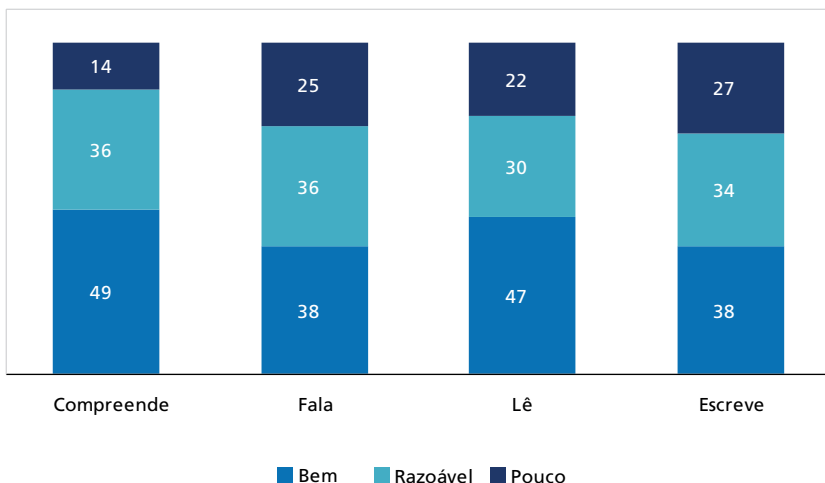
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Múltiplas respostas significa que, nos questionários, era possível assinalar mais de uma alternativa.

Quando se observam outros dados obtidos na própria amostra, verifica-se a existência de desafios no ato de saber falar (gráfico 6). Esses desafios podem se manifestar nas várias camadas da vida cotidiana, como na hora de buscar um emprego.

GRÁFICO 6

Integração de refugiados em Brasília: distribuição dos entrevistados que sabem falar português segundo a competência declarada no idioma (2019)
(Em %)



Elaboração dos autores.

Os gráficos 5 e 6, analisados conjuntamente, demonstram que a fala e a escrita carecem de ajustes, reparos e atenções especiais. A não observância de cuidados com esses pontos pode provocar desequilíbrio em outras dimensões da integração, como se percebe em campos já citados.¹⁸

É comum que os imigrantes na condição de refugiados ou solicitantes de refúgio aprendam a falar a língua portuguesa no cotidiano das ruas, nas relações informais e diárias. As ruas talvez sejam as maiores e principais escolas que os refugiados têm – o que pode comprovar que a necessidade é mesmo a mãe de todos os conhecimentos.

Para a pesquisa, a percepção do aprendizado das falas da rua é fundamental, pois o que se extrai disso é conhecer as motivações e as relações dos refugiados com meios mais eficientes para a apropriação da língua, reconhecendo como são valiosos os “professores” dos estrangeiros deslocados e radicados em Brasília. Afinal, na prática, a falta de amparo formal acaba por dificultar, para refugiados de diferentes nacionalidades, o acesso a mecanismos e instituições que os auxiliem no aprendizado do idioma. O aprendizado da língua se dá no cotidiano dos refugiados, sem a necessidade de estudos formais. As situações práticas do dia a dia são os “professores” deles.

As entrevistas com os representantes das instituições que atuam com refugiados reforçaram algumas das questões constantes em registros estatísticos e gráficos a respeito do tema e apresentaram novos olhares e aprofundamentos importantes para se pensar sobre as duas variáveis aqui em destaque, especialmente quando aliamos a elas as ideias e os pontos de vista dos autores até então usados na elaboração desta narrativa. Algumas das passagens obtidas na pesquisa de campo deixam clara a importância do aprendizado da língua portuguesa, bem como a relevância crescente de sua certificação.

A integração começa com a língua. Aqui na UCB, entendemos que todo começo se dá com o ato de fala, não se resume a isso a integração local, mas se começa assim. É nesse sentido que buscamos desenvolver as atividades do projeto junto aos refugiados dessa região.

(...)

A demanda pelas aulas de português cresceu de 2018 para cá. Contudo, além da demanda pelas aulas em si, também veio uma demanda por certificação. Dessa forma, decidimos nos organizar e oferecer certificação para eles. Aquele refugiado que manifestar o desejo de uma certificação de proficiência pode se submeter a uma

18. Adiante, no eixo analítico pertinente a renda e trabalho, o fator habilidade com a língua portuguesa e educação retorna para a devida contextualização. O elemento língua portuguesa se conjuga com o eixo trabalho, mas também se origina no eixo redes de apoio.

prova no modelo CelpBras.¹⁹ A gente já consultou os órgãos competentes para ver se esse certificado tem validade, já recebemos a sinalização positiva, então está bem redondinho nesse aspecto. A gente foi aprendendo, depois o curso de Letras da UCB entrou e formalizou (UCB – Projeto Sermais).

O idioma é um ponto que dificulta demais a integração. Há várias ações no Distrito Federal em relação a cursos de português, como o Projeto [Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros da Universidade de Brasília] NEPPE/UnB, da UCB e do [Instituto Ensino Superior de Brasília] IESB. Contudo, deveria haver um curso com diploma, certificação de nível para auxiliar os refugiados a comprovar o grau em que eles se enquadram no idioma. OIMDH começou em 2016 uma articulação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal para inserir curso de português nos Centros Interescolares de Línguas (CIL) para que o aluno estrangeiro pudesse ter a chance de ter o certificado de proficiência em língua portuguesa (IMDH).

O que se pode observar dessas falas, articuladas com as representações gráficas e estatísticas das entrevistas, é que a integração se evidencia com a aprendizagem da língua portuguesa. A leitura dos dados, em conjunto e comparados, possibilita observar a fluidez da vida em Brasília, assim como os desafios atrelados ao domínio do idioma.

A formalização apontada pelo IMDH quanto à necessidade de uma certificação coincide com um dos propósitos do Projeto Ser, que se encontra em fase embrionária. Talvez se possa evidenciar e perceber como o paradigma destacado pelo ObMigra pode ser pensado em Brasília a partir de suas próprias articulações. Nesse sentido, verifica-se uma tendência de encarar o aprendizado da língua portuguesa como um desdobramento do ato educacional que por si só apresenta desdobramentos, como o acesso à escola e à universidade a partir do contexto do refúgio. Para que isso se viabilize, no entanto, a presença do Estado precisa se fazer contínua, para além do reconhecimento documental.

Outro ponto importante e que merece destaque se evidencia na fala do IMDH quanto à necessidade da presença do Estado nas questões setoriais de educação/aprendizado da língua portuguesa. A rede pública de Brasília disponibiliza para seus estudantes no contraturno das aulas regulares acesso aos centros interescolares de língua para a aprendizagem de inglês, espanhol, francês e japonês. Toda essa infraestrutura e *expertise* de conhecimentos, assim como de serviços prestados à comunidade local, pode se converter em importante *locus* de atuação

19. O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame brasileiro oficial para certificar o domínio do português como língua estrangeira. O exame é aplicado semestralmente no Brasil e no exterior pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com apoio do Ministério da Educação (MEC) e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. As provas são realizadas em postos aplicadores: instituições de educação superior; representações diplomáticas; missões consulares; centros e institutos culturais; e outras instituições interessadas na promoção e difusão da língua portuguesa. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/acoes-internacionais/celpe-bras>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

e serviços de mão dupla, pois, havendo dentro das escolas um espaço destinado à facilitação da ambientação do estrangeiro, o refugiado pode compartilhar seus saberes com estudantes brasileiros. Desse modo, nesse universo de trocas que ocorre nas aulas das escolas de idioma, as aulas de espanhol, inglês e francês assumiriam uma nova dimensão com a presença de sul-africanos, caribenhos, africanos e pessoas de outras regiões do mundo.

O que se percebe em Brasília é que o aprendizado da língua ocorre por diversos meios, mas, em termos mais organizados e estruturais, o potencial articulador do poder público, mediante a mobilização da estrutura educacional já existente, não é explorado em sua plenitude, ensejando melhorias que contribuam no processo de integração local. As falas dos refugiados e dos solicitantes que participaram da pesquisa refletem a relevância do aprendizado da língua e suas implicações sobre outras dimensões do processo de integração local.

Foi difícil conseguir emprego pela primeira vez por conta da língua (refugiado ganês).

No Brasil, a comunicação é difícil pra quem não fala português direito. Português é importante para se comunicar no mercado e na convivência para integração (refugiado bengali).

Dificuldades para me expressar bem. Sempre precisar de tradutor (refugiado sírio).

Na sequência, o aprendizado da língua vem a reboque da geração de renda e das questões laborais.²⁰ Foi difícil conseguir emprego pela primeira vez por causa da língua. Minha primeira patroa não me pagou o que prometeu, somente metade (refugiada venezuelana).

As respostas dos entrevistados ressaltam o impacto do aprendizado do idioma local em suas vidas. A assimilação da língua se projeta na comunicação dessas pessoas em variadas direções, principalmente para assegurar as reivindicações de seus direitos e para não serem alvo de injustiças ou ofensas. Essas preocupações se inserem num processo de aprendizagem do idioma que contempla situações reais impostas pela vivência. Aulas em um padrão clássico de aprendizagem, com foco no conteudismo e desvinculado da emergência prática pedida pelo cotidiano (aliada a outras prioridades que podem surgir), correm um grave risco de cair no desestímulo e no abandono por parte dos refugiados.

Adiante, apresenta-se uma lista de instituições privadas e da sociedade civil que atuam na acolhida e no ensino da língua portuguesa. São instituições que desenvolveram métodos próprios, adaptados com materiais transversais, que tocam não somente no uso da língua pela língua, mas abordam conteúdos afetos à vida e ao interesse do refugiado no Brasil.

20. O próximo eixo dará espaço exclusivamente para o trabalho. Convém destacar que os cruzamentos língua portuguesa/educação e trabalho são altamente conexos, sendo alguns argumentos adiantados nesta subseção, evidenciando-se como uma coisa está intimamente atrelada à outra.

Observação singular a respeito do aprendizado do idioma português nas ruas dá conta de que, além do desconhecimento da existência desses centros de ensino, os refugiados que os procuram encontram dificuldades de acesso. Os cursos oferecidos pelo GDF, por exemplo, são gratuitos, mas os deslocamentos são pagos, afora o incontornável problema de que o horário das aulas coincide com o horário do trabalho. Assim, já que no trabalho, além de remuneração, ainda de acordo com os respondentes, há a compulsoriedade do estudo, mesmo que indireto e informal, frequentar aulas no modelo clássico e convencional, em detrimento da remuneração, não é uma escolha plausível.

Nesse sentido, o trabalho se converte na própria “sala de aula”, trazendo a transversalidade analítica aqui proposta. É a partir do próprio labor na venda de frutas ou na construção civil que se aprende vocabulário e gramática. A prova e o exame de proficiência são as próprias relações estabelecidas na dinâmica de trabalho, sendo a aprovação e a titulação obtidas na interface com clientes e patrões no próprio ambiente de trabalho. Ou seja, para o refugiado ou solicitante de refúgio que vende frutas na feira, é na interação com o cliente que a dinâmica do idioma se efetiva e é atestada como funcional ou não. Esse fato fica consignado na fala de alguns dos respondentes, assim como a própria importância da língua como facilitadora do processo de integração.

Não tenho tempo para estudar português, pois trabalho treze horas por dia (solicitante ganesa).

Quando eu não falava português, passei oito meses sem qualquer ajuda, vendendo água na rua (refugiado sírio).

Justapondo os gráficos 4 e 5, percebe-se que a integração se dá também pela língua em todas as suas dimensões (fala, escrita, leitura e compreensão), mas com desequilíbrios entre elas. Para aqueles que declararam saber falar o português, foi perguntado qual era sua avaliação do nível de competência no idioma. Observe-se que a maior avaliação está na compreensão, seguida pela leitura (49,5% e 47,5%). A maior dificuldade está em escrever e falar. É aqui que se pode ter a real dimensão do que significa “falar português”, pois, quando se consideram as habilidades globais, observam-se carências em variados aspectos. O fator tempo, nesse sentido, conforme destacado anteriormente, ajuda nesse processo, que pode ser acelerado mediante a destinação e o uso de recursos para os refugiados.

O acesso mais amplo ao sistema educacional e ao mercado de trabalho, ao sistema de saúde, ao sistema legal, entre outros acessos, efetiva-se mediante a comunicação linguística, que, por sua vez, tende a ter relação com o tempo de permanência do refugiado no país. O tempo é uma variável que tende a impactar positivamente nessa intimidade comunicacional, uma vez que o sujeito que está imerso na experiência comunicacional no país em que pede refúgio tem

potencialmente o seu cotidiano vivido na língua local.²¹ Verificou-se, na pesquisa de campo, que um baixo número de refugiados indicou o uso de cursos a distância e aplicativos para o aprendizado do idioma local, configurando, assim, a necessidade de pesquisar o uso de tecnologia por essas pessoas.

Não raro, refugiados chegam ao Brasil e a Brasília com pouca ou nenhuma aptidão comunicacional em língua portuguesa e, nesses casos, valem-se dos recursos de internet instalados em seus aparelhos telefônicos para se fazerem entender e entenderem o que lhes falam. Cumpre registrar que, com mais tempo vivendo no Brasil e em Brasília, esses mecanismos dão lugar ao protagonismo da própria pessoa em detrimento dos recursos eletrônicos.

Como já mencionado, o período de concessão de refúgio no Brasil pode variar de dois a quatro anos, a depender do fluxo de demanda e do número de funcionários disponíveis para analisar as solicitações no Conare e no Ministério da Justiça (ACNUR, 1984). Para a maior parte dos casos, esse intervalo é suficiente para que um estrangeiro assimile as variantes mínimas de comunicação residindo no país. Essa questão se torna mais complexa e desafiadora para aqueles recém-chegados ou com pouco tempo no Brasil, especialmente para as nacionalidades cujas matrizes idiomáticas não pertencem ao latim. Assim, presume-se que sírios e venezuelanos tenham distintos processos no aprendizado da língua portuguesa.

O aprendizado do idioma falado nas comunidades locais apresenta-se como de invulgar importância no manejo da vida e, ainda, na relação do refugiado com a sociedade receptora. Isso certamente assegurará o acesso ao mercado de trabalho e às demais questões que regem a vida do refugiado e de sua família, como educação, saúde e emprego. Admite-se, entretanto, que, em determinadas situações, o emprego e demais variações na vida social fortalecem o aprendizado do português, ampliando a habilidade geral e fortalecendo habilidades específicas. Os dados de campo extraídos e registrados reforçam essa via de mão dupla.

De maneira complementar, observando-se a realidade e comparando-a com os dados extraídos, pode-se concluir que o aprendizado da língua portuguesa se consolida em três eixos: redes de amigos; cursos de línguas gratuitos; e o já mencionado e explorado, trabalho/rua. O impacto das redes de apoio no aprendizado da língua portuguesa será detalhado adiante (eixo 5), cabendo, no momento, analisar a potencialidade dos cursos gratuitos de língua portuguesa existentes e disponíveis em Brasília, e que também podem ser apresentados aos refugiados mediante redes de apoio ou relações laborais.

21. A complexidade dessa realidade apresenta casos de refugiados que, residindo há cinco, seis anos em Brasília, pouco falam português, pois, no meio onde estão inseridos e em que vivem, a prática usual linguística ainda remete à matriz do país de origem.

A análise da dinâmica de ensino-aprendizagem da língua portuguesa para refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília sinaliza diversas dimensões da educação que vão além do ensino do próprio idioma. O ensino da língua é o elemento que mais ajuda nos demais processos que envolvem integração. Com referência a outras instâncias de educação, os entrevistados indicaram que há obstáculos em distintos níveis, mas que a chave para superação ou inicial transposição desses entraves começa com a parte documental.

O engajamento das universidades é fundamental nesse processo de integração local. A Cátedra Sérgio Vieira de Melo é uma facilitadora desse processo. A Universidade de Brasília, nesse sentido, auxilia na integração do refugiado não somente no curso de português mas também nos demais serviços oferecidos pela própria universidade, como no acesso aos núcleos de práticas jurídicas e clínicas hospitalares (ACNUR).

Para os refugiados que chegam com o ensino médio concluído no país de origem, a secretaria de educação adota o processo de equivalência em escola do ensino médio para se ter acesso à universidade. As escolas do Distrito Federal estão acessíveis ao atendimento e alocação das crianças refugiadas (IMDH).

Nota-se que, apesar de medidas efetivas já existentes buscarem facilitar o acesso e o reconhecimento de títulos em nível local, precisam ser observadas outras questões. O acesso pode ser um problema, de fato, mas conjuntamente é preciso pensar na permanência e nas condições de permanência dessas pessoas nas instituições de ensino em seus mais variados níveis. Adiante se discutirá essa temática com base em evidências próprias e em dados da pesquisa de campo realizada em Brasília. Universidades e faculdades, cursinhos populares, iniciativas dos organismos internacionais, iniciativas da sociedade civil são alguns dos mecanismos dispostos nessa busca por oferecer ajuda à integração local via ambientação em língua portuguesa. Vale destacar que, por si só, esses organismos e instituições não dão conta de toda a complexidade que engloba o aprendizado, mas auxiliam consideravelmente na integração, de uma maneira ou outra.

Os entrevistados enfatizaram, em suas respostas, que aprenderam ou aprendem o português por iniciativas próprias, mas também acessando os cursos gratuitos oferecidos pelas instituições de ensino superior (universidades, centros universitários e faculdades) e atividades variadas oferecidas, pensadas e gestadas por outros órgãos.

O quadro 1 apresenta as iniciativas mais conhecidas e regulares existentes e operando em Brasília, mas não esgota iniciativas variadas e pontuais que atuam na consolidação do importante passo da integração local quando se reportam à ambientação sociolinguística.

Ao longo das entrevistas com os gestores dessas entidades, foi possível observar a estrutura e a relevância de suas atividades no auxílio à integração dos refugiados. Muitos desafios, contudo, ainda se apresentam e se mostram sem solução. Um deles

é o transporte para os refugiados irem às aulas. Locais de aulas existem; horários variados e com certa flexibilidade, também. O deslocamento, entretanto, é um fator ainda problemático.

QUADRO 1

Integração de refugiados em Brasília: instituições de apoio ao ensino da língua portuguesa, segundo característica no atendimento (2019)

Instituição	Centro responsável	Características do atendimento
UNB	NEPPE	Migrantes e refugiados radicados no Distrito Federal. Aulas no <i>campus</i> Darcy Ribeiro (Asa Norte), ao longo da semana, em horários diversificados.
UCB	Projeto Sermais	Migrantes e refugiados concentrados na região de Taguatinga e adjacências. Aulas ao longo da semana em horários diversificados.
IESB	Curso de Relações Internacionais	Migrantes e refugiados. Aulas no Paranoá e Riacho Fundo I, aos sábados à tarde.
IMDH	-	Migrantes e refugiados. Articulação com o setor público e privado para promoção de aulas e atividades relacionadas também à língua portuguesa.
Cáritas	-	Migrantes e refugiados radicados no Distrito Federal.

Elaboração dos autores.

O deslocamento nunca é algo tão simples, especialmente para o perfil da maioria do público que procura esse tipo de serviço e atendimento. As distâncias e os valores das passagens, especialmente aliados à necessidade de frequentemente terem de dividir o tempo entre família e trabalho, comprometem significativamente o andamento do aprendizado da língua portuguesa em ambiente institucional. Esse fato contribui para a explicação de por que 71% dos respondentes indicaram ter aprendido o português nas ruas ou no trabalho, sem contar a porcentagem que indicou aprender com amigos ou aplicativos de celulares (gráfico 4). Quanto ao deslocamento e aos custos tangíveis e intangíveis (preço de passagem aliado à demora variada no deslocamento), os representantes das entidades entrevistados também se manifestaram.

O transporte público é outra questão problemática. Eles precisam se deslocar com frequência, pois moram em locais distantes, necessitam de empregos e educação. Geralmente emprego e educação não estão tão perto de onde moram. O governo deveria pensar em uma forma de auxiliar com carteirinha de acesso a vários meios de transporte por um tempo determinado, assim os refugiados poderiam ter maiores meios para consolidar sua integração em vários aspectos e dinâmicas (IMDH).

O transporte também é um desafio para os refugiados estarem nas aulas. As distâncias e o valor das passagens sempre provocam muitas dificuldades para que possa haver uma celeridade maior no aprendizado de sala de aula. Eles aprendem em todos os lugares, não somente em sala de aula, mas o espaço de sala de aula fica comprometido com essas barreiras (Projeto Sermais).

A variável transporte precisa ser levada em consideração quando se pensa na integração local. Esse é um ponto que também precisa ser verificado, aferido e

dialogado com o próprio Estado. É muito provável que a integração local sempre encontre resposta por parte do poder público na política de acesso universal. Os serviços já existentes no quesito aprendizado da língua portuguesa, quando comparados e espelhados com as entrevistas feitas com as entidades que prestam algum tipo de suporte aos refugiados em Brasília, mostram, contudo, diversas faces de uma mesma questão, explicitando que há espaço e universo a serem explorados. Afinal, Brasília se evidencia como um lugar em fase de “construção” no que toca ao recebimento de refugiados, especialmente quando comparada a outras cidades brasileiras com maior volume de ações, tempo de atuação, quantidade de pessoas e entidades envolvidas na questão.

Da mesma forma, o refugiado muitas vezes pode também estar cansado de observar como suas questões e particularidades não encontram vazão de maneira satisfatória. É aqui que as hipóteses levantadas dos motivos de as ruas e o trabalho serem os principais “professores” dos refugiados na assimilação inicial e basilar da língua encontra respaldo e acolhida, pois os limites de cada instituição se evidenciam na sua própria prática com esse público. Isto posto, o que se observa é que a etapa documental e o reconhecimento formal do refugiado como tal transformam o sujeito em agente social, detentor de direitos e de acessos aos serviços sociais variados.

Percebe-se, contudo, uma abismal diferença entre o que defende a lei e o que ocorre na realidade, especialmente nos serviços básicos e nas garantias previstas em lei. Acrescente-se que o refugiado, ao se submeter a essa realidade, depara-se com o agravante de sua própria condição de estrangeiro, o que potencializa sua desvantagem em relação ao já desamparado nativo devido à restrição de não falar português e ser advindo de cultura forasteira, muitas vezes, dicotômica à brasileira.

Para além de tudo já destacado, a questão da habilidade em falar português não se resume aos cursos oferecidos ao público clássico: refugiado, masculino, solteiro. A questão da língua abrange crianças, idosos e mulheres, que têm necessidades distintas, demandando olhares igualmente distintos dos organizadores dos cursos e do poder público. O aprendizado da língua portuguesa via cursos gratuitos vem ocorrendo e contribui para a melhoria do processo de integração. Pensar na superação da barreira do aprendizado da língua a partir do livre acesso requer, entretanto, a adoção de um processo de segmentação e estratificação das populações de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, reconhecendo suas diferentes características e necessidades.

São subdivisões dentro do universo amostral que não destoam do perfil clássico aqui descrito, mas que apresentam novos elementos importantes para se pensar a integração a partir de um todo, para além do ensino da língua em si, tocando em outras dimensões da educação, como o acesso a escolas e universidades. A habilidade com a língua portuguesa é um grande passo para se poder avançar em outros

campos dentro da própria educação. Esse é outro desdobramento importante a ser percebido, tendo se apresentado juntamente com outras possibilidades na análise feita. Vale relembrar, nesse sentido, que, para 51% dos respondentes, o acesso a escola ou universidade se mostra ainda um desafio de “difícil” ou “muito difícil” superação (gráfico 3).

Pode-se enfatizar mais uma vez o argumento de que a postergação no enfrentamento de desafios à integração local (problemas documentais ou de deficiência na habilidade em falar português) agrava as condições de vida das pessoas em condição de refugiados.

No que concerne às políticas de educação, não basta anunciar o amplo acesso, cabendo ação afirmativa junto às famílias reconhecidas pelo governo brasileiro, estimulando-as a que se matriculem todos na rede de ensino local ou prestem vestibular para o ingresso nas universidades, tal como fazem os nativos. Merece elogios a política pública de acesso universal, entretanto, para que se cumpra seu objetivo de universalidade, há que se entender que refugiados e solicitantes de refúgio compõem uma população de características específicas, que geram necessidades também específicas. Colocando-se todos no mesmo nível, não se alcançará a desejada universalidade, pois existem diferenças expressas nas condições de cada sujeito. Cada elemento desse processo é portador de um capital escolar e de vida que não é homogêneo, nem mesmo na população nativa, muito menos quando se observam as populações refugiadas. Logo, o acesso à escola não pode se dar a partir dessas questões.

Bourdieu e Passeron (2016) reforçam essa abordagem, evidenciando que a escola e todo o sistema de ensino moderno atuam como ferramentas de manutenção dos paradigmas sociais estabelecidos, passando por cima ou excluindo os diferentes e neutralizando as diferenças. Esses autores baseiam-se no conceito de violência simbólica, isto é, o ato de imposição arbitrária do sistema simbólico da cultura dominante sobre os demais sujeitos.

Os refugiados e suas famílias estão sujeitos a essa violência simbólica, que começa justamente pela barreira imposta pela língua e a necessidade do aprendizado do português para as funções básicas que o cotidiano exige, seja de um vendedor ambulante de comidas em alguma feira, seja da pessoa que deseja ter seus documentos reconhecidos e ingressar numa universidade. Sem a pretensão de esgotar cruzamentos, leituras transversais, análises e inferências, uma derradeira observação no que se refere ao que já foi discutido, e estabelecendo um novo recorte entre os eixos, destaca-se que os desafios do aprendizado do idioma podem ser impactados também pela questão de gênero, conforme destacado nas relações de poder dentro das famílias (eixo 1).

A aplicação do questionário se deu considerando que cada um fosse respondido por uma pessoa, contudo cada respondente poderia representar uma família. Desse modo, a fala que emerge dos dados é, possivelmente, uma potencial voz masculina. Isso pode mascarar ainda mais os desníveis existentes na questão de gênero, pois o aprendizado da língua também é uma maneira de as pessoas se empoderarem.

O empoderamento pode ser usado tanto como mais um fator de desenvolvimento e liberdade, como defende Sen (2010), quanto como a projeção de poder de um refugiado sobre o outro. Esses cruzamentos entre língua, poder e gênero não podem passar despercebidos quando se pensa em integração local. A descentralização dos cursos de português, a ampliação dos pontos de ensino, a variação dos horários, o nivelamento das competências e especificidades de gênero contam no processo de integração.

Concluindo esta etapa, cabe registrar que, conforme constatado na interação com várias instituições dedicadas ao atendimento a pessoas em situação de refúgio, migrantes e refugiados têm procurado cada vez mais as instituições para obter declaração/certificação de proficiência em língua estrangeira, por se constituir em documento solicitado pela Polícia Federal para ajustes na condição de o estrangeiro residir em Brasília.

3.4 Geração de renda, emprego e trabalho

Até aqui, a análise da pesquisa de campo destacou desdobramentos, desafios e possibilidades de se abordar a integração local pelos vieses de gênero, documental (a distinção entre ser solicitante ou refugiado), da habilidade comunicacional em língua portuguesa e o da inserção na vertente educacional. Buscou-se pontuar, na medida do possível, a interconexão entre os temas, antecipando inclusive algumas das questões que passam a ser tratadas doravante. Esta subseção se debruça sobre o quarto eixo analítico proposto: a geração de renda, emprego e trabalho.

A importância do tema fica consignada nas entrevistas de instituições locais que trabalham com as populações refugiadas, como se pode ver nos trechos compilados a seguir.

Sobre integração, está faltando um paradigma. Estamos ficando ausentes de paradigma, não temos um paradigma de política de integração. O paradigma francês entrou em crise na hora em que o estrangeiro ia buscar trabalho e lhe perguntavam o nome. Mohammed não é um nome francês de primeira [...] A integração, mesmo sendo um conceito escorregadio, passa pelo mercado de trabalho (ObMigra).

A principal forma de integração dos migrantes é o trabalho. De nada adianta o Estado brasileiro ter uma atualizada linha de migração se não assegurarmos uma forma de eles permanecerem aqui. E o trabalho é a principal ferramenta para se adequarem ao país e a nossa cultura (DPU).

Como ponto de partida para a abordagem que se propõe, é importante observar que as atividades produtivas se classificam em três categorias: ocupação, emprego e trabalho.

Por ocupação, entende-se toda e qualquer atividade produtiva que gere renda e auxilie na subsistência do refugiado e de sua família. Emprego é entendido aqui como a geração de renda por meio de um vínculo formal com uma empresa ou com um empregador que gere direitos trabalhistas reconhecidos. Por trabalho, entende-se formação e vocação profissional, levando-se em consideração as peculiaridades individuais, havendo vínculo empregatício ou não.

Arendt (2004) robustece essa divisão teórica ao considerar que a condição humana se fundamenta em labor, trabalho e ação. Para essa autora, labor é o ato de transformação da realidade por meio de algo executável; trabalho é o ato de refletir sobre a ação, ou seja, é o labor submetido a um processo de diálogo parametrizado com uma finalidade material, observando a intelectualização da ação com um recorte também científico; e a ação, por fim, é o impacto coletivo do labor aliado ao trabalho. A ação, na concepção da filósofa alemã, é o efeito que o labor e o trabalho têm na sociedade, apresentando-se como de interesses coletivos e de impactos e benefícios para além dos seus executores diretos.

Dentro dessa concepção teórica, a impressão que se tem é que labor, trabalho e ação são conjugáveis em momentos distintos e por agentes diferentes. Essa interpretação é insuficiente e parcial. Aglutinar as três percepções em um mesmo processo traz uma nova dimensão de transformação de realidades, inclusive aquelas observadas em Brasília nos processos de integração. Nesse sentido, pensada pelo elemento trabalho, a integração redinamiza o refugiado e a sociedade, gerando riqueza e fortalecendo a integração.

O ganho social e econômico advindo dessa junção beneficia tanto nativos quanto refugiados. Pensar na integração por meio dessa concepção é indicar que o elemento produtivo e gerador de riqueza também potencializa o aspecto documental e social. Pires (2012) entende que a integração é um conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação dos seus componentes estruturais, associando componentes e redes pessoais, organizacionais e institucionais para gerar riqueza. O trabalho, nesse contexto, é uma das fontes geradoras de riqueza, senão a única.

Outra colaboração importante para se compreender essas dinâmicas entre trabalho, labor e ação, especialmente quando se reporta a um cenário de globalização ilustrado e ambientado pelas características do século XXI, está em Bauman (2005). Ao longo de sua obra, o autor destaca que o trabalho nos tempos em que vivemos, especialmente para os nômades modernos, deslocados a fórceps, é uma questão de oportunidade muito mais do que uma questão de projeto (Bauman, 2005).

Em todas as dinâmicas sociais, os estranhamentos por conta das diferenças estão passíveis de acontecer, e o espaço de trabalho, assim como outros espaços clássicos de interação social, emerge como lugar em que o interesse, a desconfiança e os temores se agudizam, especialmente em tempos de escassez, desaceleração econômica, demissões massivas, revisões de contratos de trabalho, flexibilização de jornadas laborais, adequações de cargos e funções, contratações sem garantias históricas, entre outras questões também evidentes na atualidade. Esse contexto condiciona a interação entre nativos e estrangeiros, com potencial de agravamento dos estranhamentos mútuos.

Essas reflexões constituem ponto de partida para se pensar a realidade de Brasília a partir do elemento trabalho e suas variantes, e ajudarão a interpretar os dados levantados na pesquisa de campo.

Acerca da situação laboral, a maioria dos respondentes (65%) informa estar trabalhando de alguma forma, sendo que a maior parte com carteira assinada (41% dos ocupados). Outras situações de destaque são os que trabalham sem carteira (25%) ou são donos do seu próprio negócio, empreendedores ou empresários (23%). Por fim, empregados informais, ambulantes ou fazendo bicos (11%) (tabela 1).

TABELA 1
Integração de refugiados em Brasília: geração de renda por via produtiva (2019)

Ocupação	11%	Informalidade e atividade esporádica
Emprego	25%	Atividade regular
Trabalho	64% (41%+23%)	Atividade regular

Elaboração dos autores.

A renda média informada foi calculada em R\$ 1.815. Dos respondentes, 27% declararam-se desempregados. Aposentados, donas de casa e estudantes representaram 8%, constituindo os denominados inativos.

O detalhamento dessas questões abre espaço para algumas observações acerca do cruzamento dos dados, especialmente com a aquisição da documentação do *status* de refugiado e a geração de renda, conforme já descrito e analisado anteriormente.

Comparando-se o número de desempregados na amostra de Brasília com o índice de desemprego nacional (11%)²² e a taxa de desocupação no Distrito Federal (13%),²³ nota-se que o desemprego encontrado é mais de duas vezes

22. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam 10,6% de desemprego no Brasil no 4º trimestre de 2019, ou seja, 11,6 milhões de desocupados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 10 maio 2020.

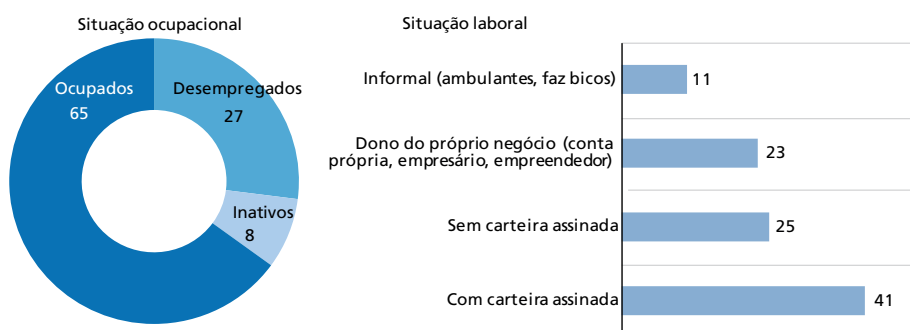
23. De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação no Distrito Federal sofreu queda entre o segundo e o terceiro trimestres de 2019, tendo aumentado, contudo, em comparação ao terceiro trimestre de 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26054-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-25-das-27-unidades-da-federacao-no-3-trimestre-de-2019>>. Acesso em: 10 maio 2020.

superior à média de Brasília e cerca de duas vezes e meia superior à média nacional. Apesar da diferença entre as metodologias de extração dos dados e do alcance dos levantamentos, o índice de desemprego no Distrito Federal e aquele indicado na amostra de pesquisa não deixam de ter algum tipo de aproximação quando evidenciam, em tese, a mesma problemática, mas a partir de recortes diferentes. Confirma-se, na amostra local de refugiados e solicitantes de refúgio, o aspecto de fragilização decorrente da própria condição individual no campo do trabalho.

GRÁFICO 7

Integração de refugiados em Brasília: distribuição dos entrevistados segundo a situação laboral (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Acerca do trabalho por conta própria ou evidenciado na categoria dono do próprio negócio, a saída a campo evidenciou a existência de variadas iniciativas em diferentes regiões da cidade (figuras 1, 2, e 3). Encontrou, também, locais de emprego que têm privilegiado a contratação de pessoas em situação de refúgio (figura 4), sugerindo, na área das interações privadas, a formação de espaços de integração.

Iniciativas como as mostradas nas figuras de 1a 4 evidenciam uma forma de se fazer integração local, podendo-se entendê-las como pontos distintos de se promover integração local por meio do trabalho.²⁴

24. Os sacolões e a barbearia são empreendimentos próprios, alocados em um já refinado nível de trabalho independente. Na região do Areal, no Distrito Federal, são sacolões popularmente conhecidos por variedade e qualidade dos produtos, bons preços e bom atendimento. Registre-se que para serem reconhecidos dessa forma, os donos desses negócios precisaram entender bem como funcionava a cultura local; dominar as variáveis do mercado de frutas, verduras e legumes, assim como suas sazonalidades; ter bom relacionamento com os clientes, especialmente quando lidam com a questão da língua portuguesa e suas características. Entre os proprietários e na ausência de clientes, a comunicação nesses ambientes só ocorre em língua nativa. Na presença de clientes, mesmo entre os donos, a língua portuguesa é adotada como um sinal de respeito àqueles que optaram e escolheram o estabelecimento para suas compra.

FIGURA 1
Sacolão de indianos no Areal (Taguatinga/DF)



Fonte: Equipe da pesquisa sobre integração de refugiados e solicitantes de refúgio realizada em Brasília em 2019.

FIGURA 2
Sacolão bengali no Areal (Taguatinga/DF)



Fonte: Equipe da pesquisa sobre integração de refugiados e solicitantes de refúgio realizada em Brasília em 2019.

FIGURA 3
Barbearia síria em Águas Claras (DF)



Fonte: Equipe da pesquisa sobre integração de refugiados e solicitantes de refúgio realizada em Brasília em 2019.

FIGURA 4
Supermercado empregador de haitianos e venezuelanos no Areal (Taguatinga/DF)



Fonte: Equipe da pesquisa sobre integração de refugiados e solicitantes de refúgio realizada em Brasília em 2019.

Todas essas evidências sugerem um alto grau de integração local, marcada, nesses casos, pela iniciativa e recursos próprios dos empreendedores indianos e bengalis. Talvez a maior ajuda que possam ter recebido do governo local é não terem sido impedidos, ou terem suas atividades obstruídas, pelo fato de alguns serem estrangeiros, migrantes e refugiados.

O acesso à informação pode ser também um obstáculo na integração local, inclusive em sua dimensão de trabalho e emprego, como fica constatado no depoimento de um dos representantes das entidades entrevistadas.

O emprego é um dos maiores desafios do processo de integração. Evidentemente, não é o único. A falta de informação pela qual passa esse público sobre direitos e serviços públicos disponíveis dificulta a vida do refugiado em vários aspectos, inclusive no fator trabalho. Dentro da modalidade instituída das Aldeias SOS, que tem como característica abrigo-abrigo, trabalhar esse perfil de empoderar com informação os refugiados e demais atendidos deixa o trabalho menos difícil (Aldeias Infantis SOS).²⁵

As Aldeias Infantis SOS têm um papel de destaque em Brasília, sobretudo na acolhida e integração de venezuelanos. Desde 2018, grupos de cinquenta refugiados vindos de Roraima são acolhidos pela instituição e, por um período de seis meses, contam com ajuda em moradia e acesso variado aos serviços públicos. Trata-se de uma experiência piloto em Brasília, algo que remete a uma espécie de integração assistida por organismos internacionais, como o ACNUR e as próprias aldeias. Esse tipo de integração dispõe de uma série de serviços e possibilidades aos quais outros refugiados não têm acesso, o que gera, também, certo desconforto entre outros grupos que há mais tempo se encontram na cidade e que enfrentam desafios ainda não superados, como a própria questão do trabalho.

Em Brasília não há incentivos, não há programas do governo. Eles só olham para os venezuelanos (refugiado cubano).

De fato, trata-se de situação peculiar e que evidencia uma articulação possível para facilitação do processo de integração local. Nesse sentido, o exemplo das Aldeias Infantis SOS deixa clara a importância que podem ter ações específicas direcionadas e customizadas para o público em situação vulnerável, em especial refugiados e solicitantes de refúgio, em seu processo de integração local. Essas ações, porém, não são a regra, como relatam alguns dos entrevistados.

Não existem estruturas que incentivem a integração, nem no governo federal nem no local (ObMigra).

A integração laboral dificilmente se efetiva sem a documental e linguística. Para que haja processo que busque integração via trabalho, passos anteriores precisam ser dados

25. A modalidade abrigo-abrigo, especialmente no que diz respeito às atividades das aldeias com refugiados venezuelanos, significa retirar uma família de um abrigo, por exemplo, em Roraima, para um outro abrigo, no caso, em Brasília. Esse trabalho é feito em parceria com o ACNUR.

em termos de documentos e língua portuguesa. Há modalidades diversas de acesso à renda que contam com o apoio do IMDH. Há o incentivo ao empreendedorismo, ou à geração de renda, aos profissionais autônomos com o cadastro no MEI,²⁶ capacitação profissional em áreas técnicas, desde o auxílio ao curso técnico, como atividades de manicure, cozinheiro, eletricista, compra de material para iniciar suas atividades. Um outro ponto de preocupação é a empregabilidade dos jovens (IMDH).

O que se observa, além da relevância de estruturas de incentivo à integração, é a importância atribuída ao elemento trabalho como fator de integração. As populações adultas são o foco principal desse processo, mas não somente elas precisam ter nesse elemento um dos principais eixos de integração local. Os jovens ainda são pouco amparados quando se fala em refúgio. Da mesma forma, outros grupos, como crianças e populações pertencentes a minorias sexuais, não são contemplados com políticas públicas direcionadas a facilitar o processo de integração local desses agentes que provêm dos deslocamentos humanos forçados e estão cada vez mais presentes em Brasília.

Paralelamente a isso, saídas possíveis e inovadoras são desenvolvidas e tentadas na cidade. Microempreendimentos individuais são uma realidade e uma possibilidade factual para a integração dos refugiados. Esse é um claro exemplo de como as dimensões da integração começam a se efetivar e a fazer parte de um contexto formal em Brasília. Em uma das entrevistas, um representante da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal destacou o desenvolvimento de uma iniciativa local pioneira, ocorrida em 2019, envolvendo refugiados, que explora uma nova maneira de integração a partir do empreendedorismo e do empoderamento de mulheres refugiadas.

Aconteceu um movimento totalmente independente das estruturas estatais. Foi um grupo de empresárias que tem representação no Brasil todo, com escritórios no exterior e representação no Distrito Federal, chamado Mulheres do Brasil. Uma das representantes desse grupo entrou em contato com o IMDH, que também é responsável por inserir migrantes e refugiados no mercado de trabalho, e apresentou um grupo de mulheres estrangeiras, africanas, algumas migrantes outras refugiadas, de países diferentes, que trabalham com confecção (SeTrab).

A iniciativa resgata o já destacado entendimento de que a integração local acontece de um jeito ou de outro, com maior ou menor presença do Estado no processo. Esse é um exemplo claro de como diversificadas forças sociais se articulam e pensam os seus próprios caminhos de integração, inclusive aqueles em que é preciso um meio de subsistência e ingressos de receita.

26. Microempreendedor individual (MEI) é uma modalidade sociojurídica e economicamente reconhecida, com boas possibilidades de ser aplicada ou incorporada por populações como a de refugiados.

A ideia era juntar todas essas pessoas, que produziam individualmente, para que pudessem produzir e vender em conjunto. Essa ideia foi potencializada por um grupo de empresárias que se interessou pela temática. O maior desafio dessa articulação era gerar demanda tentando ao mesmo tempo expandir a capacidade de distribuição. Após isso, conseguiram organizar um desfile com um certo apelo midiático. A partir disso, o grupo conseguiu uma interlocução com os empresários responsáveis pelo Venâncio Shopping Center e conseguiram um espaço para a comercialização de seus produtos por seis meses sem cobrar aluguel. A loja se chama Egalité (SeTrab).

Conforme se destacou, foi feita uma boa cobertura midiática desse evento. Manchetes como *Estilistas africanos refugiados encontram espaço no Distrito Federal para produzir e empreender*,²⁷ *Estilistas africanos refugiados em Brasília ganham loja colaborativa*,²⁸ *Venâncio Shopping abre espaço para moda multiétnica produzida por refugiados em Brasília*,²⁹ *Refugiados africanos retomam a vida no Brasil e produzem roupas exclusivas e vendem em shopping*³⁰ abriram mais espaço para o tratamento público da temática em Brasília. Nesse sentido, rostos anônimos converteram números de passaporte e de protocolos em protagonistas de uma variável clássica para falar de globalização e identidade: a moda.

Acerca disso, Castells (2008) oferece uma base teórica importante para destacar como esses elementos podem moldar o mundo atual, especialmente quando destacam espaços urbanos pluriétnicos, como os que começam a ser evidenciados em Brasília.

Para Castells (2008; 2009), a maneira como o capitalismo se estruturou ao longo dos séculos XX e XXI, aliado aos desafios socioeconômicos-culturais e ambientais, desencadeou uma série de novas relações que provocam chegada e saída de pessoas de um lugar para outro, com seus saberes, conhecimentos e visões de mundo. É nesse cenário que se localizam os refugiados em suas mais variadas concepções e agrupamentos. Os mesmos pressupostos podem ser encarados e ilustrados pela percepção de Arendt (2004) e Bauman (1998) destacados nas páginas anteriores: os novos arranjos entre labor, trabalho e ação.

O poder público se faz um ator discreto, ou por vezes invisível, diante do processo de integração local no qual os refugiados estão inseridos. Reforça-se, assim, que a integração ocorre por caminhos variados e vai se consolidando de maneira diferente de refugiado para refugiado, de grupo de refugiados para grupo

27. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/07/30/estilistas-africanos-refugiados-encontram-espaco-no-df-para-produzir-e-empreender.ghtml>>. Acesso em: 5 maio 2020.

28. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas-blogs/ilca-maria-estevao/estilistas-africanos-refugiados-em-brasil-ganham-loja-colaborativa>>. Acesso em: 5 maio 2020.

29. Disponível em: <<https://www.diariodeceilandia.com.br/distrito-federal/venancio-shopping-abre-espaco-para-a-moda-multietnica-produzida-por-refugiados-em-brasil>>. Acesso em: 5 maio 2020.

30. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FDDD__avdX8>. Acesso em: 5 maio 2020.

de refugiados.³¹ Foi somente após a articulação feita pelo setor privado que essa discussão chegou ao GDF, especialmente via Secretaria de Trabalho.

A partir daí, o contato com a SeTrab foi feito para tentar transformar esse grupo em uma cooperativa para que o grupo Mulheres do Brasil pudesse sair da questão e entregar a gestão do negócio às próprias produtoras. A secretaria se colocou à disposição. Até o presente momento, as projeções são que, em 2020, isso possa se viabilizar por conta dos recursos. As estruturas de lidar com arranjos de economia solidária se dão nessas mesmas bases, sejam com que público for. Não há no Distrito Federal uma política própria que seja para o migrante ou para o refugiado. Um dos nossos desafios é transformar os tomadores de microcréditos em arranjos de economia solidária e cooperativa. Nesse escopo, entram também possibilidades com as da Egalité (SeTrab).

Gestão administrativa, questões de economia solidária e produtividade em bases cooperativas são perspectivas desafiadoras para que ações como essas se consolidem e se apresentem com padrão e esperança, como uma aposta para geração de cadeias produtivas e de riquezas que tragam possibilidades de labor, trabalho e ação na integração local.³²

São desafios desse novo governo no Distrito Federal. A ideia é que esses grupos produtivos possam, com a nossa ajuda, se articular dentro de uma mesma cadeia produtiva. É o pequeno empreendedor comprando do pequeno empreendedor, fazendo a renda circular com maior fluidez dentro de uma camada da população que tem receitas mais baixas. Isso não gera emprego, mas gera ocupação, gera riqueza, gera renda para quem não tinha renda ou pode aumentar a renda de quem tinha pouca renda. Comércio e serviço são as maiores possibilidades de se criar nichos (SeTrab).

Em outros países, o trabalho para os estrangeiros, migrantes ou refugiados, se dá por nichos. A única experiência no Brasil envolvendo estrangeiros foi na região Sul, relacionada à prosperidade do agronegócio. Não há nichos para o migrante ou refugiado como há em outros países. Quando se criam nichos, as empresas começam a se adaptar para receber essa mão de obra. Contudo, nesses exemplos, o governo pouco faz. O maior trabalho nesse empreendimento fica com as empresas (ObMigra).

Essas falas dos representantes do ObMigra e da SeTrab destacam a identificação de nichos como um importante espaço de reflexão. Nesse contexto, iniciativas focadas no aproveitamento das características individuais dos refugiados, no domínio de idiomas e no aproveitamento de conhecimentos técnicos e culturais poderiam servir de base para ações específicas de aproveitamento laboral, contribuindo para a integração local. Considera-se plausível – e até desejável – pensar, pois, a

31. Adiante, no eixo redes de apoio, aprofundar-se-á o argumento da ação de integração articulada via arranjos dentro das redes de contato e mútua ajuda fundada pelos grupos em Brasília.

32. Observa-se, ademais, o potencial para que essa iniciativa se converta em alternativa sustentável, com o engajamento do poder público visando contribuir para a superação de gargalos, como o vencimento do prazo de carências de seis meses para o uso da loja no reputado *shopping* de Brasília.

integração a partir de circunstâncias que vislumbrem a integração pelo viés da inserção produtiva.

O tema trabalho, geração de renda, inserção produtiva e relações congêneres demonstra possibilidades e abre espaço para várias outras reflexões com base nas entrevistas realizadas. Há certa unanimidade nessa constatação. De acordo com alguns entrevistados, contudo, as dificuldades são muito evidentes, fazendo com que os casos existentes sejam ainda exceções e evidenciando como a região ainda não tem a prática de pensar as rotinas de trabalho com base na inserção das novas populações, como os refugiados e os solicitantes de refúgio.

Há alguns eventos de sensibilização para que novos setores produtivos se engajem na causa, especialmente com a finalidade de esclarecer ganhos e vantagens de se empregar um refugiado. Existem empresas com ações esporádicas de integração de pessoas nessas circunstâncias. Inclusive, algumas delas já oferecem alguns mecanismos de apoio, como cursos de português. Para acentuar essa valorização foi desenvolvida uma plataforma em conjunto com a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, chamada Plataforma Empresas com Refugiados, para destacar experiências exitosas. Há vinte empresas sócias, como Carrefour, Renner, Santander, entre outras. Mais de 1.700 pessoas foram beneficiadas com esse programa (ACNUR).

Há parcerias com empresas locais para contratação formal de refugiados, tais como a Livraria Cultura, o Banco do Brasil, a empresa de ônibus Expresso São José e a Fazenda Malunga. O IMDH tem uma pessoa para fazer essas captações de empresas que querem contratar refugiados. Contudo, isso ganharia uma nova dimensão se houvesse a presença do Estado mediando os refugiados com as empresas no Distrito Federal. A integração precisa ser pensada em uma ordem invertida, não é do governo federal para os municípios, mas sim dos municípios para o governo federal. A sociedade civil não pode ser o ator principal desse processo (IMDH).

Observando-se a ausência de uma política local de integração assistida em Brasília, evidencia-se mais uma possibilidade para o poder público local tomar conhecimento de práticas oriundas do setor privado que já promovem a integração. No exemplo destacado pelo ACNUR, observam-se possibilidades e encaminhamentos para se pensar a integração por dois fatores: emprego e ensino da língua portuguesa. O desconhecimento da peculiaridade das causas que envolvem o refúgio e a tipicidade do refugiado no ordenamento sociojurídico do país também geram dificuldades que impactam nos baixos índices de contratação de refugiados pelas empresas brasileiras, como se observa nas falas a seguir.

As empresas que contatamos têm interesse em contratar refugiados. Contudo, algumas pedem documentos que os refugiados não têm, como é o caso da carteira de serviço militar, o certificado de reservista. Por vezes, o empregador oferece plano de saúde, mas a empresa do seguro tem dificuldades para o cadastro do refugiado pela falta de documentos básicos que são solicitados aos nacionais (IMDH).

Algumas empresas têm dificuldade de entender a questão da falta de alguns documentos para os solicitantes. Uma grande empresa do Distrito Federal estava fazendo a contratação de um refugiado, mas apareceu um obstáculo em que o plano de saúde tinha dificuldades em aceitar o protocolo de documentação. Ou seja, há uma dificuldade de percepção, ou falta de informação, de que o refugiado está inserido em uma legislação específica. Por conta disso, a empresa está tendo dificuldades em contratá-lo (ACNUR).

Os registros feitos com os representantes do IMDH e do ACNUR evidenciam os meandros da efetivação trabalhista pelas vias formais. Os procedimentos regulares de contratação de nacionais têm suas práticas, seus controles, suas rotinas, que garantem direitos e deveres às partes que celebram o contrato de trabalho. Isso é necessário, especialmente diante das responsabilidades que as empresas têm perante os órgãos reguladores. Ter segurança jurídica e documental é uma das premissas das medidas protetivas contra potenciais problemas presentes e futuros. Os departamentos de pessoal das organizações observam as normas e regras que regulam as relações trabalhistas e se mantêm atentos a multas, indenizações trabalhistas e possíveis outras questões que impactem as dinâmicas variadas de suas atividades finalísticas.

De maneira definitiva, os setores de recursos humanos das empresas estão habituados a trabalhar com a regra, com a rotina, com o padrão, com a regularidade. O que se observa na presença dos refugiados, também em Brasília, é uma novidade, uma expansão do perfil clássico do empregado convencional nativo brasileiro: com CPF, identidade, certificado de reservista, PIS-Pasep, título eleitoral com comprovantes das últimas votações e até com um *nada consta* que em alguns casos é solicitado. Além disso, são raras as empresas que costumam lidar em seu leque de atividades com a contratação de refugiados. Assim, contratar refugiados em Brasília ainda é uma novidade. Talvez, com o passar do tempo e o acúmulo de boas práticas, esse cenário se modifique, requerendo também que o Estado faça a ambientação das empresas contratantes.

Dificuldades no processo de integração se apresentam em situações macro e micro, típicas do cotidiano das relações contratante-contratado e, muitas vezes, pedem soluções em diferentes níveis, desde a adaptação das empresas a esse potencial novo trabalhador até às exigências documentais solicitadas pelo governo ou pelas juntas comerciais às empresas contratantes. Parte dessas dificuldades se origina em estruturas que não observam as peculiaridades que envolvem o ingresso de novos agentes no cenário local, como é o caso dos refugiados em Brasília. Cruzando-se essas falas e comparando-as aos registros disponíveis a partir da pesquisa de campo (tabela 1 e gráfico 7), identifica-se uma amostra de refugiados em situação produtiva com uma série de fragilidades expostas em diferentes tipos de obstáculos quando encontram oportunidade de trabalho.

Retomando as respostas dos refugiados, a empregabilidade, a partir dos números analisados, se mostrou uma barreira, em tese superada ou em fase de superação, apesar do elevado nível de desemprego quando comparado aos nacionais. Esses resultados podem representar a conjunção do fator documental, em um primeiro nível, ao eixo educação, potencializada por uma boa fluência com a língua portuguesa. Pode-se destacar, portanto, a existência de uma íntima correlação entre obtenção de documentos com emprego/geração de renda aliada à capacidade comunicativa em língua portuguesa.

A integração não é uma coisa só, que acontece por uma única via; tem dimensões variadas e próprias que extrapolam até mesmo a simplicidade do esquema criado para esta análise. Os dados cruzados permitem afirmar isso. Os caminhos que se percorrem para efetivá-la são variados, não necessariamente obedecem a uma ordem única e exclusiva, conforme indica a literatura acadêmica. A integração consolida-se também por meio das relações de trabalho e todas as demais que giram em torno desse eixo: idioma, redes, família, afeto, projeção de futuro etc.

As respostas dos questionários aliadas às respostas das entrevistas demonstram que o nível de empregabilidade indicado pelos respondentes muitas vezes acontece de diversas maneiras. A primeira é a iniciativa própria, com o refugiado oferecendo-se para realização de serviços variados no comércio local. Outra possibilidade ocorre quando o refugiado realiza um bom trabalho na ocupação obtida, conquista a simpatia do empregador e o encoraja a contratar mais estrangeiros em situação semelhante.

Os negócios étnicos também são um dos meios encontrados para a efetivação de renda. Restaurantes temáticos contratam refugiados como mão de obra especializada, pois, junto ao processo migratório e de refúgio, a pessoa deslocada, por mais desprovida de recursos que possa estar, traz consigo um universo de conhecimentos e *expertises* que podem ser capitalizados na busca e aquisição de um posto de trabalho que um nacional dificilmente terá condições de desempenhar, como, potencialmente, nos casos do preparo de alimentos típicos e tradicionais de seus países (Venezuela, Índia, Paquistão, Síria) ou no ensino de idiomas. Todo esse universo simbólico e cultural é uma fonte de riqueza a ser explorada e potencializada, até mesmo, para o desenvolvimento do Distrito Federal, Unidade da Federação nascida a partir da confluência de movimentos migratórios diversos, forçados ou não.³³

33. Os reveses desses processos não podem ser deixados de lado. A exploração laboral e o aproveitamento por parte do empregador, seja ele nacional ou também refugiado, no tocante à potencial situação de fragilidade social vivida pelos refugiados, é um aspecto presente e rotineiro nesses cenários, em muitos casos, criando-se porcentagens e deduções salariais inexistentes ou abusivas. A lógica da reprodução da exploração se repete e pode estar presente nessas práticas envolvendo o fator trabalho. Uma das variáveis a serem verificadas com mais atenção é a ocupação e a renda gerada por ela em comparação à função desempenhada por um nacional que ocupa o mesmo posto e, também, os ganhos do nacional no desempenho do seu labor.

Brasília possui um espaço grande a ser explorado no tocante aos empreendimentos de geração de renda oriundo das práticas culturais dos povos situados na cidade, sejam eles nacionais ou internacionais. As feiras típicas das cidades satélites, que ocorrem em diversos dias e lugares, oferecem um espaço importante para empreendimentos internacionais nos aspectos gastronômico, de prestação de serviços, venda de hortifrutigranjeiros, entre outras coisas. Algumas das profissões destacadas pelos respondentes obedecem, mesmo que discretamente, a essas premissas. À exceção dos que indicam trabalho com carteira assinada (gráfico 7), as demais categorias, como emprego informal, dono do próprio negócio e emprego sem carteira assinada, permitem aproximar esses universos para análises conjuntas, ainda tomando por base o aspecto inicial documental seguido da questão linguística-idiomática como sendo elementos que consolidam e fortalecem o aspecto laboral.

Esses três grupos, ou categorias, somados compõem quase 60% do universo de ocupados, indivíduos em situação laboral geradora de algum tipo de renda ou economicamente ativa. Isso explica que a contratação ou absorção dos refugiados pelas empresas de Brasília é ainda exceção, o que não significa que não exista, deixando-os, em boa medida, quase como autorresponsáveis por se tornarem empreendedores de si mesmos. A necessidade faz com que esse grupo pense e repense sua geração e articulação de renda em diversos níveis, seja em um lava a jato de automóveis, vendendo churrasco grego ou churrasquinhos convencionais no centro de Taguatinga, oferecendo-se como pintor de paredes ou electricista, cuidador de idosos e/ou crianças, entre outras ocupações. As estratégias para a geração de renda em Brasília são variadas e obedecem a ordens difusas, partindo das ações articuladas pelas redes existentes entre os próprios refugiados e do fortalecimento e dos esforços de entidades religiosas, também, variadas.

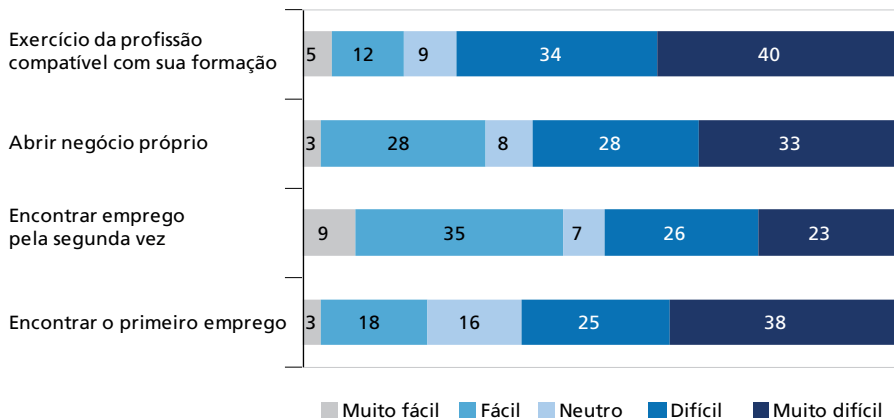
O que resta saber, por exemplo, é por quais motivos os 27% que afirmaram estar desempregados estão nessa situação. Considerando-se as condições apontadas como fundamentais no processo de consecução de emprego, é possível cogitar que o impacto documental seja um ponto de partida; e a inaptidão comunicacional e a falta de acesso aos cursos de português gratuitos possam ser outra variável de relevada importância desse aspecto; ambas aliadas ao tempo de chegada em Brasília. Tudo isso se soma à dificuldade conjuntural do país com relação ao emprego, o que afeta não somente o refugiado, mas também o trabalhador nacional.

Para além da dificuldade inicial de colocação laboral e geração de renda, há um segundo ponto relevante, que é o refugiado conseguir uma colocação empregatícia que se aproxime da formação profissional que tinha no seu país de origem. Setenta e quatro por cento dos respondentes apontaram como difícil ou muito difícil exercer em Brasília profissão compatível com sua formação profissional (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Integração de refugiados em Brasília: grau de dificuldade em acesso a emprego (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

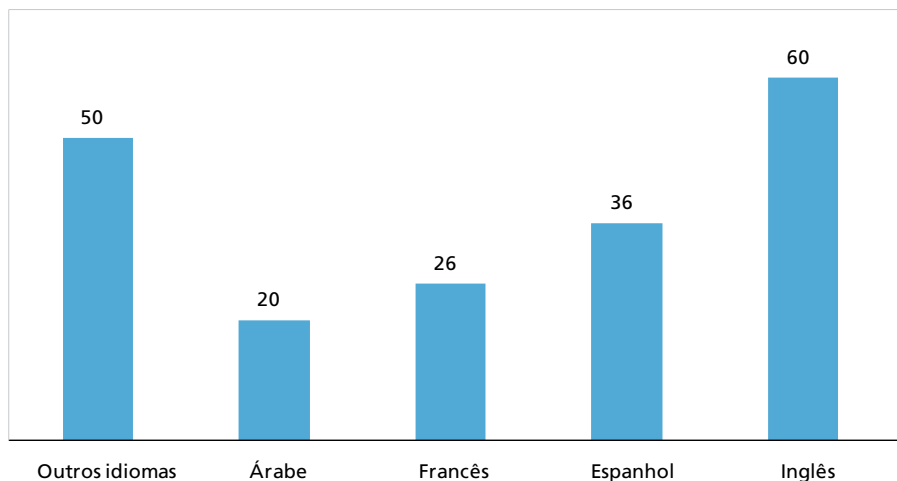
Muitas vezes, refugiados que declaram ser advogados, médicos, professores ou ter outras funções precisam aprender novos ofícios e novas práticas para, justamente, ingressar nos patamares de integração econômica já destacados. A integração pede ações e práticas multissetoriais para que o indivíduo possa pensar seu processo em Brasília.

Apesar de todos os desafios e dificuldades presentes na questão linguística, um fator importante e interessante que se revela nos cruzamentos possíveis dos dados, e que coloca o refugiado, em muitos casos, em vantagem quando comparado com o nativo na hora de conseguir uma ocupação, é o fato de dominar mais de um idioma. No caso dos respondentes de Brasília (refugiados e solicitantes de refúgio), por exemplo, 60% deles afirmam falar inglês; 36,4%, espanhol; 26,4%, francês; 20%, árabe; e metade do grupo declarou falar outros idiomas (bangla, ewe, lingala, urdo, punjabe, entre outros) (gráfico 9).

O domínio de língua estrangeira amplia o leque potencial de oportunidades de emprego. Ser professor e ensinar o seu idioma é uma possibilidade de geração de renda. Trabalhar em hotéis ou como guia turístico também desponta como elemento de destaque na realidade de Brasília. Inclusive, um ponto a ser explorado nas iniciativas já existentes é um apelo para que a rede hoteleira dê preferência à contratação desse público, que possui experiência internacional, fala línguas estrangeiras e pode auxiliar no potencial preenchimento de vagas, em muitos casos, não suprido pela mão de obra local.

GRÁFICO 9

Integração de refugiados em Brasília: outros idiomas que o respondente fala (múltiplas respostas) (2019)
(Em %)



Elaboração dos autores.

As iniciativas já existentes podem fortalecer esse elo, auxiliando na integração local. O aeroporto de Brasília e demais localidades de grande circulação de pessoas com potencialidades de fazer conexões internacionais são pontos possíveis e factíveis de se capitalizar a bagagem cultural e idiomática presente nessas pessoas, sem contar que, em paralelo, o contato com os nativos sempre ajuda os refugiados a ter mais fluência no português. Ou seja, há uma considerável convergência de fatores de que se poderia aproveitar para tornar Brasília uma região cada vez mais cosmopolita, com o auxílio da presença dos refugiados, agregando novos episódios a uma região do país que, em boa parte, é composta por pessoas originárias de outros lugares do Brasil e do mundo.

Assim como o valor cultural do repertório culinário e gastronômico é um patrimônio intangível que pode ser convertido em algo tangível, o idioma materno também pode. A integração econômica e de geração de renda pode se apresentar por essas vias.

A integração local via emprego se fortalece também com o diálogo e o convencimento dos empresários locais acerca dos benefícios que podem ter ao contratar migrantes e refugiados. Algumas práticas isoladas já acontecem. No Areal, região de Águas Claras, por exemplo, um supermercado tem tradição de contratar migrantes haitianos, e isso traz benefícios para o mercado, para os estrangeiros e para a comunidade local. Eles passam a ser vistos como parte da população que

colabora com o desenvolvimento do bairro, sendo desassociados pela população local de uma comunidade que vive na Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF), antigo albergue.

As escolas técnicas de Brasília podem ajudar na qualificação de mão de obra para essa empregabilidade mais de médio prazo, como muitas já fazem, oferecendo vagas específicas que acolham o refugiado que mora nas proximidades da escola, facilitando os saberes dos cursos técnicos com possibilidades de ambientação à língua portuguesa para aqueles que ainda não possuem a fluência mínima para participar dos processos efetivos de aprendizagem promovidos pelos cursos daquela área. Isso fortalece o que o ObMigra destaca como criação de nichos. Vincular educação a necessidades mercadológicas, ou a espaços nos quais os nativos ainda não manifestam interesse ou possuem formação adequada, é uma potencial saída. É nesse momento que se evidencia a necessidade de o processo de integração levar em conta saberes já adquiridos e que podem ser convertidos em ferramentas de integração – verificações variadas de documentos e submissão dos saberes que eles já portam e que podem ser postos a serviço do desenvolvimento das várias regiões da cidade como um todo.

Em meio a todas essas questões apresentadas, surge um aspecto que não pode deixar de ser percebido no processo de integração na perspectiva do trabalho: a profissão exercida no país de origem. Mesmo levando-se em consideração que as respostas dos questionários são de autoidentificação, o elemento trabalho torna-se importante para se repensar a integração. Pensar em uma ocupação que gere renda passa a ser o primeiro desafio, mas o passar dos tempos pede mais, pede uma consonância entre vocação e subsistência. Em muitos casos, os deslocados forçados que estão em Brasília – e no Brasil – provêm de situações profissionais destacadas em seus países de origem, das mais basilares às classicamente consagradas. São estudantes, artesãos, médicos, enfermeiros, advogados, empregados na aviação civil, motoristas, técnicos de saúde, vendedores, militares. Não encontrar espaço no Brasil ou em Brasília para desempenhar esses saberes acumulados já é sintoma de uma dificuldade inicial, explícita, como se pode ver, por exemplo, no depoimento a seguir.

O Brasil não está preparado para receber refugiados formados como eu, pois não é capaz de colocar em prática sua própria lei de refugiados (solicitante ganês).

A fala desse solicitante toca num ponto-chave: efetividade. A adequação profissional é de suma importância para o processo de integração local pela ótica do trabalho e não se resume ao reconhecimento, previsto em lei, mas remete também à criação das condições efetivas de exercício profissional, nem sempre materializáveis. Na tentativa de elaborar um panorama relacionando as profissões desenvolvidas pelos refugiados em seus países com o que estão fazendo agora em Brasília, observam-se, a partir da análise das respostas dos cinco mais frequentes tipos

de ocupação anterior à chegada ao Brasil, as seguintes características: desencanaix; não sintonia, exigindo adaptação; e exigência de uma nova maneira de se recolocar dentro das atividades produtivas (tabela 2).

TABELA 2

Integração de refugiados em Brasília: distribuição dos respondentes do questionário, por ocupação anterior à chegada ao Brasil e ocupação atual (2019)¹

Ocupação anterior à chegada ao Brasil	Número de respondentes	Ocupação atual, em Brasília
Estudante	14	Sete estão desempregados, três são motoristas de táxi e três motoristas de aplicativo.
Vendedor	11	Três se converteram em mecânicos, quatro estão desempregados e cinco conseguiram manter sua profissão no Brasil.
Professor(a)	6	Dois viraram motoristas de aplicativo, dois são açougueiros e dois estão desempregados.
Motorista	6	Três são motoristas de aplicativo, um é auxiliar de cozinha e dois são ambulantes.
Costureiro	4	Um continua costureiro, um está desempregado e dois viraram açougueiros.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Para fins da leitura dos dados, última profissão dos migrantes entrevistados e profissão que exercia antes de vir para o Brasil, termos usados no levantamento, aqui foram convertidos em ocupação anterior à chegada ao Brasil.

Professores tornando-se motoristas de aplicativo, vendedores não conseguindo uma recolocação em seu campo de trabalho e engrossando o campo dos desempregados, estudantes que se veem obrigados a parar seus estudos para ingressar no mercado de trabalho sem o preparo adequado e a formação devida são circunstâncias que confirmam as variadas situações que caracterizam a informalidade e outros processos circulares.

Quando o tema é o grau de dificuldade para se acessarem oportunidades de geração de renda, os dados da pesquisa de campo mostram que, com exceção daqueles que procuram emprego pela segunda vez, a resposta mais frequente nos questionários manifesta ser muito difícil o acesso a emprego (ver gráfico 8).

A confirmação desse cenário e as múltiplas razões para as dificuldades encontradas ficam expressas nos depoimentos que se seguem.

Cheguei com pouco dinheiro, sem trabalho, sem familiares. Por meses, fiquei sem comunicação com a família e sofri porque na Síria eu tinha meios para trabalhar e aqui não tinha nada. Na Síria, tinha bom trabalho, casa própria, aqui sem emprego, apartamento pequeno e alugado (refugiado sírio).

É difícil encontrar emprego pela primeira vez por conta da língua, não falava português (refugiada venezuelana).

Não consegui encontrar emprego pela segunda vez porque não aceitei trabalhar sem carteira assinada (refugiado venezuelano).

Quero registrar também que trabalhei com carteira assinada em Mogi das Cruzes, por um ano e três meses. Quando me mandou embora, o patrão me mandou embora e não pagou meus direitos (solicitante nigeriano).

Um outro ponto de preocupação é a empregabilidade dos jovens. O IMDH em parceria com o CIEE³⁴ está auxiliando jovens a garantirem bolsas de estudos para capacitações específicas (IMDH).

Percebe-se, da análise do gráfico 8 e da leitura crítica das falas, que dificuldades, problemas, desafios, entraves podem surgir por variadas razões, dificultando o processo de integração. O exercício profissional compatível à profissão exercida no país de origem é, talvez, a mais desafiadora, decisiva e problemática faceta do processo de integração laboral. Conseguir o primeiro emprego igualmente segue sendo difícil. Reporta-se, nesta pesquisa, a uma população adulta. A questão do primeiro emprego, contudo, também envolve os jovens em idade laboral. O IMDH indica essa preocupação. A questão do primeiro emprego, seja para quem for, é um fator fundamental de integração. Outro recorte importante que alia os dados de campo, sejam eles extraídos de entrevistas ou dos questionários, é a questão do segundo emprego. A primeira experiência tem suas dificuldades, mas as experiências subsequentes indicam um grau diferente de desafios, que faz menção às garantias trabalhistas, direitos e situações que abrem um precedente perigoso: o não cumprimento do contrato de trabalho por parte do empregador. Por fim, observa-se que abrir o próprio negócio também oferece um certo grau de desafio.

Cada caso é singular. Pensar no trabalho como vocação, todavia, mais do que mera subsistência de geração de aportes financeiros, é uma tarefa clara e necessária à integração. Obviamente, no patamar de preocupações estipuladas nas escalas de prioridades, em um primeiro momento, a integração precisa dar conta de gerar renda de maneira legal, e isso é positivo também para o próprio refugiado repensar sua vida, seu caminho, seus saberes e, até mesmo, se redescobrir como pessoa e avaliar a função do trabalho em sua existência.

No fluxo da vida, redimensionar saberes e conectá-los a outras possibilidades é um exercício salutar. É o que Willis (1991) destaca em pesquisa clássica no universo da educação quando indica o que é aprender a ser um trabalhador. O que se propõe aqui é revisitar suas ideias e indicar, no cenário do refúgio no Brasil e em Brasília, o que é (re)aprender a ser trabalhador, especialmente onde se pede uma nova readaptação da vida em conjunção com o meio laboral, reforçando a ideia de Arendt (2004) sobre a condição humana, indicando que o trabalho é uma das dimensões da vida – especialmente da vida em sociedade.

34. CIEE – Centro de Integração Empresa e Escola.

Há, contudo, de se pensar também na adequação e aproveitamentos das potencialidades claras que os refugiados já trazem consigo. Isso é importante para um desdobramento do processo de integração, que é a contribuição que o ser deslocado pode dar à sociedade receptora. Entre os refugiados e solicitantes de refúgio, há mão de obra qualificada: marceneiros, pedreiros, agricultores, cozinheiros, administradores, entre outros, que já trabalham e atuam prestando serviços nas cidades satélites como Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Candangolândia. É nesse ponto que se encontra a potencialidade da lei, podendo impulsionar a integração a partir do reconhecimento de títulos, mediante comprovação de saberes notórios para a impossibilidade de apresentação de provas documentais (ou ambas as coisas). Esses elementos facilitam a integração local via trabalho.

A complexidade do cotidiano e as necessidades da geração de renda quase imediatamente empurram as pessoas para as mais diversificadas ocupações, muitas vezes sem vínculo algum com os saberes anteriormente acumulados e com a *expertise* de cada um. A variante trabalho encontra abrigo na variante educação e documentação, indicando a complexidade do processo de integração que envolve os refugiados no Brasil e em Brasília. Ela é multidimensional e requer condições e articulações variadas para que se encaixe nas medidas de soluções duradouras.

O descompasso e a incompatibilidade expressa nos dados indicam pontos focais da perspectiva de integração importantes, com base nos saberes que já tinham esses refugiados. Encontrar um primeiro emprego, de acordo com os dados expostos, só não é mais desafiador do que encontrar um trabalho afim ao que se fazia no país de origem. Nesse sentido, é necessário levar em consideração que a probabilidade de o primeiro emprego local não ter relação direta com a função desempenhada no país de origem é muito grande, e isso pode vir a se constituir, em curto espaço de tempo, em mais um entrave no processo de integração e uma forte, factível e potencial fonte de agravo da saúde mental dessa população.

As possíveis frustrações do cotidiano encontram vazão nessa adequação profissional, pois a variável trabalho, de um lado ou de outro, especialmente com a apropriação que o capital fez dele, é geradora de realização, mas também pode ser fonte de adoecimento físico e mental, atingindo nativos e também pessoas deslocadas, seja pelo excesso, seja pela falta, seja, ainda, pela não realização. A ação empreendedora também se apresenta como uma variável importante. Nos desafios de alcance das metas de readequação profissional, estar aberto a se reinventar como pessoa e profissional parece ser uma exigência que a vida faz ao ser em refúgio.

O cotidiano de Brasília também é palco para o empreendedorismo. Assim, abrir um negócio próprio se apresenta como oportunidade, mas também como uma das principais dificuldades, cabendo dialogar com as demais variações já descritas acerca do que se entende pelo processo global de integração: ter documentos e saber

se comunicar em português. Micro e pequenos empresários são campos possíveis. O aspecto documental abre um novo espaço que se ramifica da pessoa física para a pessoa jurídica. O paquistanês que conseguiu abrir um restaurante no Sudoeste ou o indiano que vende churrasco-grego no centro de Taguatinga precisam ter a tranquilidade de saber que seus empreendimentos não ficarão sujeitos a uma interpretação arbitrária da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) pelo fato de ser um negócio gerido por um estrangeiro.³⁵

A entrevista realizada com a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal destacou o grande vazio que são os sistemas de acolhida, tanto geral como específica, que se evidencia na capital da República. Novamente, a ampla e universal política de acesso não observa necessidades específicas para migrantes e refugiados também no aspecto trabalho. Sejam as questões ligadas ao microcrédito ou à formação de cooperativas, por mais que soem como caminhos e possibilidades importantes para o protagonismo laboral dos refugiados, não encontram capilaridade no governo local. As discussões são tematizadas de governo para governo, sendo mais ou menos incentivadas, a depender do governo e da orientação política em torno da questão.

Por fim, uma outra dimensão do aspecto laboral, aliada às questões linguísticas e documentais, consiste na fragilidade do refugiado ante possíveis abusos de empregadores que procuram se aproveitar desse novo personagem inserido na vida operária da região. Entre outras situações típicas desse comportamento desrespeitoso estão contratos de trabalho realizados sem nenhuma formalidade ou reconhecimento de amparo legal, contratos abusivos, jornadas de trabalho extenuantes, contrapartidas não efetivadas, horários de descanso não observados, possibilidades de contrair dívidas dentro do próprio espaço de trabalho, dívidas de gratidão e retenção de documentos.

Para além do que já foi exposto, apresentado e contextualizado, outras falas emergem do campo da pesquisa e possibilitam compor uma dimensão dos desafios pelos quais passam essas pessoas.

Quero dizer que fui explorada no trabalho e ainda espero receber dinheiro que o patrão ficou me devendo. Trabalhei seis meses e não quiseram assinar carteira, além do assédio moral e agressividade verbal (solicitante venezuelana).

Quando cheguei ao Brasil fui enganado pela empresa que me contratou. A empresa tinha me oferecido um salário de US\$ 1 mil e quando cheguei aqui só pagava R\$ 185 e moradia (refugiado iraquiano).

35. Vale destacar que a vida também caminha fora da oficialidade documental, e nem por isso a geração de renda deixa de existir. Ocupações sem qualquer tipo de vínculo formal acontecem tanto para o nativo como para o refugiado. O vendedor ambulante, a carrocinha de cachorro-quente, a banca de esfirras, a loja de roupas de moda africana, a banca de lanches com arepas venezuelanas, os trabalhos domésticos que acontecem entre nativos e refugiados por meio da informalidade são todos geradores de renda, mas muitas vezes não recorrem à formalidade documental prevista e existente, nem no âmbito de pessoa física, nem no de pessoa jurídica.

Aquele foi o meu primeiro emprego. Trabalhei dois meses e não fui pago e não consegui nada (refugiado turco).

Fui vítima de exploração laboral e ficaram com meus documentos (solicitante ganês).

O momento atual que eu vivo está muito difícil por causa do desemprego. Não tenho nada para pagar aluguel, para comer, para vestir. Eu aceitaria qualquer trabalho, mas não encontrei nada até agora (solicitante haitiano).

Essas narrativas não são inéditas nesse tipo de contexto, mas não podem ser tomadas como normais, aceitáveis ou próprias das circunstâncias. As condições de precariedade, necessidade e até mesmo desespero levam as pessoas a se conformar com situações de celebração de contratos de trabalho em que não encontram uma clara divisão acerca de ética e do que é legal e ilegal em relação ao que é estabelecido e deve ser cumprido por ambos os lados.³⁶ Nesse sentido, talvez o desemprego seja um dos grandes trunfos do capitalismo, pois é a partir dele que oferta e demanda por mão de obra tendem a equilibrar o preço dos salários, geralmente para baixo.

Dependendo do tipo de mercado e se a especificidade da mão de obra é abundante e de baixa qualificação, isso possibilita a formação de nichos de mercado em que a remuneração é feita por produtividade. É o caso dos bolivianos radicados no mercado de confecção e costura de São Paulo.

Independentemente de qualquer outro aspecto, a precariedade da situação de boa parte dos refugiados, que é relatada por eles e pelas entidades que lidam com a questão, representa um enorme desafio à integração local assistida, especialmente no sentido de essa população ser exposta a situações de oferta de emprego e de geração de renda imediata que são travestidas de generosidade, mas na verdade se quer contratar um trabalhador desprotegido e facilmente descartável, sobretudo após a realização de trabalhos cujo registro não existe ou é extremamente informal. Cozinhas de restaurantes, chácaras e fazendas mais afastadas dos grandes centros, pequenos empreendimentos, entre outras atividades, podem querer se valer desse sujeito, que é mais vulnerável dentro do ordenamento brasileiro, principalmente quando a questão documental não está consolidada e a questão linguística também apresenta desafios que impedem os refugiados de se protegerem de situações de exploração das mais variadas naturezas.

36. Não foi propósito desta pesquisa ouvir experiências de empresários ou qualquer outro tipo de empregador que pudesse opinar acerca da contratação de refugiados e da experiência com eles, ainda que isso viesse a abrir uma nova variável analítica em comparação com as respostas dadas pelos respondentes dos questionários. Fica, portanto, em aberto essa possibilidade para o futuro. Ou seja, como as barreiras à integração dos refugiados no Distrito Federal, no quesito trabalho, são observadas pelos empresários brasileiros que os empregam? Há rotatividade? Por qual motivo se contratam mais estrangeiros do que nacionais? Os salários pagos são os mesmos? Os refugiados contratados trabalham de acordo com o contrato (horários de chegada e saída)? A questão religiosa impacta na produtividade e no comportamento profissional? Todas essas variáveis abririam um novo leque e um novo contraponto na observação da integração local via fator produtivo em relação à questão da empregabilidade e seus gargalos.

3.5 Redes de apoio

O processo de integração local pressupõe a interação entre o estrangeiro e a comunidade local na busca da diminuição do distanciamento social típico da luta pelo sentimento de pertencimento. Nesse contexto, a formação e o uso de redes de apoio constituem etapa relevante do processo, complementando o conceito de integração e fornecendo novos olhares.

Nas palavras de Moreira (2014 *apud* Bezerra Lima *et al.*, 2017, p. 26), “o termo ‘integração local’ faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora”. Stubb (1996 *apud* Bezerra Lima *et al.*, 2017, p. 25) vai além, destacando que

a integração refere-se à tentativa de facilitar a partilha de recursos, sejam econômicos, sociais ou de equalização de direitos políticos e territoriais, o desenvolvimento de intercâmbios culturais, novas formas culturais entre migrantes forçados e todos os demais membros da sociedade. Em nível local, o processo de integração envolve todas as dimensões da comunidade em minimizar a distância social e a facilitação da comunicação, da cooperação mediante negociações criativas que resultem em novos sentidos sociais.

Ambas as definições reforçam, complementam, subsidiam e robustecem as ideias de integração aqui já esboçadas e destacadas. Nelas, encontra-se mais discreta ou explicitamente a ideia ou a presença das redes de apoio como mecanismos de integração. As palavras facilitar e interagir, apresentadas nas duas definições, têm em suas essências propósitos muito próximos aos que se buscam e que são entendidos nas redes de apoio como mecanismos de adaptação.

Esses mecanismos se consolidam em diversos caminhos e possuem variados níveis e funções. De início, espera-se que os países que acolhem os refugiados possam promover essas redes, facilitando e integrando as dimensões explicadas na abertura deste capítulo e que são reforçadas, direta ou indiretamente, por Stubb (1966) e Moreira (2014) (*apud* Bezerra Lima *et al.*, 2017, p. 25-26). A realidade observada indica, contudo, que esse movimento de criação das redes obedece a outros movimentos e funcionalidades, variando suas dinâmicas de país para país, cidade para cidade. Além do que já foi descrito, as redes têm outras funções, desde facilitar a vida do refugiado na nova sociedade até servir de apoio e enfretamento aos problemas decorrentes dos encontros e desencontros de culturas diversas que precisam conviver nos mesmos espaços. Na ausência de redes providas pelo poder público – e, por vezes, em complemento a elas –, formam-se outras redes paralelas, buscando o propósito básico da integração local. Ou seja, as redes são mecanismos que podem nascer do Estado, mas que podem também nascer movidas pela necessidade simples de encontrar caminhos da vida, no caso dos refugiados, para atingir parâmetros mínimos de integração local.

Os mecanismos de formação de redes fora do domínio estatal se consolidam à medida que a quantidade de pessoas refugiadas, oriundas ou não de uma mesma nacionalidade ou proveniência religiosa, entendem-se como grupo de ajuda recíproca, em que especialmente os mais velhos (ou mais antigos no país) ajudam os recém-chegados ou mais novos. As redes assim conformadas podem assumir diversos arranjos. A ajuda oferecida por elas tem direcionamentos diversos e pode ter também intencionalidades variadas. A lógica central é sempre a mesma. Quem dispõe de mais informação, mais experiência, mais conhecimento sobre como se resolvem as coisas e os problemas naquela comunidade, naquela cidade ou naquele país pode oferecer algo àquele que não dispõe de tantos meios para, por exemplo, saber como funciona o sistema de transporte público, como e onde se aluga uma casa, como se obtêm documentos, como e a quais órgãos se deve recorrer em situações específicas etc.

A história de cada país e de cada cidade caminha de maneira própria na constituição dessas redes. Em alguns lugares, elas estão bem estabelecidas; já em outros, precisam de mais e maiores ajustes. O processo de integração local pode ser pensado e traduzido pelos fundamentos da constituição de redes. São elas que possibilitam e oferecem as estruturas da integração. O papel do poder público, nesse sentido, pode ser decisivo. Quando o poder público falha ou sua ação se mostra insuficiente, a formação de redes assume dinâmicas alternativas, como destacado a seguir por um dos respondentes:

na verdade, passei por muitas dificuldades, os amigos é que me ajudavam (solicitante togolês).

O fator inaugural das redes de apoio, sejam elas quais forem, está assentado na força da identidade. Ela é que agrega uns aos outros; que distingue uns dos outros; que fundamenta o “nós” e o “eles” (Bauman, 2003; 2005). Nesse sentido, a identidade divide e separa, servindo de cadeia de autoproteção dos iguais contra os diferentes.

Essa mesma perspectiva nos ajuda a compreender as redes que se formam entre os migrantes e os refugiados, redes de apoio mútuo que funcionam como elementos de aglutinação dos iguais, por vezes, em oposição a todos os outros considerados diferentes. A busca por proteção, retorno ao que é tido como lar e relações de reciprocidade que alimentam o processo são algumas das características das comunidades que atuam em redes em Brasília. Essas redes geralmente são formadas em paralelo ao poder público e, muitas vezes, nascem justamente do não alcance dele na resolução dos seus problemas mais imediatos.

Bauman (2005) considera que o fortalecimento das redes de apoio se dá pela adesão via comunidade e nasce da crença e da evidência do não funcionamento pleno do poder público na execução daquilo para o qual ele foi constituído. A falta

de confiança na execução do papel estatal é indicada pelo autor como elemento originário da formação das redes. Elas são artifícios gerados para a promoção daquilo que não é garantido nem encontrado plenamente nas esferas públicas, abrindo espaços para instâncias não oficiais que deem respostas mais rápidas e eficientes aos problemas mais imediatos das pessoas. Esse mecanismo funciona tanto para coisas boas e que ajudam os grupos a se reorganizar a partir de outras lógicas como para desvios de funções e ilegalidades variadas que dão margem ao surgimento de poderes paralelos que fazem frente ao papel do Estado e que, em alguns casos, sobrepõem-se a este. Entre os refugiados em Brasília, o papel das redes não deixa de ter seus desdobramentos também ordenados por lógicas semelhantes e próximas às descritas e elucidadas pelo autor.

Definitivamente, os processos de integração passam pela consolidação desses espaços de apoio mútuo. As redes são importantes mecanismos de facilitação da vida e resolução de potenciais entraves que se apresentam no cotidiano. Formam-se, sinteticamente, a partir de dois núcleos distintos: as oferecidas pelo país de acolhida (órgãos governamentais e órgãos paragovernamentais) e aquelas originadas em iniciativas construídas, partidas e desenvolvidas pelos próprios refugiados e migrantes, entre eles ou, em alguns casos, em diálogo e consonância com as populações nativas e locais já preestabelecidas.³⁷

Ter uma noção dessas redes, de suas origens, de como são formadas, mantidas e cultivadas, dá uma mostra mais concreta do processo integrador de refugiados nos variados países, como também no Brasil e mais especificamente em Brasília. As informações compiladas na pesquisa de campo permitem elaborar cruzamentos dos problemas destacados pelos respondentes, assim como refletir sobre o potencial das redes de apoio na resolução deles, seja qual for a origem e a natureza da rede.

O ponto de partida para o reconhecimento do papel das redes de apoio como facilitadoras do processo de integração local pode ser encontrado na constatação de que, entre os respondentes em Brasília, 36% declararam já ter passado por alguma necessidade e não conseguiram encontrar nenhuma instituição ou serviço que pudesse lhes ajudar (gráfico 10).

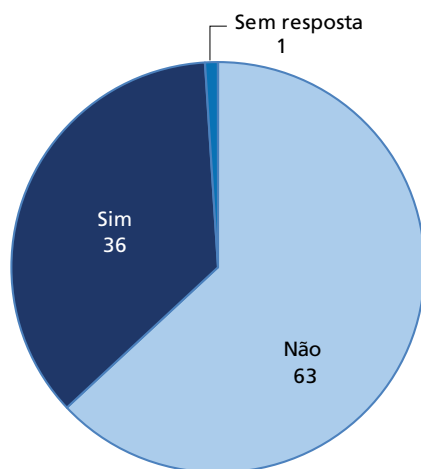
Trata-se de um número considerável, e somente quem vivencia as dificuldades práticas e imediatas do cotidiano pode avaliar o que é não ter a quem recorrer em uma emergência, especialmente estando em um país que não é o seu, em meio a uma cultura que não é a sua e a pessoas que lhe são estranhas. A vida pede respostas

37. Uma terceira via será inserida como redes mistas, compostas pela simbiose das duas primeiras.

urgentes,³⁸ as quais, quando não podem ser satisfeitas pela própria pessoa, tornam a ajuda externa indispensável.

GRÁFICO 10

Integração de refugiados em Brasília: já passou por necessidade em que não tenha conseguido encontrar nenhuma instituição ou serviço que pudesse ajudar? (2019)
(Em %)



Elaboração dos autores.

Essa porcentagem (36%) não pode ser ignorada, pois, especialmente nos cenários onde as pessoas passam por fragilidades variadas, como são as provenientes dos deslocamentos forçados, não conseguir nenhum tipo de resposta para um problema evidente e latente pode significar a geração de novos problemas, não somente para o refugiado em si, mas também para a sociedade receptora. Encontrar respostas mínimas para os desafios da integração é buscar propostas que atenuem problemas de curto, médio e longo prazo.

Mesmo diante do cenário exposto, talvez o maior desafio de se perceber a questão das redes de apoio é o entendimento de que, tomando como base o já exposto e estipulado, elas existem. Cabe, portanto, verificar a efetividade que elas têm para a resolução dos problemas práticos da vida. Nesse sentido, o tempo que o refugiado tem no país tende a ser decisivo, pois, quanto mais tempo ele está no país, maior a possibilidade de ter mais redes consolidadas que o auxiliem no manejo da vida. De acordo com os dados extraídos da pesquisa de campo, quando algum problema é evidenciado, as redes de apoio indicadas foram os grupos de amigos,

38. Adiante discutem-se elementos de saúde. Essa departamentalização proposta de tratar a integração por nichos é uma mera simplificação da realidade. As etapas e as necessidades, assim como os desafios à integração, são multidimensionais e se apresentam no cotidiano, de maneiras mescladas e complementares umas às outras.

pessoas da própria nacionalidade (35%) ou brasileiros (31%), sendo o apoio da Cáritas e do IMDH a segunda rede de apoio mais indicada pelos respondentes em Brasília (34%) (gráfico 11).

GRÁFICO 11

Integração de refugiados em Brasília: rede de apoio aos respondentes (múltiplas respostas) (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Obs.: CRAS – Centro de Referência em Assistência Social; CREA – Centro de Referência em Assistência Especializada; Centro POP é um serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Uma outra leitura pode ser proposta a partir do agrupamento em torno do nível de formação da rede de apoio. É possível agrupar as redes de apoio em quatro níveis distintos, que levem em conta como os refugiados buscam resolver seus problemas em diálogo com outros refugiados, com nativos e/ou com instituições variadas, sejam elas governamentais ou não governamentais (quadro 2).

QUADRO 2

Síntese redefinida das redes de apoio

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Rede do Estado	Rede paraestatal	Redes próprias	Redes mistas
CRAS, CREAS	Cáritas	Familiares	Conjunção de duas ou mais modalidades
Conare	IMDH	Amigos da sua nacionalidade	
Defensoria Pública	Instituições religiosas	Amigos brasileiros	
-	ACNUR	-	

Elaboração dos autores.

Retomando as contribuições de Ager e Strang (2004; 2008) observa-se, no redesenho proposto, o que os autores destacam e entendem por *social connections*, abrindo os conceitos de *social bridges*, *social bonds* e *social links* (redes socioétnicas de apoio), em especial no que toca o nível 3, das redes próprias. A nova leitura fortalece a importância de amigos de mesma origem, amigos brasileiros e familiares, que respondem por três das quatro mais lembradas redes de apoio (quadro 2).

Aqui, se retoma a matriz geradora da representação gráfica na abertura deste estudo e que traz as três dimensões da integração: documental, econômico-laboral e sociocultural (figura 1). Os problemas do cotidiano estão nessas três esferas, e, por meio delas, as redes reúnem potencialidade para solucioná-los. Os problemas são multidimensionais, as redes também. Família, amigos, nativos, organismos internacionais e rede estatal na interação variada possuem dimensões de facilitação à integração local, suavizando ou relativizando as dificuldades encontradas. As falas a seguir refletem um pouco dessas situações.

Aqui, as pessoas me tratam bem, como se eu fosse daqui, querem amizade comigo e se interessam pela minha história, me ajudam a resolver alguns problemas (refugiado sírio).

Dependia da ajuda de amigos para fazer traduções (solicitante togolês).

Não tenho renda. Recebo ajuda das pessoas da comunidade para alimentação e outras necessidades básicas (solicitante cubano).

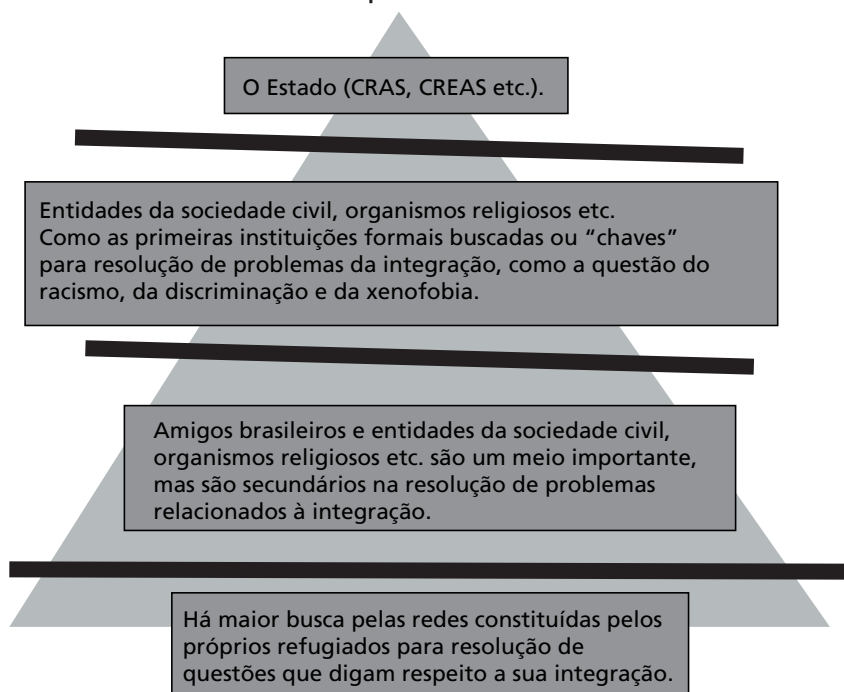
As redes de apoio, embora possam ser categorizadas como anteriormente proposto, não são excludentes; é possível que os refugiados contem, concomitantemente, em seu dia a dia com mais de uma ou várias redes ao mesmo tempo. Resta saber como elas se articulam e se complementam para resolver problemas práticos do processo de integração local.

Os problemas de insuficiência material compõem parte das dificuldades. Os problemas de origem não material, como a discriminação, o preconceito e a xenofobia (reveses da integração), a que refugiados e solicitantes de refúgio estão sujeitos, entram nesse escopo analítico. As redes se tornam, então, mecanismos de enfrentamento. Esses fenômenos, chamados aqui de reveses da integração, podem ser manifestações de problemas que somente com o passar do tempo e com a conformação de redes poderão encaminhar-se para uma solução.

Nesse sentido, vale apresentar uma breve análise das quatro dimensões (ou níveis) das redes de apoio e sua potencialidade e/ou dificuldade no enfrentamento dos desafios à integração. Observe-se, de imediato, que a rede menos acessada, disponível, ou conhecida pelos refugiados é, justamente, a rede estatal (gráfico 11 e quadro 2).

De fato, cruzando-se as informações presentes no gráfico 10 com a proposta de leitura das redes em quatro níveis distintos, é possível propor uma figura geométrica em forma de pirâmide, em que o topo é a rede governamental, a parte menos acessada da pirâmide.³⁹ As redes mais acessadas pelos refugiados são aquelas compostas por eles mesmos, fortalecendo a crença de que a integração acontece com maior ou menor participação do Estado, independentemente de qualquer coisa (figura 5).

FIGURA 5
Pirâmide de acesso às redes de apoio



Elaboração dos autores.

O padrão de rede estipulada, destacada e descrita sob os auspícios do Estado como o ideal de integração estaria representado de forma invertida na figura 6, ou seja, teria o poder público como a porta de entrada e de suporte às necessidades da tríplice dimensão conjugada entre a parte jurídico-documental, econômico-laboral e sociocultural. O Estado inaugura a parte sociodocumental em âmbito federal, mas as demais se consolidam no âmbito municipal, que é onde os principais desafios

39. Não se considera, nesse cruzamento e na análise das redes de apoio, a concessão de documentos como parte da rede de apoio do Estado.

à integração local se evidenciam, descortinando o ponto central, a pergunta de pesquisa estipulada sobre o modo como se dá a integração.

Respondendo à pergunta de pesquisa, a integração se dá de diversas maneiras, diante de desafios e dificuldades que estão no âmbito da localidade de vivência do sujeito refugiado e tendo as redes de apoio como instrumentos importantes para dissolução ou atenuação desses obstáculos. As redes constituídas pelos refugiados são as mais acionadas, as mais significativas para dar respostas aos problemas práticos do dia a dia, levando-se em consideração, logicamente, que o Estado, em tese, já garantiu o ingresso e a potencial permanência do indivíduo no país.

As composições das redes também são elementos importantes nas resoluções de problemas que surgem em meio ao processo de integração. Como a realidade sempre se apresenta muito mais complexa do que as categorias criadas dentro dos escopos de pesquisas, a abordagem que se dá para as redes mistas, aquelas compostas por variados atores na solução de questões como discriminação e xenofobia, entre outras, emerge como algo importante para se pensar elementos decisivos de ambientação dos refugiados nas novas cidades e, mais especificamente, em Brasília.

Como já descrito no eixo da distinção entre refugiado e solicitante, a instituição dos comitês poderia colocar Brasília no patamar de uma cidade que pensa a acolhida e a integração local de refugiados, fortalecendo as redes de apoio, dando suporte para se tratar, inclusive, questões referentes ao combate a discriminação, preconceitos e xenofobia. Vale destacar, nesse sentido, a compreensão das variadas redes e suas particularidades, a fim de se poder compreender melhor a dinâmica da integração local a partir desse eixo analítico.

3.5.1 Rede estatal

Respondentes indicaram ter recebido algum tipo de ajuda em momentos de necessidade e que encaram isso como uma rede de apoio da Secretaria de Desenvolvimento e Transferência de Renda (SEDEST), especialmente por via dos CRAS e CREAS que se apresentam como possibilidades. A porcentagem de respondentes que recorreu a esse serviço é extremamente baixa (gráfico 10), e talvez seja esta a grande fragilidade da integração no acompanhamento pelo poder estatal brasiliense: ela é praticamente nula, irrisória e insignificante. A ampliação e consolidação das redes de apoio via CRAS e CREAS descentraliza a necessidade de espaços específicos nos quais se exija um deslocamento muito grande por parte dos refugiados dos lugares em que moram. Como mencionado na etapa que trata de educação e aulas de português, os CRAS das regiões onde se encontram os refugiados podem servir como um potencial espaço para as suas inclusões nos serviços prestados à comunidade.

A descentralização das redes de apoio estatal ampliaria seu alcance, facilitando potencialmente o acesso, por exemplo, daqueles 36% que destacaram não ter encontrado nenhuma rede de apoio que os ajudassem a resolver situações corriqueiras do dia a dia (ver gráfico 8). Da mesma maneira, os que afirmaram ter conseguido tal suporte também encontrariam de uma maneira ou de outra, na rede do Estado, uma possibilidade de envolvimento, presença e acolhida que facilitaria na integração local.

3.5.2 Rede paraestatal: organismos internacionais, organismos religiosos e atores da sociedade civil

As organizações que compõem a rede paraestatal são acionadas pelos declarantes em suas solicitações em momentos de necessidade e, juntamente com suas redes pessoais, acolhem seus pedidos de resolução de problemas diversos. Cáritas e IMDH, por exemplo, foram apontadas por 34% dos respondentes como entidades responsáveis por facilitarem a vida, a adaptação e a integração local em Brasília. Somadas às redes familiares, formam as duas camadas mais espessas da pirâmide representada na figura 5.

Nessa relação em que o agente inaugura a etapa documental, garantindo um importante espaço na documentação e legalização, o Estado se torna uma entidade abstrata e quase invisível nas microesferas da vida do município ou das cidades satélites de Brasília, praticamente deixando a tarefa da integração por conta dos próprios refugiados, em meio às políticas de acesso universal. Neste ponto, encontra-se a contradição mais aflorada e acentuada da integração local: a política de amplo e universal acesso não observa as particularidades da questão em torno do refugiado, como cultura, idioma e religião, entre outras que erguem barreiras à integração, definindo suas características. Geralmente, quem cuida disso com maior atenção são as redes paraestatais e os arranjos próprios dos refugiados.

3.5.3 Redes próprias

As denominadas redes próprias apresentam um elemento comum, um pretense ponto de partida único, uma origem partilhada, que abriga, agrupa e tipifica os refugiados a partir de uma divisão clássica e afeta ao advento dos Estados modernos: a nacionalidade. Torna-se muito difícil não falar em nacionalidade, ou pensar além dela, quando se trata da questão dos refugiados e demais variações dos deslocamentos humanos, sejam eles compulsórios ou não. Afinal, reside no imaginário geral a ideia de que um país é a fiel expressão da unidade cultural, social e política que agrega as pessoas daquela unidade geográfica, fazendo delas uma massa uniforme que empresta essa pretensa coesão, também, nas diásporas vividas por elas.

Esse movimento que consolidou a ideia de Estado e de nacionalidade, como destaca Bobbio (2006), optou por adotar esse padrão, mas em sua intimidade escamoteia ou não quer que seja explicitado que as nações são, para além do já

exposto e destacado, um emaranhado, muitas vezes forçado, de composições étnicas, culturais, políticas e ideológicas altamente complexas e misturadas, em que existem nuances e subdivisões que, mais ou menos pactuadas, se estabelecem sob o mesmo “guarda-chuva” do teto nacional, mas que dificilmente iguala e nivela todas as pessoas a partir de uma herança e ancestralidade comum (Hall, 2006).

Com base nisso, Anderson (2008) e Hobsbawm e Ranger (1994), de maneira próxima, defendem a nação e seu entendimento como sendo uma comunidade imaginada que se consolida na modernidade, como um arranjo das práticas culturais administradas pelos Estados modernos, com a finalidade de estimular relações recíprocas e de automático reconhecimento entre seus pertencentes, mas não passando essa busca de um arranjo artificial. Esse ponto sinaliza uma importante conexão com a composição das redes de apoio criadas pelos refugiados, que partem de um primeiro esforço de agrupação via teto-comum da nacionalidade, formando assim a rede, ou comunidade, de tradições e heranças comuns herdadas e reproduzidas ao longo dos tempos. É dessa sensação comum que nascem as redes ganesas, haitianas, sírias, congolenses, bengalis, entre outras, radicadas em Brasília.

Percebe-se, não raro, que os nacionais do país receptor, e igualmente aqueles responsáveis pela formulação de políticas públicas, não atinam para a potencialidade de esses grupos oriundos de países estrangeiros formarem suas redes de ajuda.

O fundado temor de perseguição que os fez refugiar-se em outro país reforça esse entendimento de aproximá-los e apoiar arranjos que facilitem sua adaptação e sobrevivência frente a adversidades e ao desconhecimento.

As diferenças que inspiram o refúgio ainda no solo de origem podem ser reeditadas, revividas e refletidas no solo de destino do refugiado a partir das composições, forças, ideias e origens às quais pertencem as pessoas envolvidas. Por conta disso, ser de Gana não é suficiente para que todos os ganeses em Brasília estejam juntos e trabalhando em uma mesma rede de apoio, e um claro exemplo disso se relaciona à religião. Esse país africano não tem uma religião única ou, ao menos, uma esmagadora maioria pertencente a uma só crença religiosa. O país é multifacetado e, no aspecto em questão, conta com muçulmanos e católicos compondo um mosaico bastante representativo. As diferenças que provocam o refúgio também são causadas pelo fator religioso, e também podem se fazer presentes no Brasil, em Brasília e, mais precisamente, em Samambaia. É nesse sentido que, ao olharmos para os dados de campo (gráficos 8 e 10), podem-se evidenciar redes mistas compostas por amigos de mesma origem e amigos brasileiros, além de outros refugiados que também compõem essa rede, mas são de outras nacionalidades.

Ainda a título de ilustração, as religiões são elementos de aglutinação das pessoas e se tornam mais um poder paralelo que caminha junto ao Estado, ou que muitas vezes faz o papel dele. Assim é que as matrizes religiosas podem muito mais

ajudar na composição de redes próprias que vão além da nacionalidade, como é o caso de uma igreja protestante oferecer melhores condições de apoio e integração aos adeptos daquela fé do que necessariamente as composições originárias do vínculo nacional. Da mesma maneira, essa mesma reflexão encontra algum cabimento com sírios, venezuelanos, togoleses, bengalis etc., seja pelo fator religioso ou por outras variações.

As redes próprias têm, portanto, uma dinamicidade que pode seguir uma orientação diferente daquelas impulsionadas e tipificadas mais comumente pelo teto da nacionalidade. Mesmo assim, o que é importante destacar, nesse tipo de arranjo, é que observar a formação das redes pela nacionalidade é mais seguro, mais convencional, mais natural, mais classicamente habitual e longe de ser considerado errado. Outros arranjos, contudo, vão se fortalecendo e se mostrando igualmente importantes para a observação do fenômeno em sua manifestação cotidiana. Desse modo, comunidades mais específicas são estabelecidas dentro de coletividades que têm como fator de atração o elemento da nacionalidade, e isso dá espaço para tratar de redes mistas, não permitindo afastamento dos dados obtidos junto aos refugiados no campo de pesquisa.

3.5.4 Redes mistas

A complexidade da realidade dificilmente se deixa capturar em categorias fechadas. As redes, mistas são um conjunto de todas as redes e possivelmente devem ser o arranjo que melhor representa a globalidade do apoio que os refugiados têm no processo de integração. A eficácia e o alcance das redes para resolver todos os problemas pode ser limitada, mas os refugiados, direta ou indiretamente, contam com elas, a começar pela sinalização do governo federal na emissão da documentação e na possibilidade de reconhecimento de diplomas.

Uma outra reflexão possível, tomando como ponto de partida essa inter-relação com as redes, é a possibilidade de o refugiado respondente do questionário ter mais benefícios em uma determinada rede, com um determinado assunto, do que em outras redes para outros assuntos. Dessa forma, as redes mistas apresentam conjunções variadas entre as redes do Estado, somadas àquelas que atuam em diálogo com o Estado (organismos internacionais, instituições religiosas etc.) mais as conjunções próprias e típicas do cotidiano, não obedecendo a uma formulação prevista estática e imutável. É plausível afirmar que, para uma determinada rede, a questão do trabalho se resolva com maior facilidade, já para a questão do estudo, seja para crianças, jovens ou adultos (além do ingresso na universidade), outra rede responda melhor à demanda. Concomitantemente, as redes mistas podem ser complementadas, reforçadas e potencializadas com a instituição e criação dos comitês locais, inexistentes em Brasília, e que tiveram suas importâncias amplamente

ressaltadas pelas instituições que participaram da pesquisa via entrevista (ACNUR, IMDH, DPU, entre outras).

Em uma cidade como Brasília, composta, desde sua fundação, por fluxos migratórios internos e, mais recentemente, por fluxos internacionais, o cenário da integração se torna um capítulo novo na narrativa urbana, com enredo ainda não bem claro ou definido, mas passível de algumas inferências e análises. Afinal, o histórico da cidade convive com a questão da acolhida aos diversos grupos que aqui sempre chegaram e continuam a fazê-lo, ao longo de mais de meio século.⁴⁰ Dentro desse fluxo temporal, apresentam-se inúmeras narrativas assentadas na cordialidade do povo brasileiro e sua atitude aberta ao outro, sua amistosidade e receptividade ao estrangeiro.

A pretensa ideia de cordialidade sobre a qual a sociedade nacional se assenta e que tende a acreditar que os brasileiros, e também os brasilienses, são o povo da acolhida, da alegria, do calor humano, o povo que promove a integração do diferente devido às suas raízes históricas, tem sido questionada com frequência por acontecimentos cotidianos que marcam o estranhamento do encontro entre o local e o forasteiro. Como destacam alguns dos respondentes, conforme descrito a seguir.

A trajetória do refugiado não é fácil. O idioma é um problema muito grande. Tem muita exploração da mão de obra venezuelana e xenofobia. Tem muita exploração da condição de refugiado, não tem ajuda do Brasil (refugiado venezuelano).

As pessoas me discriminavam e eu não entendia. Eu não saía sozinha de casa, tinha medo. Ser africana e mulher é mais difícil, mesmo no Brasil (refugiada congoleza).

Resta claro que a cordialidade do povo brasileiro (e do brasiliense) não se evidencia plenamente em todas as camadas da vida cotidiana local. A existência de preconceitos arraigados, nem sempre confessos, tem sido objeto de interesse e análise na história recente do país.

De acordo com o Theodoro *et al.* (2008), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um contexto em que o debate era mobilizado pela questão da existência ou não da discriminação racial no país. Naquela época, ainda se questionavam cruzamentos entre democracia, desigualdades sociais e questões raciais, elementos reveladores dos desequilíbrios sociais que compõem a história do país. Ao longo da década de 1990, isso começou a ser questionado, revisto e revisitado, com a finalidade de se demonstrar, por meio de pesquisas, diagnósticos

40. Essas variadas maneiras encontram na lógica de cada época uma gênese específica, que é a de colocar os mais pobres cada vez mais longe do centro. É assim que o conceito de Brasília se converte em Distrito Federal para, mais tarde, converter-se em entorno. Tudo isso é chamado de Brasília, mas cada região tem sua dinâmica própria de acolhimento e integração. Nessas dimensões, os refugiados também se inserem, em uma dinâmica pendular entre centro e periferias.

e análises, como estratificação, mobilidade social e oportunidades em geral têm relação com a cor e a origem.⁴¹

A presença de refugiados, especialmente africanos e afro-caribenhos, reaviva essa discussão, agravada pelo elemento de sua naturalidade no estrangeiro, convertendo e agregando um potencial racismo ao elemento xenófobo por vezes constatado. O olhar nacional é construído, e treinado culturalmente, ao julgamento valorativo às variantes caucasiana e judaico-cristã. O que foge a essa matriz e que se aproxima de outras, especialmente em circunstâncias de fragilidade econômica e em diásporas, como é o público ao qual se refere este estudo, tende a ser visto com desconfiança, rechaço, atraso, negação.

O Brasil é uma nação mestiça, mas por muito tempo quis ser vista, e até se esforçou nesse sentido, como uma nação para além disso. Essa mesma ideia ainda encontra acolhida em variados segmentos (Schwarcz, 1993).

A alteridade mais comum que se verifica na composição de nossa sociedade é aquela que obedece ao fluxo com a ancestralidade europeia que, em alguns casos, salvo o lapso temporal secular que separa o século XIX do século XXI, em determinada medida, apresenta motivações semelhantes à vinda para o Brasil. Barreiras variadas podem surgir no fenômeno da integração tendo como ponto de partida essas questões de perspectivas acerca do perfil do novo participante da comunidade.⁴² É nesse ponto que a criação das redes é um elemento que auxilia no enfrentamento dessas dificuldades por refugiados e solicitantes. Os depoimentos a seguir ajudam a compor uma visão mais clara dessa questão.

Por ser líder religioso e andar com roupas típicas, já fui humilhado na rua. Andei com as pessoas gritando: olha o homem bomba (refugiado paquistanês).

Nossa sociedade é preconceituosa e xenófoba, não adianta a conversa de que nosso povo é acolhedor e que recebe bem o estrangeiro (DPU).

As duas falas são importantes para reforçar o que a literatura e os dados de campo construídos juntamente proporcionam aos refugiados, observando-se que os desafios da integração passam, fortemente, pela construção de redes que promovam resolução de problemas e questões práticas que podem ser decisivas na promoção ou na falência das questões que se apresentam diante da convivência entre nativos e refugiados.

41. Da mesma forma, pode-se inserir como uma nova variável a questão religiosa, ancorada no elemento cultural. O islamismo ou as religiões de matriz afro-caribenha dinamizam essa relação passível de geração de discriminação, preconceito e xenofobia. As redes são ponto de apoio e enfrentamento ao tema, e reforçamos a bipolaridade que elas assumem na discussão, pois quando as redes oficiais e estatais não suportam o tratamento da temática, ou são inexistentes, redes paralelas e internas a esses grupos começam a se efetivar.

42. Merece destaque que, diferentemente dos movimentos históricos dos deslocamentos de pessoas para o Brasil e para Brasília, o número de refugiados comparativamente à população de Brasília é crescente, ainda que pouco expressivo diante dos números nacionais e, mais ainda, quando comparado com o cenário internacional.

Um olhar para os dados coletados na pesquisa de campo em Brasília reforça a força do preconceito na comunidade local (44% dos respondentes disseram já haver se sentido discriminados) e o peso da xenofobia como motivadora de preconceitos (em 69% das respostas daqueles que se sentiram discriminados, a xenofobia aparece como causa da discriminação) (gráfico 12).

GRÁFICO 12

Integração de refugiados em Brasília: opinião dos entrevistados sobre se há discriminação e de que tipo – múltiplas respostas (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Além da xenofobia, questões ligadas ao fenótipo (cor da pele, formato do rosto, olhos e cabelos), religião, cultura, moral e/ou política e gênero também são apontadas pelos respondentes em Brasília. Outros temas também são lembrados, ainda que mais pontualmente, tais como acharem que estão tomando o emprego de um nativo, estarem em vulnerabilidade ou não saberem falar português.

Em relação aos locais onde ocorreu a discriminação, a pesquisa de campo revela os espaços públicos (ruas, parques ou praças) como o lugar mais frequentemente lembrado (57%), seguido pelo local de trabalho dos respondentes (33%) (gráfico 13).

A integração local possui esses desafios, e o papel das redes é auxiliar na superação dos obstáculos que podem se evidenciar a partir do contato e do convívio diário. Faz-se necessário insistir que, se no contato social podem surgir problemas,⁴³

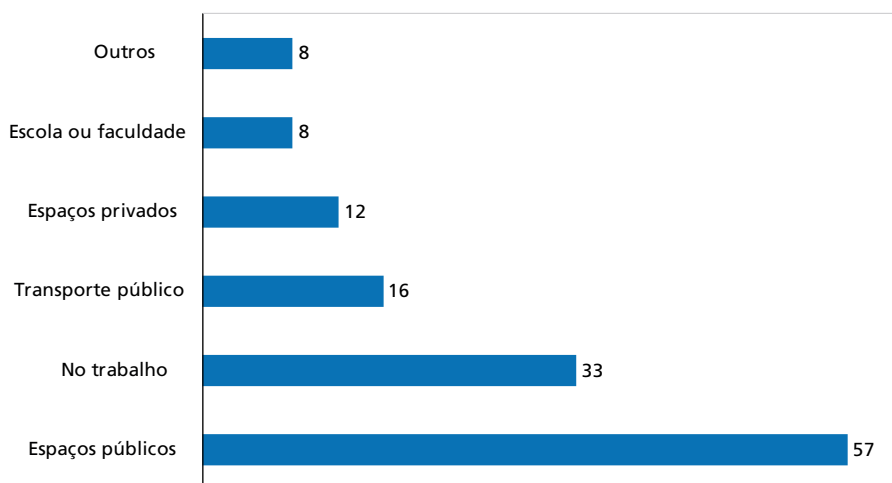
43. A propósito, vale destacar que, aos problemas descritos a partir da pesquisa de campo, acrescentam-se outros de natureza criminal, como a exploração – de variadas naturezas – de refugiados por grupos locais. Bezerra Lima, Garcia e Fechine (2020), por exemplo, resgatam o caso de uma família venezuelana aliciada por um grupo de bolivianos e submetida a trabalho análogo à escravidão em São Paulo. A situação é emblemática do tipo de fragilidade a que estão submetidas as pessoas em situação de refúgio e deve merecer atenção permanente do poder público para sua supressão.

é também nele que as soluções precisam ser buscadas. As redes de apoio, sejam elas de qualquer orientação, são indispensáveis nesse processo. O isolamento, por parte do próprio refugiado ou da sociedade receptora, é o primeiro passo para o fracasso dos processos de readaptação previstos nos fluxos dos deslocados internacionalmente. Formar vínculos, criar um lastro relacional é fundamental em todas as etapas da existência social.

GRÁFICO 13

Integração de refugiados em Brasília: local onde aconteceu a discriminação – múltiplas respostas (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

Para além dos problemas de discriminação, outros campos podem se beneficiar e atenuar barreiras ao processo que aqui se busca conhecer melhor. Redes ajudam a criar uma cultura de resolução de problemas – os de ordem de discriminação, os provenientes de geração de renda, questões documentais, de comunicação e de moradia, entre outros. As redes articuladas, ou não, ajudam nessas soluções que, especialmente nos primeiros tempos depois da chegada do refugiado a Brasília, se mostram essenciais.

3.6 Acesso à saúde

O acesso aos sistemas de saúde se destaca como pilar fundamental no processo de integração, reafirmando-se, assim, a importância de sua conexão com as estruturas locais de atendimento às populações.

Ager e Strang (2004; 2008), por exemplo, ao abordarem os indicadores da integração local de refugiados em diversos domínios, ainda na etapa basilar

denominada *means and markers*, destacam o tema saúde como um dos primeiros pilares a se observar numa análise da efetividade da integração local. Nesse campo, estão elementos importantes que envolvem desde hábitos, tratamentos, cuidados, atenção e manutenção da saúde até a presença do elemento cultural em suas práticas e fazeres, distintos de país para país e de cultura para cultura.

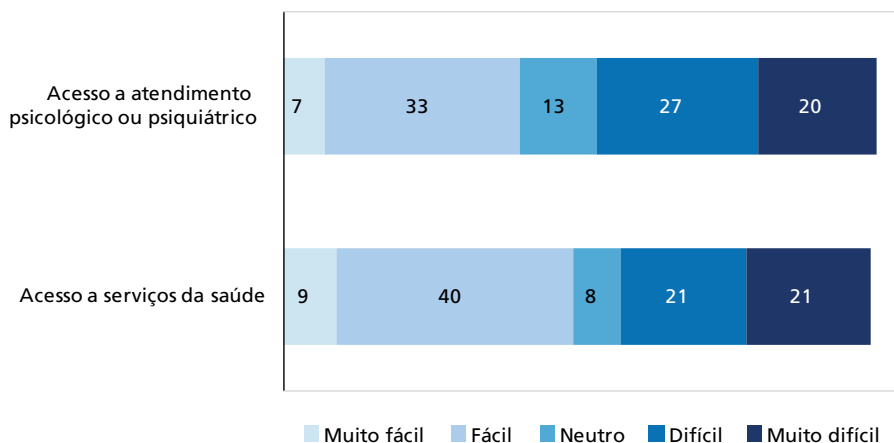
O conceito de saúde para a Organização Mundial da Saúde (OMS) extrapola o entendimento de ausência de doenças ou enfermidades. Abandona um modelo exclusivamente biomédico, mecanizado, e contempla uma perspectiva biopsíquica e social. O entendimento de saúde amplia-se, portanto, passando a abranger aspectos sociais, antropológicos, sociológicos e psicológicos, em abordagem holística que destaca bem-estar, equilíbrio e felicidade. Em síntese, saúde deve ser entendida como “o estado de bem-estar físico, mental e social” (OMS, 1947). No que concerne ao tema da integração local de refugiados, bem-estar físico, mental e social são pilares indiretos da análise do equilíbrio buscado nesse processo, também, em Brasília.

A pesquisa de campo permitiu extrair algumas conexões entre a integração local e o que pensam os refugiados acerca do acesso à saúde, tendo como apoio e suporte analítico as entrevistas em profundidade realizadas junto aos representantes das entidades que atuam no setor. Dessa forma, resgata-se o grau de dificuldade vivenciado pelos respondentes para acessar o sistema de saúde. No caso de Brasília, 49% dos respondentes consideraram fácil ou muito fácil o acesso aos serviços de saúde na cidade, contra 42% que o consideraram difícil ou muito difícil (gráfico 14).

GRÁFICO 14

Integração de refugiados em Brasília: grau de dificuldade no acesso a saúde e bem-estar (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

A divisão manifesta nos dados de campo sugere o aprofundamento da investigação no futuro, no sentido de averiguar as causas para resultados tão discrepantes. Admite-se que temas como lugar de moradia, falta de informação e dificuldades com o idioma podem impactar o acesso de refugiados aos serviços de saúde. Essa relação configura um cruzamento factível, ficando, no entanto, pendente até novas pesquisas.

Além do acesso ao sistema de saúde, a pesquisa de campo debruçou-se também sobre o aspecto de saúde mental, mediante questionamento sobre a facilidade de obter atendimento psicológico e psiquiátrico.⁴⁴ Essa temática requer cuidados para não se incorrer no risco banal das generalizações e, especialmente, em tipificações que são úteis e ajudam a organizar o pensamento, mas ao mesmo tempo são danosas e com potencial de estigmatizar, especialmente ao olhar desatento.

Interessante observar que, nesse caso particular, a percepção se inverte, sendo que 47% dos respondentes consideram o acesso a esses serviços difícil (27%) ou muito difícil (20%), contra 40% que consideraram fácil ou muito fácil (gráfico 14).

Embora aqui também se careça de dados que ajudem a qualificar as razões para as respostas dadas ao questionário, é possível sugerir a relevância do tema, haja vista a possibilidade de agravamento do estado de saúde mental causado por desafios típicos do estresse e de traumas e enfermidades causados ou agravados pela própria condição de refúgio (temas como discriminação, tratados anteriormente, corroboram essa leitura).

Vale destacar a fala de algumas refugiadas, que retomam o tema de modo explícito.

As pessoas migrantes e refugiadas precisam de ajuda psicológica (refugiada venezuelana A).

Preciso de acompanhamento psicológico. Quem está me ajudando é a Cáritas (refugiada venezuelana B).

Saúde mental, no entendimento divulgado pelo Ministério da Saúde (Brasil, s.d.), pode ser entendida a partir de algumas variáveis como: estar bem consigo mesmo e com os outros; aceitar as exigências da vida; saber lidar com as emoções agradáveis e desagradáveis da vida; e reconhecer seus limites e buscar ajuda quando necessário. Quem passou por guerras, vivenciou perseguições, teve parte da família dizimada, precisou fugir escondido em navio ou contêineres, cruzou vários

44. O tema da saúde mental entre refugiados tem sido abordado em diferentes níveis, merecendo espaço, por exemplo, na agenda de saúde global. A propósito, vale mencionar que a OMS tratou dessa questão durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2019, quando discutiu o tema da promoção da saúde de refugiados e migrantes. No relatório, registrou-se a preocupação com o fato de que "muitos refugiados e migrantes carecem de acesso a serviços de saúde, incluindo promoção da saúde, serviços de saúde mental (em particular aqueles para distúrbios pós-traumáticos, que afetam muitos refugiados e migrantes), prevenção de doenças, tratamento e cuidado, bem como proteção financeira" (WHO, 2019, tradução nossa).

países e viveu em campos de refugiados; quem está em um novo país e não sabe se expressar na língua local, nem entende a cultura das pessoas que vivem em sua comunidade; quem está desempregado; quem foi vítima de violências múltiplas e generalizadas; quem precisou abandonar sua cidade por conta de eleições; quem teve orientação sexual divergente do *establishment* – entre outras situações típicas de pessoas na condição de refugiado – está sujeito a apresentar algum problema de saúde mental e requer cuidados especiais.⁴⁵

Quando se é aceito em um novo país, novos temores se apresentam (O medo, 2015), agora relacionados às dimensões da integração. Ainda que, por um lado, prevaleçam a suposição e a esperança de que a aceitação da proteção e o apoio da parte de um novo país elimine ou minimize o fundado temor da condição anteriormente vivida na terra natal, por outro lado, abre-se uma série de novas preocupações, dessa vez relacionadas a emprego, moradia, saúde, trabalho, idioma, educação, cultura, clima, entre outras variáveis que não substituem, antes se aglutinam a todas as experiências já experimentadas, provocando um verdadeiro estado de estresse, que compromete a saúde mental dos refugiados (Galina *et al.*, 2017).

A releitura das diversas perguntas do questionário aplicado junto aos refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília evidencia a inevitável vinculação da abordagem sobre saúde mental e os diversos questionamentos feitos à procura de um entendimento sobre integração local.⁴⁶

3.7 Habitação e moradia

A história do Brasil é permeada pela desigualdade social e econômica. Talvez esse seja um dos traços mais comuns e perceptíveis da nossa composição como país, como povo e como nação (Fausto, 2014). Essa desigualdade se consolida e se evidencia no correr dos tempos, especialmente quando se faz possível aferir renda, salário, acesso à educação, entre outras variáveis, nas distintas classes e regiões do país. Essa dinâmica pode ser englobada quando está em análise o acesso à terra e, de modo mais pontual, à moradia (Ipea, 2013).

De acordo com o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (Ipea, PNUD e FJP, 2013), as condições para se estabelecer o índice de desenvolvimento humano

45. Nesse sentido, considerando-se a possibilidade de os problemas com a saúde mental datarem do período vivido ainda no país de origem, incluíram-se na pergunta 11 do questionário (*Por qual motivo você deixou o seu país?*), expressões como terrorismo, genocídio, conflito religioso, guerrilha matou família, não quero falar, perseguição política, sou discriminado no meu país, apoiei um partido que perdeu as eleições e tive que fugir. Ficou evidente que, apesar de estarem fora de seus países, suas preocupações, suas angústias, seus temores, receios e medos mostravam que não se consideravam a salvo do perigo que os ameaçara. Tudo estava latente em suas memórias.

46. Não se deve classificar da mesma maneira doenças mentais, transtornos mentais e sofrimento mental. De acordo com a literatura especializada, há graus e distinções entre uma situação e outra, não sendo o objetivo desta etapa e muito menos desta obra esmiuçar tal situação. O ponto de partida mais amplo e genérico que conduz este bloco analítico é o termo mais amplo e genérico da saúde mental, não se descartando que, dentro da população investigada, houvesse as três coisas (Brasil, 2003).

(IDH) contemplam, entre outros aspectos, o acesso à moradia e, também, suas condições.⁴⁷ Esses elementos são fartamente distribuídos no ordenamento jurídico interno, a se iniciar pela própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º.⁴⁸ No bojo de toda essa complexa rede, cabe contemplar os desafios da integração local de refugiados na contemporaneidade como uma ação atrelada também aos direitos humanos.⁴⁹

Vale destacar que tanto na Constituição Federal quanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos há indicação da moradia como uma garantia prevista e expressa, podendo ser entendida como local para viver, de modo temporário ou com ânimo definitivo, no qual existam as condições mínimas para que isso ocorra.

Pode-se observar, nesse amplo e diversificado conceito, a complexidade de se pensar que um único elemento (moradia, no caso) envolve inúmeros outros, traduzindo a essência dos desafios da integração. Os fatores e a intersectorialidade da variável moradia não permitem reduzir sua compreensão exclusivamente ao elemento de abrigo.

As variáveis relativas à moradia se entrecruzam e abrem precedentes para outras necessidades. Desse modo, pode-se falar de integração por meio de um único elemento, mas que puxa, provoca, questiona e pede outros tantos a sua volta.

No que tange especificamente às modalidades de ocupação de imóveis em Brasília, a pesquisa de campo indica que, entre as alternativas de moradia dos refugiados e solicitantes de refúgio pesquisados, não se registraram informações de estruturas de acolhida, moradia ou habitação fornecidas pelo poder público. Ou seja, os próprios refugiados são os protagonistas dessa variável fundamental para sua integração local (gráfico 15).⁵⁰

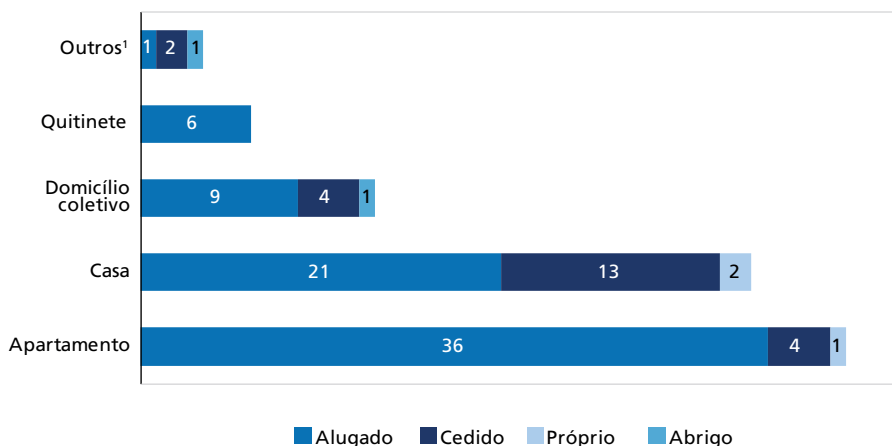
47. As variáveis que verificam o IDH são bem próximas dos variados aspectos que se tem trabalhado nesta abordagem de integração local. Tanto o índice como a abordagem trabalham e destringem noções de bem-estar das pessoas, contemplando métricas tangíveis com elementos não tangíveis da relação da pessoa com as demais pessoas e destas com as instituições e o meio que as cerca.

48. O art. 6º da Constituição Federal estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

49. Nesse sentido, considera-se que, em futuros desdobramentos da pesquisa, pode ser útil dialogar com o índice de vulnerabilidade social (IVS), desenvolvido pelo Ipea, que oferece um panorama da vulnerabilidade social de municípios, estados e regiões metropolitanas, também medindo desigualdades intermunicipais. A integração local de refugiados pode se valer de ferramentas e mecanismos como esse na formulação de ações focadas que favoreçam soluções duradouras. Para mais detalhes, recomenda-se a consulta aos dados disponíveis em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>.

50. Emerge, uma vez mais, a necessidade de se valer do papel das redes de apoio para a compreensão desse ponto crucial.

GRÁFICO 15

Integração de refugiados em Brasília: situação de moradia dos entrevistados (2019)
(Em %)

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Outros: casa de acolhida, hotel e Centro Cultural Brasil-Turquia.

Outra evidência forte encontrada na pesquisa de campo apresenta-se na prevalência da situação de aluguel na maioria das modalidades de habitação identificadas (73,7%). Nesse caso, vale observar a existência de desafios adicionais que remetem às medidas de garantia e cobertura financeira adotadas pelos locatários. Exigem-se documentos e garantias bancárias, por exemplo, que muitas vezes são desafiadores até mesmo para os nativos.⁵¹ Para um refugiado, essas questões podem simplesmente definir que ele provavelmente terá dificuldades para encontrar algo em que possa morar. Em decorrência disso, surge um novo problema, que pode ser agravado pela situação de rua, como constatado na fala do entrevistado a seguir.

Os refugiados no Distrito Federal passam por inúmeros problemas. Eles têm dificuldades para locar um imóvel, pois não têm endereço fixo quando chegam ao Brasil, muito menos fiador, e não há abrigo específico e temporário do governo local. Dessa forma, são obrigados a fazer contratos de locação diretamente com os proprietários dos imóveis e se submetem às regras deles. Em alguns casos, são explorados e ficam sujeitos a cláusulas que os exploram. Em outras situações, vivem em moradias totalmente improvisadas, por vezes, chegam a ficar nas ruas (IMDH).

51. Em pesquisas realizadas, observou-se que o Brasil ainda é um país cujo índice de “bancarização” é baixo. Ou seja, no Brasil ainda se observa um grande número de pessoas fora do sistema bancário, geralmente pessoas de baixa renda que não têm uma conta em um banco comercial. De acordo com os indicadores, um em cada três brasileiros está dentro desse cálculo, sendo o Brasil o nono entre os dez maiores países que não assistem bancariamente as suas populações (10 países, 2018; Um em cada, 2019; 53 milhões, s.d.). Se isso é um entrave a um nacional de baixa renda, os refugiados com o mesmo perfil se encontram em desvantagem maior.

As dificuldades no eventual processo de locação não esgotam os problemas de moradia da população em situação de refúgio em Brasília, sendo somados à ausência de ação pública direcionada, falta de assistência e problemas como a falta de recursos próprios e o alto custo percebido, como mostram as falas transcritas a seguir.

No Distrito Federal não há abrigo, proteção ou nenhum tipo de solução duradoura. Qualquer medida de proteção e solução duradoura passa também pela moradia, isso é o que fortalece a inserção das pessoas na comunidade local (ACNUR).

Tive dificuldades em conseguir um local para morar em Porto Velho. Em Roraima, tivemos que dormir na rua. Estava tudo cheio. E em Brasília é difícil alugar (refugiada venezuelana).

Estava desempregado, precisava pagar aluguel, não consegui ajuda de ninguém. Tem o perigo de ser jogado para fora e ter que dormir na rua (refugiado congolês).

É difícil pagar aluguel, é caro. Atualmente estou na UnB, entrei como refugiado, mas preciso ter dinheiro para aluguel e para comer (refugiado congolês).

Representantes de instituições entrevistadas e refugiados são unânimes em opinar e qualificar o refúgio no Brasil a partir do eixo de integração denominado moradia. Se na parte de educação e saúde ainda se encontra, especialmente na fala dos refugiados, certo equilíbrio e relativa tranquilidade para acessar serviços públicos, na moradia prevalece um claro sentimento de dificuldade de acesso, agravado pela ausência de iniciativas de apoio por parte do poder público.⁵²

A pesquisa sobre os perfis sociodemográficos dos refugiados no Brasil (Bezerra Lima *et al.*, 2017) chama atenção para o fato de que, nos exercícios de 2005 e 2006, a Lei Orçamentária Anual (LOA) destinava recursos para o Projeto Orçamentário Apoio e Atendimento de Albergues para os Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Esse programa apoiava sistemas de acolhida e albergamento,⁵³ prevendo o acolhimento de emergência a solicitantes de refúgio e refugiados mediante a acomodação em locais de segurança e proteção, bem como o atendimento às necessidades básicas (alimentação, medicamentos e vestuário).

Medidas como essa ajudam a superar as dificuldades identificadas e caracterizadas no eixo moradia ou habitação, como um primeiro elemento provido pela articulação entre Estado e organismos da sociedade civil para a consolidação das dimensões e dos entendimentos anteriormente propostos. No caso de Brasília,

52. A hipótese que se levanta e que se reforça, nesse sentido, é que a saída comumente encontrada é a ação em redes, próprias ou mistas. Mesmo para aqueles que vivem em casas, apartamentos ou quitinetes alugadas, resta identificar quem paga o aluguel. Diante das insuficiências variadas típicas e clássicas da situação de refúgio, algumas famílias recebem o apoio de instituições no pagamento das despesas com o aluguel. Isso dificulta a demarcação da fronteira entre os que moram de aluguel e os que moram em imóveis cedidos.

53. O Ministério da Justiça repassava esses recursos orçamentários para ONGs (Cáritas e IMDH), a quem competia realizar as atividades descritas.

informação oficial destaca que “não há uma política específica para os refugiados no Distrito Federal, mas que o governo oferece apoio” (Distrito Federal, s.d.).

Um outro aspecto a ser observado se detém naquelas pessoas que declararam residir no local onde trabalham. Apesar de se tratar de um registro de pequena expressão numérica (0,9%), sua baixa frequência pode esconder um problema clássico e típico de fluxos migratórios laborais também possíveis de ocorrer com refugiados: exploração laboral e contração de dívidas junto aos empregadores, ocasionando descontos abusivos em suas folhas salariais oriundos dos serviços que os patrões afirmam prestar como aluguel.

Embora se careça de informações específicas que contribuam para elucidar a natureza dessa solução de moradia, a questão é relevante na medida em que se considera que os extremos dessa relação podem implicar a acumulação de dívidas por parte do empregado (no caso, o refugiado), a ponto de o salário ser insuficiente para quitar seus débitos, ocasionando possivelmente saldos negativos e, com isso, tendo ele que trabalhar cada vez mais para tentar quitar uma conta que dificilmente será paga.⁵⁴

Outro desafio importante no campo da moradia relaciona-se ao *deficit* habitacional observado em Brasília. Documento do GDF elaborado pela Companhia de Planejamento (Codeplan), denominado *Panorama Habitacional Prospectivo para o DF 2020-2025*, projeta as necessidades habitacionais com base no *deficit* habitacional urbano.⁵⁵ Esse documento teve base de cálculo e aspecto metodológico conduzidos pela Fundação João Pinheiro e contou com a adaptação do Ipea.

Considerando-se a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), elaborada também pela Codeplan, assim como a revisão das projeções populacionais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) da própria companhia, verificou-se, com a queda da fecundidade e o aumento da renda familiar no Distrito Federal, uma redução de 6,0% no número médio de moradores por domicílio urbano a cada cinco anos. Os resultados apontaram a relação de 3,02 moradores por domicílio em 2020 e 2,84 em 2025, contrapondo-se aos 3,41 em 2010 e 2,21 em 2015. Para o estudo, a maior parte do *deficit* habitacional do Distrito Federal concentra-se nos grupos de regiões administrativas com baixa renda.

54. Alguns dos reveses das redes, especialmente as mistas e próprias, que se evidenciam também na variável moradia, é que as pessoas que estão há mais tempo e conhecem melhor os caminhos da integração geram, ou podem gerar poder sobre as que têm menos tempo ou menos conhecimento de como funcionam os espaços variados (públicos e privados) nas novas cidades que os acolheram. Saber com quem falar, com quem não falar, saber aonde ir e aonde não ir são algumas dessas questões que impactam a vida das pessoas refugiadas e suas relações com outras pessoas que dominam melhor esses códigos em cidades como Brasília.

55. O *deficit* habitacional urbano indica a necessidade de novas moradias em função da precariedade e das inadequações das condições de moradia. O indicador é composto por quatro componentes que se somam: habitações precárias, famílias em coabitação, famílias em ônus excessivo com aluguel e domicílios alugados com adensamento excessivo (condição caracterizada pelo número médio de moradores por dormitório acima de três pessoas). Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/d>>.

Essas regiões são: Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, Estrutural e Varjão. Consideram-se áreas de renda média baixa as regiões administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião.

A conclusão do estudo destacou que, sendo mantidas as tendências para 2025, estima-se que a coabitação familiar (mais de uma família compartilhando o mesmo ambiente) e o ônus excessivo com aluguel podem indicar que a redução da renda provocada pela crise econômica, já sentida em 2018, incidirá com maior força nesse cenário.

Somado a isso, o alto índice de desemprego no cenário nacional e local, mais visivelmente destacado nas populações de baixa renda, pode ser decisivo para ampliação do *deficit* habitacional, mesmo com a paradoxal diminuição do número de moradores por domicílio. A recomendação da Codeplan, diante disso, é a ampliação de políticas públicas que reforcem a resolução de problemas desse campo, abrindo caminhos, possibilidades e perspectivas, como as dependências chamadas de locações sociais,⁵⁶ modalidade em que o governo não precisa construir mais casas ou adquirir novos terrenos, havendo uma cessão de direitos.

Ao se cruzarem dados primários da pesquisa de integração local com os dados secundários da Codeplan, percebe-se que a temática do refúgio também se encaixa nesse panorama, especialmente quando observamos as zonas apontadas pela Codeplan e as localidades onde mora a maior parte dos refugiados respondentes do questionário (mapa 1 do capítulo 2 deste livro). Ou seja, Taguatinga, Ceilândia, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante constituem espaços onde há insuficiência de moradias e real presença de refugiados com perfil de baixa ou média baixa renda.

A preocupação com preços e condições do imóvel fica clara na fala dos entrevistados a seguir.

Tem muito lugar para alugar, mas é muito caro. Na Síria, eu tinha casa. Aqui, o aluguel é caro e o apartamento, muito pequeno. Preciso dividir o espaço com mais pessoas (refugiado sírio).

A casa que eu moro é longe de tudo, e o aluguel é caro. É difícil alugar. Comprar casa é impossível (refugiado congolês).

56. A locação social é um programa instituído pelo governo federal e aplicado também por prefeituras locais que tem como finalidade principal a utilização de imóveis urbanos desabitados e antigos, nos quais o governo promoveria restauração e reforma, disponibilizando-os para pessoas de baixa renda, com um valor de aluguel mais baixo que os valores normais, e tornando-se, assim, mais acessível. A localização desses imóveis preferencialmente seria nos centros urbanos, o que permitiria uma maior mobilidade a esses moradores (Ipea, 2013; Balbim, 2016).

Vale destacar que o Plano Piloto não fica alheio a essa realidade, uma vez que parte dos refugiados que estão nessa região pode ser incluída na amostragem de pessoas com dificuldades de moradia.

Torna-se oportuno, nesse momento, o resgate de Simmel (2009), em obra cujo título igualmente é singular (*A metrópole e a vida mental* – ou *As grandes cidades e a vida do espírito*). O autor sinaliza que, nas grandes cidades, o antagonismo relativo à vida do indivíduo com o espaço citadino-metropolitano é impactado por uma série de variáveis, auxiliando na reflexão proposta nesse eixo analítico.

A organização e a organicidade da vida das pessoas nas cidades são conduzidas por uma mutação constante – uma celeridade acentuada, provocada pelo dinamismo das trocas efetivas e simbólicas mediadas pelo capital – que cria espaços de identificação e também estigmatiza os habitantes dos conglomerados urbanos. Esses espaços de identificação têm como elemento catalisador a origem socioeconômica que cada grupo representa, favorecendo assim o surgimento de moradias variadas para cada tipo de pessoa ou grupo social, sempre tomando como recorte o aspecto econômico. Com isso, Simmel (2005) indica e dimensiona proporcionalmente a cidade como um emaranhado de relações mediadas pela origem e pela classe, abrindo possibilidades de conflitos e ações recíprocas dentro das comunidades compostas nas coletividades de cada uma dessas cidades.

Retomando o tema central desta subseção, a necessidade de comprovação de renda – muito comum no caso dos aluguéis, por exemplo, e muito difícil para parcela significativa dos refugiados em Brasília, quando se consideram os 63% dos respondentes que alegaram estar desempregados, empregados sem carteira assinada ou em emprego informal – guarda relação de proximidade com outros aspectos do cotidiano na comunidade local, além do fator emprego.

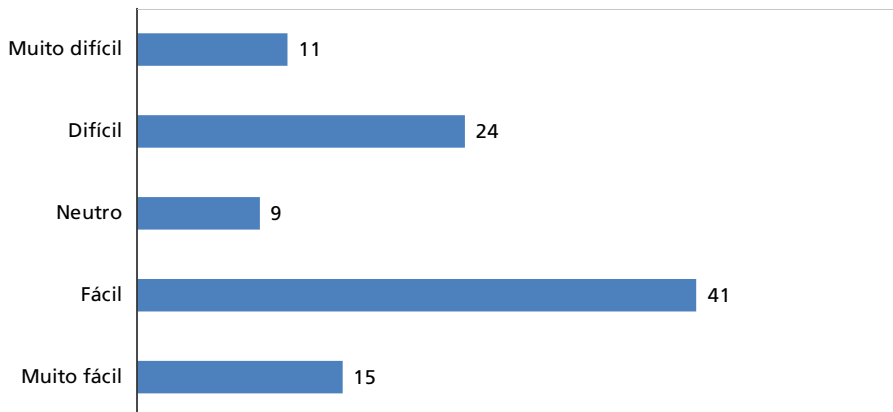
No caso do acesso ao sistema bancário, 56% dos respondentes alegaram ser fácil ou muito fácil abrir uma conta no banco. Apesar disso, um contingente expressivo declarou ser difícil ou muito difícil a abertura de conta bancária (gráfico 16).

Vale observar, a propósito, que, apesar de o Banco Central normatizar, mediante a Resolução nº 3.211 de 2004 (ACNUR, 2019), a abertura de conta corrente simplificada para solicitantes de refúgio e refugiados, muitas pessoas (35% dos respondentes) não se beneficiam da medida. As dificuldades com a abertura de conta em estabelecimentos bancários vinculam-se, comumente, a outros três eixos: documentação, renda e moradia, conforme indica, por exemplo, o portal do ACNUR (2019), reforçando a relevância do tema para a discussão aqui proposta.

GRÁFICO 16

Integração de refugiados em Brasília: grau de dificuldade para abrir conta em banco (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

3.8 Reunião familiar

A abordagem desenvolvida nesta parte do capítulo trata dos variados aspectos da reunião familiar e apresenta evidentes conexões com o tema da moradia, ressaltando sua relevância nos esforços de integração de refugiados e solicitantes de refúgio nas comunidades locais do Distrito Federal. A apreciação feita sobre habitação, no eixo da pesquisa que abordou essa questão, resgatou o entendimento de que se trata do lugar onde se mora, envolvendo também com quem se mora, aproximando, assim, os universos da moradia e da família.

Registre-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e outros importantes instrumentos adotados posteriormente (o Estatuto dos Refugiados de 1951; o Protocolo de 1967; e a Declaração de Cartagena de 1984) assentam as bases dessa sinergia que busca alcançar a plenitude da dignidade humana após as catástrofes vividas durante a Segunda Guerra Mundial. Daí originou-se o arranjo socioeconômico e jurídico criado para garantir direitos fundamentais de caráter internacional, estabelecendo normas de proteção à família, mitigando e suavizando os efeitos de guerras e conflitos ao redor do mundo que deram origem, entre outras coisas, ao deslocamento forçado de populações civis afastadas de suas matrizes familiares. No Brasil, a Lei do Refúgio, de 1997, fortaleceu essas iniciativas e se alinhou a suas medidas e seus instrumentos. Em todos esses normativos, o elemento família se evidencia como decisivo nos cuidados variados e, também, na integração local de pessoas submetidas aos deslocamentos forçados, como é o caso de refugiados e solicitantes de refúgio.

A pesquisa de campo em Brasília adotou o entendimento de que a noção de família se dá a partir de um grupo residente numa unidade doméstica, também conhecida como família principal, que é representada pela capacidade de conciliar interesses de forma participativa em todos os níveis: nos problemas sociais, financeiros, relacionais e estruturais.

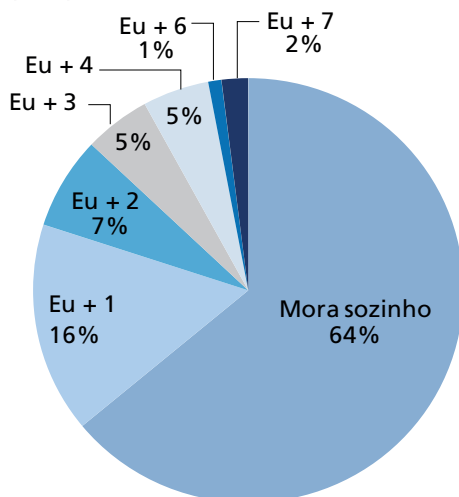
A esse entendimento se pode acrescentar que a família se consolida para além de laços sanguíneos; é composição e conjunção de relações afetivas e de reciprocidade. A família pode ser entendida como um tipo de microssociedade que auxilia na integração à macrossociedade ou sociedade receptora (Thomé, 2018).

Em decorrência das circunstâncias próprias do refúgio, a separação familiar é uma das características marcantes desse fenômeno. Esse afastamento pode ser deliberado ou acidental. Os desdobramentos disso impactam todo o grupo familiar, composto por homens, mulheres, crianças e, por vezes, idosos, pessoas de gêneros distintos, faixas etárias distintas, necessidades distintas. Sempre que a separação ocorre, faz-se necessário pensar em ações que reaproximem os entes distanciados por motivos alheios às suas vontades. É dessa constatação que surge o debate acerca da reunião familiar como um elemento importante para se pensar a integração local.

A partir das respostas extraídas da pesquisa de campo, foi possível analisar a projeção e o desejo da reunião familiar, especialmente para aquela população que está sozinha em Brasília. Para uma parcela significativa, a reunião familiar já é uma realidade consumada, que pode ter sido obtida por meios variados. Para 64% dos respondentes, no entanto, a realidade é a do isolamento e da vida solitária (gráfico 17).

GRÁFICO 17

Integração de refugiados em Brasília: total de pessoas na família que moram com os respondentes (2019)



Elaboração dos autores.

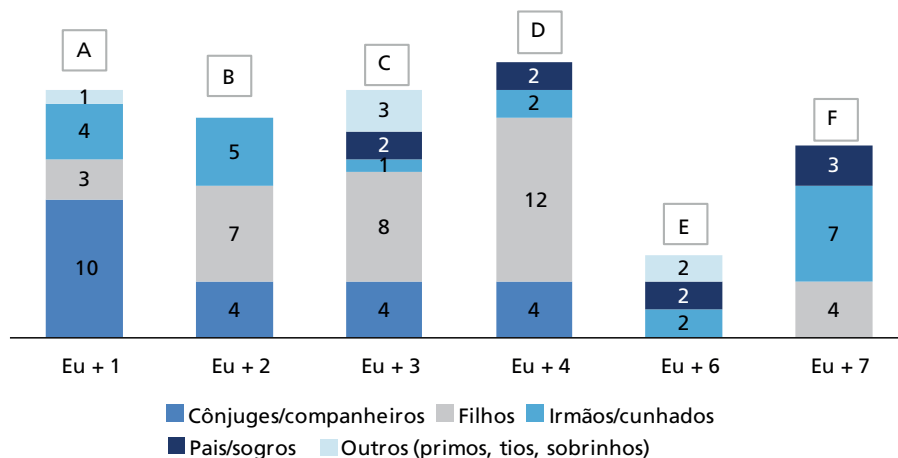
Observa-se que, no caso daqueles que já habitam com membros de suas famílias (36% dos respondentes), os núcleos familiares têm dimensões bastante distintas entre si, sendo mais frequente famílias com duas pessoas (16%), mas havendo famílias com até oito pessoas (2%) coabitando em Brasília. As necessidades de cada grupo são variadas, especialmente quando há encontros intergeracionais entre crianças, adultos e idosos.

Os próximos quatro gráficos permitem vislumbrar a realidade do refugiado em sua própria habitação e tomar conhecimento da composição do grupo familiar, sua composição e as pessoas que nele coabitam, além de revisitar aspectos de educação e de trabalho, abordados nos respectivos eixos. Para tanto, os núcleos familiares foram agrupados em colunas que concentram as respostas de acordo com a quantidade de pessoas no grupo familiar.

Ao se analisar a composição do grupo familiar dos refugiados em Brasília a partir do grau de parentesco das pessoas que coabitam, destaca-se a presença de irmãos ou cunhados em todos os grupos de respostas e de filhos na maioria das famílias (gráfico 18).

GRÁFICO 18

Integração de refugiados em Brasília: total de pessoas que moravam com entrevistados, de acordo com grau de parentesco (2019)



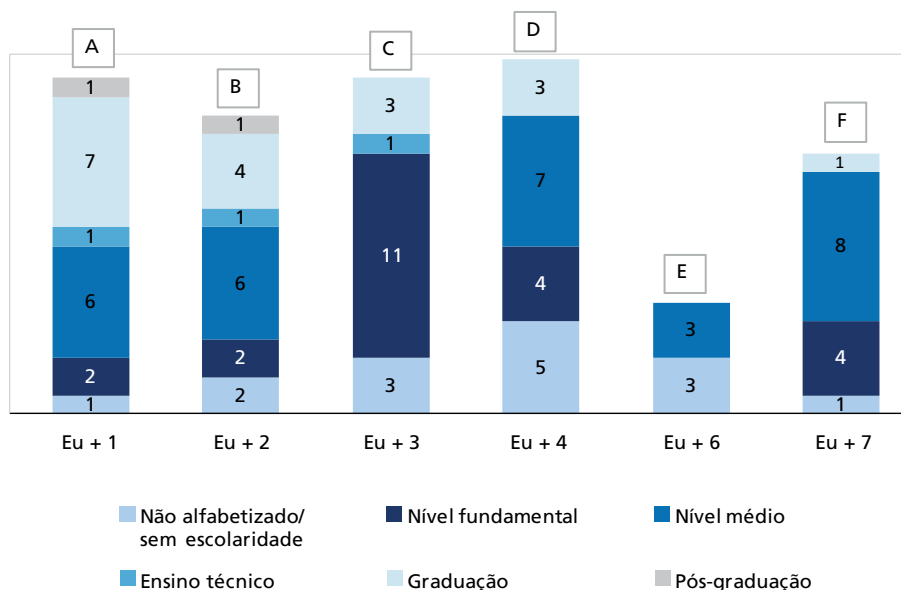
Elaboração dos autores.

A formação de grupos familiares diversificados (compostos por cônjuges/companheiros, filhos, irmãos/cunhados, pais/sogros, primos, tios e/ou sobrinhos) sugere a existência de múltiplos e diferentes desafios atrelados à integração local, em consonância com os demais eixos analíticos apresentados e com os desafios típicos de cada perfil individual na concretização do processo.

Observando-se o nível de escolaridade das pessoas que moram com os refugiados em Brasília (gráfico 19), percebe-se que, além da presença de pessoas não alfabetizadas/sem escolaridade em todos os grupos de respostas, há um número considerável de pessoas com nível médio ou fundamental (ambos presentes em cinco das seis colunas possíveis), indicando a relevância de se pensar o tema do acesso à educação nesse contexto de integração local em Brasília.

GRÁFICO 19

Integração de refugiados em Brasília: total de pessoas que moram com os respondentes, de acordo com o grau de escolaridade (2019)



Elaboração dos autores.

Observe-se, ademais, a existência de um contingente qualificado de pessoas, representado por indivíduos com ensino técnico, graduação e pós-graduação *lato sensu*. O reconhecimento de titulação é condição essencial para seu pleno processo de integração, com impactos potenciais sobre outros aspectos do processo (como trabalho e renda), cabendo averiguar em etapas futuras da pesquisa se o reconhecimento foi, de fato, facilitado, conforme previsto na Lei de Refúgio.

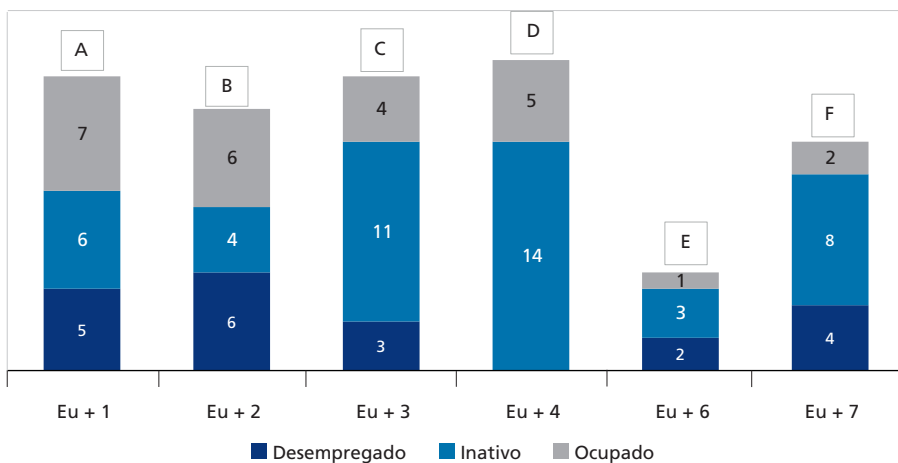
No que toca à situação laboral dos familiares em Brasília, a pesquisa de campo indicou a prevalência de inativos e/ou desempregados em todos os tipos de grupo familiar (gráfico 20).

Retomando os aspectos do eixo trabalho, observa-se a porcentagem de desemprego entre os respondentes e entre seus parentes. Vale lembrar que os dados

apresentados anteriormente indicavam 27% de desempregados entre refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília. A situação parece confirmar-se (ou mesmo ampliar-se) a partir da análise dos grupos familiares.

GRÁFICO 20

Integração de refugiados em Brasília: total de pessoas que moram com os respondentes de acordo com a situação laboral (2019)



Elaboração dos autores.

Obviamente, esses números não podem ser observados fora do contexto e sem o devido cuidado, pois, quando se indica a composição familiar, pode-se estar diante de um número considerável de crianças. Quando se focalizam exclusivamente as populações adultas que compõem o universo familiar/domiciliário, a situação se mostra ainda mais preocupante, com números mais altos do que os índices de desemprego dos respondentes em si.⁵⁷

Outro ponto a se destacar é a incidência maior de desemprego nas famílias e residências que têm entre quatro e cinco pessoas, situação reforçada e agravada nos grupos familiares mais numerosos, com oito pessoas. Um olhar mais detido indica a persistência dos desafios atrelados à manutenção do lar via trabalho, mesmo diante da indicação da existência de membros do grupo familiar com algum tipo de formação (gráfico 19). Esse fato torna o processo de integração local mais difícil e penoso.

57. Para que o leitor tenha uma dimensão mais próxima da delicadeza da situação do trabalho entre essas populações, as respostas computadas para a análise em questão foram de um único membro da família ou da casa. Ao se ingressar nas residências dessas famílias, percebe-se uma realidade ainda mais problemática quando comparados somente os respondentes da pesquisa.

Outro olhar possível sobre os dados sugere que pessoas que moram somente com mais um parente têm sua situação laboral mais bem resolvida e acomodada, situação facilitada, presumivelmente, por um nível de formação mais alto, que tende a indicar um elemento de mais fácil empregabilidade.

Retomando o gráfico 17, vemos que a maioria dos respondentes (64%) indicam que estão totalmente desacompanhados de familiares e que moram sozinhos. São, em sua maioria, do sexo masculino e têm, em média, 33 anos de idade. Essa população, contudo, não é desprovida de família. Muito pelo contrário, ela a tem e demonstra claro desejo de trazê-la do país de origem para o Brasil.

As falas a seguir ajudam a perceber o desejo de estar junto com as famílias, bem como os desafios interpostos nesse processo.

Minha família agora está aqui, mas conseguir com que ela viesse para cá foi uma grande dificuldade. Precisei pedir dinheiro emprestado (refugiado venezuelano).

Tenho diversos problemas com minha família em Gana, daqui é difícil resolver. Se estivéssemos todos juntos, seria mais fácil (refugiado ganhês).

Vale lembrar que as redes de apoio, quinto eixo analítico abordado, também no quesito reunião familiar, podem se tornar um fator de ajuda e alavancagem do refugiado respondente. Caso os parentes sejam recém-chegados ou crianças, por sua vez, isso pode demandar serviços e atenções especiais típicos da situação de cada um, exigindo variados e novos esforços dentro do próprio grupo familiar, como no caso de matrícula escolar ou de conseguir uma ocupação que gere algum tipo de renda.

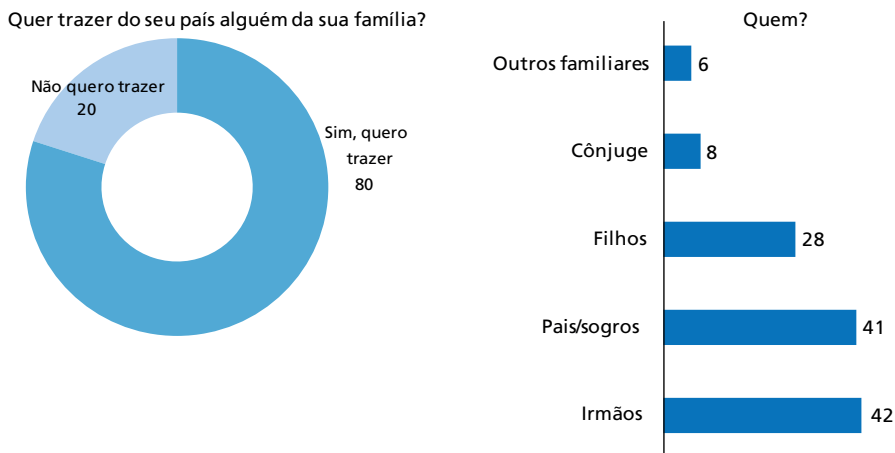
A complexidade das dinâmicas cotidianas pode criar situações invertidas e inesperadas, como quando uma criança tem mais facilidade de aprender o português e passa ela a ensinar aos pais nos atos comunicacionais do dia a dia. Em suma, para além das questões de responsabilidades compartilhadas, seja qual for a direção (do adulto para a criança ou da criança para o adulto), a relação parental tende a ser importante e a assegurar melhores condições à integração local.

Fortalecer os familiares e da família com a comunidade receptora é medida de relevada importância para se pensar a integração e ocasionar soluções duradouras. Essas são algumas ponderações a partir do que indicam os que já estão com parentes em Brasília. Aqueles que responderam que estão sozinhos em Brasília e expressaram, muito mais do que o desejo, a necessidade de estar com seus familiares, sendo estes sanguíneos ou por afinidade, mostra que o vínculo familiar reforça e aumenta a possibilidade do sucesso da integração local.

A pesquisa de campo indicou, nesse particular, que a maioria dos respondentes (80%) manifesta intenção de trazer pelo menos uma pessoa de sua família para o Brasil, tornando imperioso perceber a inclinação à reunião familiar (gráfico 21).

GRÁFICO 21

Integração de refugiados em Brasília: distribuição dos entrevistados segundo a intenção de trazer pessoas da família para o Brasil (2019)
(Em %)



Elaboração dos autores.

O detalhamento das respostas mostra o interesse expresso em trazer para o Brasil irmãos (42%), pais e sogros (41%), filhos (28%) e cônjuges (8%), dando a dimensão de como pode se desdobrar esse processo. Admite-se que, especialmente para as faixas etárias mais acima e mais abaixo do perfil dos sujeitos que participaram da pesquisa (pais/sogros e filhos, por exemplo), a reunião familiar tende a exigir mais cuidados em aspectos relativos a educação e saúde como elementos essenciais complementares nos novos processos de integração local.

Isto posto, não se pode desprezar o quantitativo de sujeitos que indica não querer trazer de seu país ao menos um familiar (20%). A razão para esse elevado contingente carece de estudos mais aprofundados, mas o que pode revelar recomenda sua investigação em etapas posteriores da pesquisa.⁵⁸

3.9 Expectativas

Soluções duradouras é o termo que melhor se ajusta à denominação desse eixo que se vincula com expectativas de refugiados e solicitantes de refúgio para o futuro. Falar de expectativas é outra forma de se referir às soluções duradouras. O termo é amplamente usado por agências internacionais, órgãos nacionais e especialistas que lidam com a questão dos refugiados. Para a agência das Nações Unidas,

58. Vale destacar, como indicado anteriormente na metodologia, que, por mais paradoxal que possa parecer, o não dado se evidencia também como um dado. Aquilo que não está explícito e o que não está metrificado, mesmo nas pesquisas quantitativas, abre espaços para inferências e observações que tentam lançar luz em pontos não previstos ou observados. Daí a importância do aprofundamento posterior do estudo.

o entendimento do termo circunda os cuidados que permitam aos refugiados reconstruir suas vidas com paz e dignidade, tendo seus direitos assegurados. Dessa forma, subdivide o tema em três grandes grupos de ação: repatriação, reassentamento e integração local, objeto central deste estudo (ACNUR, 2020).⁵⁹

Todas essas dimensões tocam, de uma maneira ou de outra, as expectativas desses imigrantes quanto ao futuro, relacionando-se diretamente com seu desejo de permanência, mudança ou retorno. Os dados de campo permitem destacar que os refugiados respondentes desta pesquisa foram enfáticos quanto à não repatriação voluntária ou ao reassentamento, mostrando-se fortemente determinados a sua integração nas comunidades brasileiras.

Nas palavras de um respondente:

eu acho que o Brasil é um país que realmente oferece muita coisa para os refugiados em geral. Dá, sim, para pensar o futuro aqui no Brasil. Para os estrangeiros, o Brasil é um bom lugar para morar, e eu acho que os estrangeiros aqui têm um papel importante para dar exemplo ao mundo, para quebrar preconceitos (refugiado turco).

Os dados de campo (gráfico 22) confirmam o desejo de permanência. A maioria dos respondentes manifestou a perspectiva de permanência em Brasília ou no Brasil no horizonte dos próximos cinco anos, seja como estrangeiro vivendo no país (9%), seja como naturalizado brasileiro (74%).⁶⁰

É possível argumentar que a possibilidade de o refugiado se converter em um “refugiado-migrante” aumenta em lugares onde essa população vê ou vislumbra a possibilidade de ter suas necessidades básicas supridas. Essa condição tende a se consolidar à medida que as políticas de integração local se fortaleçam, funcionem adequadamente e estimulem esses refugiados a permanecer no país.

Nesse cenário, o papel das redes assume grande relevância, especialmente quando sinalizam com a possibilidade de cidadania, seja mediante casamento com nacional, seja motivada por filhos nascidos no Brasil.⁶¹ Esses caminhos da integração por meios diversos começam a se consolidar por vias próprias em função do tempo de duração do refúgio. Considerando-se a importância dessa variável, cabe examinar o tempo de residência no país declarado pelos respondentes do questionário.

59. A repatriação voluntária é a solução de longo prazo preferida pela maioria dos refugiados, que optam por voltar para seu país de origem com condições de segurança, geralmente, quando o conflito que os afastou de lá se abrandou ou se extinguiu, dando condições de seguir a vida sem maiores perigos. O reassentamento é a ação implementada pelo ACNUR para quem não pode voltar aos seu país de origem e não se adapta, por diferentes razões, ao país onde se encontra. Nesse caso, o ACNUR procura ajuda de terceiros países que estejam dispostos a receber refugiados, reassentando-os (ACNUR, 2020).

60. Interessante observar que para 3% dos respondentes a expectativa combina a naturalização com a mudança de país.

61. As demais opções destacadas nas respostas representam as diversificadas medidas obtidas no entendimento global das soluções duradouras, encontrando vazão no reassentamento e na repatriação voluntária.

GRÁFICO 22

Integração de refugiados em Brasília: perspectivas de vida dos entrevistados para os próximos cinco anos (2019)

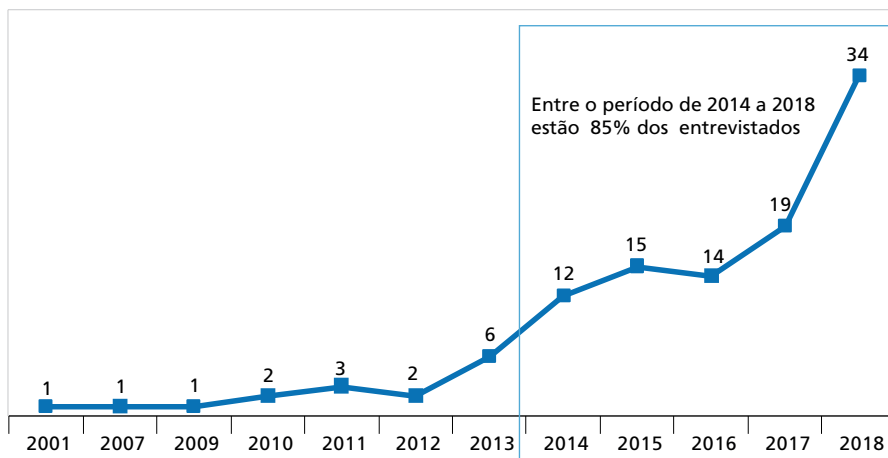
(Em %)



Elaboração dos autores.

A maioria dos respondentes (85%) chegou ao Brasil entre 2014 e 2018 (gráfico 23).

GRÁFICO 23

Integração de refugiados em Brasília: distribuição do número de entrevistados segundo ano de chegada ao Brasil (2019)

Elaboração dos autores.

O tempo de permanência é uma variável importante no processo de integração local, conforme já destacado anteriormente. Em linhas gerais, uma maior vivência

do estrangeiro na cidade tende a resultar num maior entendimento de como ela funciona, como a língua portuguesa é falada na região, como os serviços funcionam, onde e a quem se deve procurar para resolver um problema, entre outras coisas que integram o cotidiano local, servindo de indicativos do processo de integração.

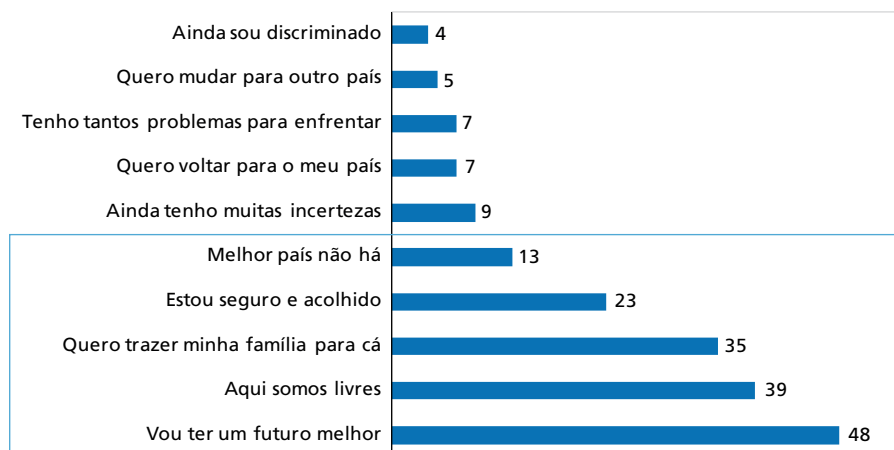
Deve-se observar, contudo, que a relação entre o tempo de permanência e a integração local tem como aspecto central a iniciativa do próprio refugiado e das redes onde ele está inserido no estabelecimento do ritmo e do sucesso do processo de integração. Admite-se, em complemento, que o contexto local também deve ser considerado, haja vista que, em épocas de recessão econômica e de redução dos níveis de crescimento e de geração de empregos, situações típicas de economias em desaceleração, como as que prevaleceram durante a realização da pesquisa de campo, tendem a determinar um processo de integração ainda mais lento, menos efetivo e cada vez mais desalentador.

Apesar das dificuldades apontadas ao longo do estudo, a pesquisa de campo confirmou não apenas o interesse em permanecer (gráfico 19), como também a prevalência de manifestações essencialmente positivas, como “vou ter um futuro melhor”, “aqui somos livres”, “quero trazer minha família para cá”, “estou seguro e acolhido” e “melhor país não há”, quando questionados acerca de seus sentimentos quanto ao Brasil. Incertezas, desejo de retorno ao país de origem, acúmulo de problemas, vontade de migrar para outro país e discriminação compõem o grupo menos numeroso de respostas e o lado negativo da percepção sobre o processo de integração (gráfico 24).

GRÁFICO 24

Integração de refugiados em Brasília: sentimento atual expresso pelos entrevistados – múltiplas respostas (2019)

(Em %)



Elaboração dos autores.

A prevalência nas respostas de sentimentos positivos indica que há perspectivas de futuro, especialmente quando enxergado como melhor, livre e com reunião familiar. As estratégias de integração local, fortalecidas pelas redes, podem ocasionar isso. Assegurar documentos, proporcionar espaço para geração de renda (seja em qual modalidade for), dar condições mínimas de saúde, educação e moradia, articulando tudo isso com ambientação sociocultural, reforça e consolida a tendência e disposição do refugiado de permanecer no Brasil – e em Brasília.

4 SÍNTESE DA INTEGRAÇÃO EM BRASÍLIA

O tema do refúgio emerge e se consolida pela convergência entre graves questões internacionais, como conflitos e perseguição de natureza política, religiosa etc., e posicionamentos nacionais expressos na adesão a acordos e tratados relativos ao acolhimento de pessoas que buscam manter sua vida mediante a migração forçada para outros países. Resguardado o poder discricionário de cada Estado de se abrir ou não ao acolhimento de pessoas em situação de refúgio, a adesão aos pactos internacionais e a aceitação de refugiados em solo nacional vinculam o Estado receptor a compromissos de proteção e apoio aos refugiados. O tema da integração local surge, então, como decorrência do acolhimento, trazendo para o centro do debate a relação dialética entre velhos e novos habitantes das comunidades locais, em processo de ajuste recíproco, com foco nos refugiados, com vistas à superação dos desafios de adaptação às condições locais.

Nesse contexto, evidenciam-se desafios de diversas naturezas, que vão desde o papel do Estado, das políticas públicas e de outros atores locais no processo de integração, até problemas decorrentes de diferenças culturais, religiosas e de gênero, por exemplo.

Para analisar como se dá a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília, a partir de inédita pesquisa de campo, optou-se por partir de uma abordagem reconhecendo três dimensões fundamentais do processo: jurídico-legal, econômico-laboral e sociocultural. A estrutura foi feita em torno de nove eixos analíticos: documentação; gênero; educação e língua portuguesa; renda, trabalho e emprego; redes de apoio; acesso à saúde; habitação e moradia; reunião familiar; e expectativas. Os eixos contribuíram para organizar a análise proposta neste capítulo, orientando também a síntese que segue.

Como nota inicial, cumpre registrar que o entendimento de integração local adotado reserva ao Estado papel importante no processo, haja vista sua capacidade de atuar como facilitador ou óbice ao processo como um todo, iniciando-se pela fase de documentação. Nesse sentido, a inexistência de estruturas específicas de acolhida e a falta de políticas públicas para o público refugiado faz da integração em Brasília um tema periférico, de baixa relevância e pouco apelo junto ao poder

público. A ausência de comitês locais que estimulem a discussão dos problemas vinculados à integração nas várias comunidades de Brasília, a fim de auxiliar a reflexão e buscar soluções junto às diversas secretarias do GDF, contribui para o esvaziamento do tema na agenda oficial brasiliense.

A integração local, porém, acontece de uma maneira ou de outra, por meio de processos autônomos ou mediante a intervenção de atores locais dedicados à questão. Nesse contexto, destaca-se o papel de instituições atentas aos desafios dos refugiados em nível local, bem como a formação de redes, por iniciativa deles próprios, em um processo dinâmico e fluido de criação de vínculos locais e solução de problemas individuais decorrentes, entre outros, da condição atípica em que se encontram.

A abordagem centrada na documentação dos respondentes reforçou a percepção de que o padrão de integração local de refugiados e de solicitantes de refúgio em Brasília não se define com o reconhecimento jurídico. Embora se confirme como etapa importante do processo, a documentação não garante o sucesso nas etapas subsequentes da integração local, sendo decisiva para alguns, mas indiferente para a maioria dos respondentes, haja vista a persistência dos desafios cotidianos, mesmo após a transição documental. A pesquisa de campo atestou, ainda, que, para a maioria dos respondentes, a validação de documentos, como histórico escolar e diploma, continua a se constituir em um desafio importante.

Ao lançar luz sobre o tema a partir de um recorte de gênero, foi possível constatar, além de um viés na própria amostra, com a prevalência de homens respondentes, que, nos contextos de refúgio, todos, indiscriminadamente, precisam ser encarados como sujeitos com necessidades específicas, como observado também em parte da literatura internacional. Mais do que isso, um olhar atento sobre os depoimentos das refugiadas evidencia a emergência de temas relacionados à maternidade, por exemplo, assim como inseguranças e dificuldades de acesso a serviços básicos.

Quando se volta o olhar a educação e língua portuguesa, fica comprovado que a maioria dos respondentes consegue se comunicar em língua portuguesa, embora existam pontos frágeis nessa comunicação. Para suprir essas carências, vários caminhos são adotados, como o uso da tecnologia e o apoio de cursos gratuitos, sendo locais e horários de oferta obstáculos não negligenciáveis. A situação mais comum, porém, é a do aprendizado por meio do convívio no dia a dia, seja no trabalho, seja em outros espaços do cotidiano. Descentralizar e ampliar possibilidades de estudos da língua portuguesa, nesse sentido, é um dos caminhos que suavizam o processo de integração local. O tema é de central importância por suas implicações para outras dimensões do processo, como geração de renda, emprego e trabalho.

Nesse campo, a pesquisa de campo mostrou um cenário desalentador, pois o nível de desemprego entre os refugiados pesquisados em Brasília se mostrou consideravelmente superior aos níveis médios nacional e local. O número de pessoas sem emprego formal entre os respondentes mostra um panorama ainda mais desafiador. Uma distorção importante sugerida na pesquisa de campo relaciona-se às dificuldades em encontrar ocupação compatível com a formação profissional, além daquelas relacionadas a encontrar emprego pela primeira vez ou abrir o próprio negócio. Esse fato, atrelado a atributos como o domínio de outros idiomas pelos refugiados, sugerem um subaproveitamento das habilidades e capacidades dessas pessoas em seu processo de integração local.

Aspecto central no processo, as redes de apoio se consolidam como mecanismos de adaptação, integração e enfrentamento à discriminação. Elas se formam e se consolidam na relação do refugiado com o país de acolhida, e mais especificamente com a comunidade local, e servem para facilitar a própria vida e a dos congêneres nas variadas dimensões da integração, dialogando com os processos inerentes aos demais eixos analíticos aqui propostos.

A análise desse eixo identifica a existência de quatro tipos de redes de apoio: estatal, paraestatal, própria e mista. Merece destaque observar a relevância das três últimas, haja vista a insuficiência das redes estatais direcionadas para o público refugiado. A prevalência do suporte individual (de amigos e familiares) e de instituições não governamentais (como a Cáritas e o IMDH) confirma essa percepção, uma vez que significativa parcela de respondentes afirma não haver conseguido ajuda em momento de necessidade em Brasília. As redes mostram-se cruciais no enfrentamento de problemas decorrentes da discriminação, identificados por quase metade dos respondentes. Xenofobia e fenótipo destacam-se como os preconceitos mais comuns, enquanto espaços públicos e locais de trabalho aparecem como os locais onde mais comumente acontecem os atos de discriminação.

No campo do acesso à saúde, os dados de campo são inconclusivos para a definição de um quadro mais claro a respeito do que acontece em Brasília, sugerindo o aprofundamento da questão em pesquisas futuras. Destaque-se, a propósito, que as respostas identificaram elevado número de respondentes que declararam dificuldades de acesso a atendimento psicológico ou psiquiátrico, revelando outro campo fértil para aprofundamento futuro dos estudos.

A prevalência do aluguel como solução para situação de moradia/habitação entre os respondentes, em especial, como já mencionado, em um contexto de dificuldades de formalização de fontes de renda, alia-se, na composição desse eixo analítico, a outros desafios, como a abertura de conta em banco. Problemas como preço de aluguéis e localização dos imóveis emergem como dificuldades adicionais na busca por moradia em Brasília.

Na interseção com o tema da habitação, o eixo de reunião familiar evidencia a prevalência de indivíduos que moram sozinhos. Para aqueles 36% que coabitam com familiares, a pesquisa demonstrou a existência de grupos familiares bastante diversos, de duas a oito pessoas, destacando os diferentes desafios que se originam daí. Temas como escolaridade dos familiares e situação laboral foram também abordados em suas complexidades, destacando-se, porém, a predominância entre os respondentes, acompanhados ou não no país, do interesse em trazer familiares para o Brasil.

Finalmente, no que toca às expectativas dos refugiados em Brasília, o que se constatou na etapa final de estudos é que os respondentes da pesquisa, majoritariamente, se veem no Brasil e/ou em Brasília nos próximos cinco anos. A maioria indica, também, um desejo de naturalização, compatível com as expectativas de permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS¹

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de instituições, relações e processos formais ou informais entre governos, organismos internacionais e organizações não governamentais (ONGs) estabelece leis, resoluções, programas, acordos e normativos que impactam os interesses e as necessidades de refugiados e de solicitantes de refúgio, mais fortemente nos processos de integração dessas pessoas e de suas famílias nas comunidades locais. Tem-se consciência de que toda essa complexidade se deve a que, no contexto atual do refúgio, seus problemas e determinantes transcendem os limites distritais de Brasília e, nesse sentido, torna-se necessário desenvolver instrumentos políticos e técnicas de governança regional favoráveis à integração local.

Obviamente, os resultados e as constatações feitas a partir da pesquisa realizada nas localidades brasilienses não pretendem esgotar tamanha complexidade, entretanto, servem para chamar a atenção e evidenciar a importância de conhecer as demandas dos principais atores dos sistemas de proteção social e de apoio aos refugiados.

Este livro trata da realidade de pessoas que buscaram refúgio em Brasília e, também, de aspectos da realidade vivenciada por 120 pessoas que buscaram refúgio no Brasil e que residiam em Brasília por ocasião da realização da pesquisa. Considera também as restrições e dificuldades que prevalecem e dificultam sua integração nas comunidades onde residem, devendo ser visto como parte da pesquisa que se pretende realizar nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus.²

O pressuposto do estudo funda-se no argumento de que somente caracterizando-se as situações vivenciadas e declaradas por essas pessoas poder-se-á ampliar a visão dos governos e da sociedade brasiliense de modo a considerá-las numa perspectiva de fazerem aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar.

Formulada por pesquisadores do Ipea com o apoio de técnicos do Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Conare),

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap4>

2. Registre-se que não se tratou, nesta pesquisa, do processo político definido nas agendas da governança global para o desenvolvimento sustentável incluído na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

esta pesquisa busca subsidiar a construção de marco analítico que possibilite aprofundar os estudos do tema e aperfeiçoar as políticas públicas de proteção e apoio aos refugiados. A abordagem adotada prestigiou a fala daquelas pessoas que vivenciam problemas e impedimentos de acesso aos benefícios e serviços essenciais, possibilitando-lhes expressar, ao seu modo, a realidade da vida nessas comunidades, registrando-se também o relato de algumas agências responsáveis pela provisão desses benefícios e serviços em Brasília. Pesquisar o tema da integração de refugiados em Brasília se reveste de grande relevância, haja vista que se trata de uma região que apresenta preocupante desigualdade social tanto entre os nacionais quanto entre os migrantes que são acolhidos em suas periferias pobres e desprovidas dos serviços sociais básicos.

Cabe registrar que esta pesquisa cercou-se de muito cuidado ao tratar do conceito de integração, que tem modificado seu significado em anos recentes; e também de muito respeito ao dar voz àqueles que sofrem discriminações e sobrevivem com suas famílias na marginalidade.

Por fim, cumpre esclarecer que estas considerações finais resgatam aspectos tratados com maior detalhamento na caracterização da pesquisa de campo (capítulo 3) e se estruturam em torno das vertentes detalhadas nas seções a seguir.

2 OS "ACHADOS" DA PESQUISA DE CAMPO EM BRASÍLIA

Foram entrevistadas 110 pessoas, sendo 46 delas com o *status* de refugiado e 64 solicitantes de refúgio, constatando-se que mais de 50% pertenciam a quatro grupos nacionais: venezuelanos, sírios, paquistaneses e ganenses. O perfil do grupo é de homens (79%), pessoas solteiras (57%), que moram sozinhas (64%) e com idade média de 33 anos. Possuem nível de escolaridade elevado (46% têm nível superior ou pós-graduação – concluído ou não) e apontaram dificuldades em validar o histórico escolar ou diploma (74%) e em obter acesso à escola ou à universidade (51%).

A maioria dos entrevistados trabalhava à época da pesquisa (65%), sendo 42% com emprego formal (carteira de trabalho assinada e donos de negócio próprio) e 23% na informalidade, com renda média de R\$ 1.815. Entre os entrevistados, 27% procuravam emprego, destacando-se entre os principais obstáculos para integração em relação ao trabalho: o exercício de profissão compatível com sua formação profissional (74%), conseguir o primeiro emprego no Brasil (63%) e abrir seu próprio negócio (61%).

Quanto às questões de dificuldades do conhecimento da língua portuguesa, 90% dos entrevistados declararam saber se comunicar em português, tendo aprendido o idioma nas ruas ou no ambiente de trabalho (70%). O maior desafio no que se refere ao nível de compreensão do idioma tem sido escrever (27%) e falar

(25%). As dificuldades em não conhecer suficientemente o idioma atrapalham o ingresso no mundo do trabalho (35%), e o acesso aos serviços de saúde (14%) e à educação (11%).

A pesquisa indicou que os refugiados residentes em Brasília ocupam moradias alugadas (74%) e cedidas (22%). Os entrevistados apontaram que é um desafio conseguir moradia adequada às expectativas (41%). Para eles, as principais redes de apoio no Brasil são amigos da sua nacionalidade (35%), enquanto 13% disseram não ter nenhuma rede de apoio.

Entre os entrevistados, 44% declararam ter sido discriminados de alguma forma, tais como xenofobia, de fenótipo ou religiosa. Quando perguntados qual o local que aconteceu a discriminação, houve maior incidência em espaços públicos (57%) e no trabalho (33%).

Em sentido inverso, perguntados sobre as perspectivas de vida no futuro, 74% deles se veem com nacionalidade brasileira e vivendo no Brasil. As frases que mostram o sentimento atual são: “vou ter um futuro melhor” (48%) e “no Brasil somos livres” (39%).

3 DESAFIOS À INTEGRAÇÃO

O padrão de integração de refugiados e de solicitantes de refúgio em Brasília não se define tão somente mediante o reconhecimento jurídico, persistindo outras variáveis decisivas nesse processo.

Ao sumarizar as barreiras à integração dos refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília identificadas nesta pesquisa, adota-se a concepção de eixos numa tentativa de simplificação da realidade. É imprescindível reafirmar que a integração não pode ser vista como um fenômeno simétrico, cientificamente exato e matemático, que ocorre da mesma maneira para todas as pessoas que nela vivem, com padrões de tempo e de variáveis igualmente mensuráveis.

A questão documental, por exemplo, quase sempre se apresenta como a chave mestra para a integração, haja vista possibilitar a regularização do indivíduo no país. Entretanto, são necessárias outras garantias mínimas para lograr-se tal intento, como é o caso das questões que envolvem educação e a ambientação à língua e à cultura brasileiras.

As pessoas, na condição de refugiadas, precisam ser encaradas como sujeitos com necessidades específicas. Na realidade de Brasília, especificamente, persistem barreiras no trato das questões de gênero. É inquestionável que a mulher está sujeita a uma série de constrangimentos e restrições nas comunidades locais, circunstâncias evidentes em nossa sociedade, acrescidas pela variável cultural que lhe confere tratamento diferenciado em face de sua condição de estrangeira. Violência

doméstica e abusos de diversas ordens (psicológico, sexual, material) são problemas que transcendem a questão de gênero, mas que incidem mais sobre as mulheres.

Quando se focaliza a realidade do trabalho dos refugiados em Brasília, evidencia-se uma realidade com muitos problemas, destacando-se a porcentagem de desemprego superior à média nacional, expressa num contingente elevado de pessoas sem emprego formal.

Não há possibilidade de pensar a integração local sem a existência de redes de apoio. Elas existem e se consolidam de uma maneira ou de outra na relação do refugiado com o país de acolhida e servem para facilitar a vida nas variadas dimensões da integração, estando por trás de todos os conceitos e entendimentos adotados nesta pesquisa. Em Brasília, as redes estão pulverizadas, e as estruturas disponibilizadas pelo Estado para resolução de problemas são as menos acessíveis e usadas pelos entrevistados. Para resolução de problemas variados, mostraram-se mais eficazes os amigos da mesma origem ou da mesma nacionalidade; amigos brasileiros ou instituições específicas do setor civil; ou ainda entidades religiosas.

A leitura e o entendimento das barreiras à integração local revelaram dificuldades no acesso dos refugiados e solicitantes de refúgio aos serviços de saúde, e 47% dos entrevistados consideraram difícil ou muito difícil o acesso a esse tipo de serviço, afora o desconhecimento dos locais onde possam demandar serviços especializados. Essas pessoas destacaram que as dificuldades aumentam em decorrência da questão da comunicação (língua portuguesa) e do custo das passagens para localizarem esses serviços e o eventual retorno para atendimento.

A moradia permanece um grande deserto em termos de acolhida inicial até iniciativas mais robustas que toquem, por exemplo, no ingresso em programas sociais e maior atenção do Estado na esfera distrital. Morar, habitar, residir, ou qualquer outra nomenclatura que indique e faça menção à ideia de local de abrigo a partir de iniciativa do poder público com direcionamento específico para refugiados não existe em Brasília.

O governo brasileiro oferece amparo legal³ à reunião familiar quando a pessoa é reconhecida pelo governo brasileiro como refugiada e tenha parentes (cônjuge, ascendentes, descendentes e demais membros do grupo familiar) economicamente dependentes que estejam fora do Brasil. Entretanto, esse potente fator de integração local se converte em forte barreira ao prevalecerem regras e procedimentos de reconhecimento do refúgio para os familiares chegados ao Brasil.

As expectativas, pensadas e refletidas pelo viés da integração local, vinculam-se ao futuro dessas pessoas nas comunidades locais. Esse futuro não toca na exclusividade

3. Resolução Normativa nº 27, do dia 30 de outubro de 2018, do Conare.

dos refugiados e suas famílias, mas, sim, no futuro comum da cidade, da região. A integração, em suas dimensões variadas, exige esforços diversos e de todos os atores que dela participam: governo local, população nativa e, também, dos próprios deslocados. O refúgio e a integração local não configuram desafios de natureza conjuntural e as soluções duradouras exigem tratamento continuado, preservado das transições de governos.

4 A PRECARIEDADE DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E APOIO AOS REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO EM BRASÍLIA

Esta pesquisa buscou caracterizar aspectos da integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília e, dentro do possível, identificar atividades de proteção e apoio de organizações públicas e privadas com foco nas dificuldades de acesso dessas pessoas a benefícios que pudessem assegurar sua sobrevivência.

Os trabalhos de campo em Brasília demonstraram de forma cabal a precariedade das ações de proteção e de apoio aos refugiados e solicitantes de refúgio, ficando patente que a integração local não se alcança mediante prescrição legal, mas pela conduta governamental a ela associada.

Ficou muito claro que, para além da concessão documental e reconhecimento do *status* de refugiado, a presença contínua do poder público na questão se faz importante e não prescinde de forte articulação com os demais atores. Certamente, constatou-se a existência de políticas, mas não são públicas no *stricto sensu* do termo, verificando-se a coexistência de redes paralelas às do poder público que buscam soluções para questões que se evidenciam cada vez mais presentes, multifacetadas e com ramificações diversas.

De fato, a integração jurídico-documental é um ponto importante para acolher populações e reconhecer seu *status* de refugiados no ordenamento jurídico interno. Por vezes, o processo de conceder assistência jurídico-documental pode ser o ponto de partida para realizar uma integração muito mais profunda. No entanto, um longo caminho deve ser percorrido para a efetivação de uma política de integração local, incluindo, necessariamente, o aspecto econômico-laboral e sociocultural. Evidenciou-se que, em muitos casos e a depender das circunstâncias, o refugiado assumiu por sua própria conta fazer, realizar, implementar e efetivar sua integração.

REFERÊNCIAS¹

10 PAÍSES com mais pessoas fora do sistema bancário. **Forbes**, 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://forbes.com.br/listas/2018/06/10-paises-com-mais-pessoas-sem-conta-bancaria/>>. Acesso em: 4 maio 2020.

53 MILHÕES de brasileiros não possuem conta bancária nem acesso a crédito. **Bancários de Alagoas**, [s.d]. Disponível em: <<http://bancariosal.org.br/noticia/26280/milhoes-de-brasileiros-nao-possuem-conta-bancaria-e-acesso-ao-credito>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ABDALA, V.; BRASIL, C. Í. do. Taxa de desemprego cai no país e fecha 2019 em 11,9%. **Agência Brasil**, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2019-em-119>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Declaração de Cartagena**. Brasília: ACNUR, 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

_____. **Declaración de San José sobre refugiados y personas desplazadas**. Buenos Aires: ACNUR, 1994. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0012.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **Declaração e plano de ação do México para fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina**. Brasília: ACNUR, 2004. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **Declaração do Brasil**. Brasília: ACNUR, 2014. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9866.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **Relatório anual 2017**: Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Brasília: ACNUR, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/C%C3%A1tedra-S%C3%A9rgio-Vieira-De-Mello_Relat%C3%B3rio-Anual_ACNUR-2017.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7ref>

_____. **Cartilha de informações financeiras para migrantes e refugiados**. Brasília: ACNUR, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/cartilha-BC_vers%C3%A3o-digital_portugu%C3%AAs_.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AGER, A.; STRANG, A. **Indicators of integration**: final report. Edinburgh: Queen Margaret University College, 2004. Disponível em: <<https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110218141321/http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs04/dpr28.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 1, n. 2, Apr. 2008. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article/21/2/166/1621262>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão dos nacionalismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: ensaios sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 2004.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 2008.

BALBIM, R. **The geopolitics of cities**: old challenges, new issues. Brasília: Ipea, 2016.

BANK, A.; FRÖHLICH, C. Forced migration in the global south: reorienting the debate. **GIGA Focus**, n. 3, jun. 2018. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/gf_global_03_en.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERNSTEIN, R. **Beyond objectivism and relativism**: science, hermeneutic and praxis. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.

BEZERRA, M. T. **O refúgio e a proteção dos direitos humanos no Distrito Federal**: um estudo sob a perspectiva das políticas públicas, Brasília, 2013.

BEZERRA LIMA, J. B. *et al.* **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017.

BEZERRA LIMA, J. B.; GARCIA, A. L. J. de C. R.; FECHINE, V. M. R. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. *In*: VIANA, A. R. (Org.). **A midiaticização do refúgio no Brasil (2010-2018)**. Brasília: Ipea, 2020.

BOBBIO, N. **Dicionário de ciência política**. Brasília: Editora da UnB, 2006. v. 1.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BRANDÃO, C. **O que é educação**. Rio de Janeiro: Braziliense, 1999.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 maio 2020.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 28 dez. 2019.

_____. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp94.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno**. 2. ed. Brasília: MS; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/pae_cad7.pdf>. Acesso em: 6 maio 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. 3. ed. Brasília: MJSP, 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refugio-em-nasmeros_1104.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. **Conare concede refúgio para 21 mil venezuelanos**. Brasília: MJSP, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.novo.justica.gov.br/news/conare-concede-refugio-para-21-mil-venezuelanos>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Perguntas frequentes**: documentação e prazos. Brasília: MJSP, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde mental**: o que é, doenças, tratamentos e direitos. Brasília: MS, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Fim do milênio**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CERTEAU, M. de. **L'invention du quotidien**: 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 2016.

CINTRA, M. A. M. (Org.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)**: 2005-2009. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRISP, J. **The local integration and local settlement of refugees**: a conceptual and historical analysis. Genebra: UNHCR, 2004. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/research/working/407d3b762/local-integration-local-settlement-refugees-conceptual-historical-analysis.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

DADUSH, U.; NIEBUHR, M. **The economic impact of forced migration**. [s.l.]: Policy Center, 2016. Disponível em: <<https://www.policycenter.ma/sites/default/files/OCPPC-PP1605rec.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

DISTRITO FEDERAL. **Panorama habitacional prospectivo para o Distrito Federal – 2020/2025**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Panorama-Habitacional-prospectivo-para-o-DF-2020-2025.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora EDUSP, 2014.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALINA, V. F. *et al.* A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. **Interface**, v. 21, n. 61, p. 297-308, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2017.v21n61/297-308/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, I. Apenas 5,5% dos municípios com imigrantes têm serviços focados nessa população. **Agência IBGE Notícias**, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao>>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- GONZÁLEZ, J. C. M. A importância da lei brasileira de refúgio e suas contribuições regionais. In: BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: MJ, 2010. p. 50-58. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Belo Horizonte: DP&A, 2006.
- _____. **A era do capital**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOLZHACKER, V. A situação de grave e generalizada violação aos direitos humanos como hipótese para o reconhecimento do *status* de refugiado no Brasil. In: JUBILUT, L. L.; GODOY, G. G. de. (Org.). **Refúgio no Brasil**: comentários à Lei nº 9.474/97. São Paulo: Quartier Latin, 2017. p. 121-131. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.
- JACOBSEN, K. **The forgotten solution**: local integration for refugees in developing countries. Geneva: UNHCR, 2001. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/research/working/3b7d24059/forgotten-solution-local-integration-refugees-developing-countries-karen.html>>. Acesso em: 16 out. 2019.
- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

JINKINGS, D. Integração social dos refugiados ainda é desafio para o Brasil, diz ministro. **Agência Brasil**, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-11-11/integracao-social-dos-refugiados-ainda-e-desafio-para-brasil-diz-ministro>>. Acesso em: 17 out. 2019.

KORAC, M. Integration and how we facilitate it: a comparative study of the settlement experiences of refugees in Italy and the Netherlands. **Sociology**, v. 37, n. 1, p. 51-68, 2003.

KUHLMAN, T. The economic integration of refugees in developing countries: a research model. **Journal of Refugee Studies**, v. 4, n. 1, 1991.

LOMBA, S. da. Legal status and refugee integration: a UK perspective. **Journal of Refugees Studies**, v. 23, n. 4, p. 415-436, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATOS, T. **A inserção dos refugiados reinstalados no mercado de trabalho: uma etapa num processo de integração**. Universidade de Lisboa, 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. de L. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Working together for local integration of migrants and refugees in Amsterdam**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/working-together-for-local-integration-of-migrants-and-refugees-in-amsterdam_9789264299726-en#page1>. Acesso em: 4 maio 2020.

O MEDO que os segue: oferecendo cuidados de saúde mental para refugiados no Chade. **Médicos sem Fronteiras**, 28 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/o-medo-que-os-segue-oferecendo-cuidados-de-saude-mental-para-refugiados-no-chade>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constitución de la Organización Mundial de la Salud. **Documentos Básicos**, suplemento, oct. 2006. Disponível em: <https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [s.l.]: UN, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Brasília: Acnur, 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1794).

PIRES, R. P. O problema da integração. **Revista Sociologia**, v. 24, 2012.

POLZER, T. Negotiating rights: the politics of local integration. **Refuge**, v. 26, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/32081/29327>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

REA, A.; TRIPIER, M. **Sociologie de l'immigration**. Paris, La Decouverte, 2003.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da UnB, 2008.

SANTOS, M. C. **“Felicidade clandestina”**: refúgio e família no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora EDUSP, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEN, A. **A sociabilidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. Covilhã: Editora da Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georges_grandes_cidades_e_vida_do_esp_rito.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 12, p. 350-357, dez. 2005.

SIMÕES, G. F. Integração. In: CAVALCANTI, L. *et al.* (Org.). **Dicionário crítico das migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017.

STRAUS, A. L.; CORBIN, J. M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TANURI, M. R. **Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

THEODORO, M. *et al.* **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

THOMÉ, R. G. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. **O Social em Questão**, n. 41, p. 177-198, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

UM EM CADA três brasileiros não tem conta bancária, diz pesquisa. **Exame**, 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/um-em-cada-tres-brasileiros-nao-tem-conta-bancaria-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

UN – UNITED NATIONS. **New York declaration for refugees and migrants**. Genebra: UN, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global Report 2005**. Genebra: UNHCR, 2006. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/449267670.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. **Women on the run**. Genebra: UNHCR, 2015. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/publications/operations/5630f24c6/women-run.html>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

_____. **Figures at a glance**. Genebra: UNHCR, 2019a. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>>. Acesso em: 11 out. 2019.

_____. **Global trends: forced displacement in 2018**. Genebra: UNHCR, 2019b. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES; UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND; WRC – WOMEN’S REFUGEE COMMISSION. **Initial assessment report: protection risks and responses for women and girls in the European refugee and migrant crisis**. Genebra: UNHCR, 2015. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/569f8f419.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

VERDIRAME, G.; HARRELL-BOND, B. E. Rights in exile: janus-faced humanitarianism. **International Journal of Refugee Law**, v. 18, n. 2, p. 478-481, June 2006. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ijrl/article/18/2/478/1586531>>. Acesso em: 7 maio 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, A. R. (Org.). **A mediação do refúgio no Brasil (2010-2018)**. Brasília: Ipea, 2020.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Promoting the health of refugees and migrants. **Draft global action plan, 2019-2013**. Genebra: WHO, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA72/A72_25-en.pdf?ua=1>. Acesso em: 4 maio 2020.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACNUR – AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Brasília: ACNUR, 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. **Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados**. Brasília: ACNUR, 1967. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. **Declaração de Brasília sobre a proteção de refugiados e apátridas no continente americano**. Brasília: ACNUR, 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_de_Brasilia_sobre_a_Protecao_de_Refugiados_e_Apatridas_no_Continente_Americano.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. **Memories of the thirtieth anniversary of the Cartagena declaration on refugees**. Quito: UNHCR, 2015.

_____. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília: ACNUR, 2018. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018)>. Acesso em: 3 mar. 2020.

_____. **Reunião familiar, permissões para trabalho e estudo ajudam mais refugiados, aponta pesquisa do ACNUR e da OCDE.** Brasília: ACNUR, 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/12/19/reuniao-familiar-permissoes-para-trabalho-e-estudo-ajudam-mais-refugiados-aponta-pesquisa-do-acnur-e-da-ocde/>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

AZEVEDO, A.; IRNALDO, F.; MENEZES, I. **Cartão Apoio ACNUR provê dignidade e autonomia para milhares de pessoas refugiadas no Brasil.** Brasília: ACNUR, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/12/17/cartao-apoio-acnur-prove-dignidade/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BALBIM, R. **Serviço de moradia social ou locação social:** alternativas à política habitacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

_____. **Para além do Minha Casa Minha Vida:** uma política de habitação de interesse social. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

BANCO DO BRASIL. **Conta corrente para estrangeiros.** [s.l.]: BB, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/ContaCorrente.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUMAN, Z. **La cultura en el mundo de la modernidade líquida.** Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sistema de refúgio brasileiro:** desafios e perspectivas. 1. ed. Brasília: MJSP, 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números.** 2. ed. Brasília: MJSP, 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/2deg-edicao-refugio-em-numeros-2010-2016-v-5-0-final.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números.** 4. ed. Brasília: MJSP, 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros/>>. Acesso em: 6 maio 2020.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAGGIANO, S. **Lo que no entra en el crisol:** inmigración boliviana, comunicación intercultural y los procesos identitários. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

- DILTHEY, W. **Introdução às ciências humanas**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- DISTRITO FEDERAL. **Refugiados têm apoio do governo de Brasília**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <<http://www.sedes.df.gov.br/refugiados-tem-apoio-do-governo-de-brasilia/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Global, 1999.
- GRIMSOM, A. **Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- IMDH – INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **IMDH solidário atendeu mais de cinco mil migrantes em Boa Vista-RR no último ano**. Brasília: IMDH, 2019. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/balanco-2018-imdh-solidario-atendeu-mais-de-cinco-mil-migrantes-em-boa-vista-rr-no-ultimo-ano/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=24037>. Acesso em: 4 maio 2020.
- MORAIS, M. da P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.
- MOREIRA, J. B.; BAENINGER, R. La integracion local de los refugiados em Brasil. **Migraciones Forzadas**, n. 35, p. 48-49, jun. 2008.
- PNAD CONTÍNUA trimestral: desocupação fica estável em 25 das 27 Unidades da Federação no 3º trimestre de 2019. **Agência IBGE Notícias**, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26054-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-25-das-27-unidades-da-federacao-no-3-trimestre-de-2019>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- SCHLEIMACHER, F. **Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SHARE factsheet 'scaling up resettlement across territories. **European Resettlement Network**, 2019. Disponível em: <<https://www.resettlement.eu/page/share-factsheet-scaling-resettlement-across-territories>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 12, p. 350-357, dez. 2005.

SIMÕES, G. da F. **Refugiados colombianos no Brasil e no Canadá**: narrativas e estruturas de acolhimento. Curitiba: Appris, 2018.

SÍNTESE DO PROJETO REFUGIADOS NO BRASIL: DESAFIOS À INTEGRAÇÃO LOCAL

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ao tentar identificar a política do governo acerca da integração local de refugiados, depara-se com dois artigos na Lei de Refúgio (arts. 43 e 44 da Lei nº 9.474/1997) cujo tema é a integração. Ambos os artigos versam sobre a emissão de documentos, entretanto, tais dimensões estão aquém dos pressupostos abordados em estudos dedicados ao tema. Conforme apresentado anteriormente, a literatura aponta outras variáveis consideradas vitais à integração local de refugiados. Em razão disso, e visando cooperar com a formulação adequada de políticas públicas referentes à situação da população refugiada no país, este projeto de pesquisa tem como foco compreender a atuação do Estado brasileiro nesta temática.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo deste projeto é compreender e caracterizar a política do Estado brasileiro em prol da integração de refugiados no Brasil. A proposta desta pesquisa visa, por um lado, compreender a atuação do Estado em relação à integração do indivíduo refugiado, mediante a inexistência de uma política nacional de integração local, e por outro, verificar de que maneira as garantias (não explícitas) asseguradas (dispersamente) em lei são aplicadas na vida cotidiana da população refugiada.

2.2 Objetivos específicos

- i) Conhecer o contexto do indivíduo com *status* de refugiado no Brasil, ou seja, identificar a situação do indivíduo refugiado, considerando as principais áreas representativas de integração local nas dimensões econômica, jurídica e sociocultural (Crisp, 2004) e enfocando nos marcadores de trabalho, educação, moradia e saúde (Ager e Strang, 2004).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7apendA>

- ii) Identificar quais os desafios à integração local de refugiados no país, procurando levantar elementos favoráveis e desfavoráveis que interferem nos níveis de integração local desta população.
- iii) Entender a compreensão dos atores institucionais vinculados à temática sobre integração local (Rea e Tripier, 2003) no país, visto que esses entendimentos são norteadores da implementação de políticas públicas.
- iv) Verificar quais as políticas públicas, nos mais diversos setores do governo que compõem o Comitê Nacional para Refugiados, têm sido implementadas em favor desta população e em quais entendimentos elas se baseiam.
- v) Levantamento bibliográfico acerca do tema que permita embasar a aplicação de questionários e entrevistas como também analisar e debater os resultados encontrados.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos aqui propostos será utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, visto que a realidade a ser investigada oferece espaço para uso de ambas as técnicas. Para alcançar o primeiro objetivo específico, utilizar-se-ão os registros administrativos concedidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare) a fim de realizar um mapeamento das principais nacionalidades e perfil geral desta população, como também um levantamento acerca da localização geográfica desses indivíduos. Ademais, propõe-se acessar o público-alvo desta pesquisa utilizando a aplicação de questionários, os quais, além de traçar o perfil individual do refugiado, destacam-se pela intenção de elaborar um perfil familiar que se estabeleça em torno deste indivíduo no país. A partir desta técnica pretende-se também alcançar o segundo objetivo específico identificando questões relativas à integração local junto ao público-alvo, por meio de pesquisa de campo. Cabe ressaltar que este levantamento ocorrerá em cinco regiões do país: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus. A proposta consiste em realizar a pesquisa-piloto no Distrito Federal e, em seguida, elaborar o relatório dessa atividade para a região. Na sequência será realizada a aplicação de questionários junto à população refugiada nas demais localidades, procurando sempre elaborar o relatório para cada localidade.

Adotar-se-ão entrevistas, com roteiros prévios e semiestruturados, a fim de contemplar o terceiro objetivo específico. Os atores institucionais entrevistados serão aqueles que fazem parte do Comitê Nacional para Refugiados, que é composto por representantes do governo, da sociedade civil e organismo internacional. Acredita-se que o contato com este grupo permita alcançar outros sujeitos que realizem o atendimento direto à população de interesse nas esferas de reconhecimento

da condição de refugiado, como nas áreas concernentes à integração local no país. São elas: educação, moradia, trabalho e saúde (Ager e Strang, 2008). Durante o contato com os atores institucionais, será oportuno questionamentos que nos permitam realizar o levantamento das ações e programas voltados para a população refugiada no Brasil, conforme previsto no quarto objetivo específico. Para alcançar este objetivo, pretende-se ainda realizar um levantamento e posterior análise dos textos normativos relacionados ao tema de interesse. Todos os objetivos da pesquisa dialogam com o quinto objetivo específico, que será realizado por meio de pesquisa bibliográfica acerca da integração local de refugiados.

4 ATIVIDADES

- 1) Pesquisa bibliográfica relativa ao tema de integração de refugiados.
- 2) Análise dos textos normativos que versem sobre a integração local de refugiados.
- 3) Análise dos dados quantitativos cedidos pelo Conare, identificando qual o número e a diversificação da amostra para que haja representatividade dos entrevistados, visto que se trata de uma população heterogênea em aspectos de nacionalidade, gênero, idade e raça.
- 4) Elaboração de questionário a ser aplicado junto à população refugiada no Brasil, considerando alcançar a amostra encontrada anteriormente.
- 5) Aplicação do teste de consistência do questionário e reavaliação do instrumento.
- 6) Aplicação do questionário junto à população refugiada, organização da coleta de dados e estatísticas – Campo Brasília.
- 7) Análise primária do material recolhido na etapa anterior e posterior elaboração de relatório parcial Brasília.
- 8) Aplicação do questionário junto à população refugiada, organização da coleta de dados e estatísticas – Campo São Paulo.
- 9) Análise primária do material recolhido na etapa anterior e posterior elaboração de relatório parcial São Paulo.
- 10) Aplicação do questionário junto à população refugiada, organização da coleta de dados e estatísticas – Campo Rio de Janeiro.
- 11) Análise primária do material recolhido na etapa anterior e posterior elaboração de relatório parcial Rio de Janeiro.
- 12) Aplicação do questionário junto à população refugiada, organização da coleta de dados e estatísticas – Campo Curitiba.

- 13) Análise primária do material recolhido na etapa anterior e posterior elaboração de relatório parcial Curitiba.
- 14) Aplicação do questionário junto à população refugiada, organização da coleta de dados e estatísticas – Campo Manaus.
- 15) Análise primária do material recolhido na etapa anterior e posterior elaboração de relatório parcial Manaus.
- 16) Elaboração de roteiro de entrevista junto a atores institucionais.
- 17) Contato e aplicação de entrevista a atores institucionais.
- 18) Levantamento das ações e programas voltados para a população refugiada no Brasil, a partir das informações obtidas com atores institucionais.
- 19) Análise completa de todo material levantado no campo empírico e teórico.
- 20) Elaboração de relatório referente aos resultados encontrados pela pesquisa.

QUESTIONÁRIO

REFUGIADOS NO BRASIL – DESAFIOS À INTEGRAÇÃO FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DA PESQUISA

I. TERMO DE CONSENTIMENTO

O(A) entrevistador(a) se apresenta, verifica a disponibilidade do entrevistado e entrega o Termo de Consentimento Oral para leitura.

(Após consentimento, agradecer de antemão a participação do entrevistado.)

Foi informado ao entrevistado que a pesquisa garante o completo sigilo e confidencialidade das informações prestadas?

() Sim

() Não

0. IDENTIFICAÇÃO DO(A) APLICADOR(A) E LOCAL DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO (APENAS PARA O ENTREVISTADOR)

Caro(a) entrevistador(a), lembre-se de anotar o local de realização da entrevista. Favor inserir o número de identificação correto (RG) do entrevistador.

Qual o local de aplicação da pesquisa? _____

1. INGRESSO NO PAÍS

Instruções: a seguir, as questões são sobre o ingresso no país e localidade. Favor, escreva com atenção o nome do país e localidades mencionadas no Brasil.

País de origem (entrada alfabética)

Em que ano chegou ao Brasil? _____

Onde você mora atualmente? (lista de RA + outros)

Mora em área: () Rural () Urbana

Você já morou em outros lugares do país, além do Distrito Federal? (Resposta texto)

() Sim

() Não (pular para o bloco seguinte)

Em que lugares do Brasil você já morou?

- () Primeira cidade _____ UF ()
- () Segunda cidade _____ UF ()
- () Terceira cidade _____ UF ()
- () Quarta cidade _____ UF ()
- () Mais de cinco cidades, com UF _____
- _____

2. CONDIÇÃO ATUAL NO BRASIL

Refugiado/refugiada: é a pessoa que foi reconhecida pelo governo brasileiro (Conare) como refugiada com base na Lei Brasileira de Refúgio e na Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados, recebendo o Registro Nacional Migratório (RNM).

Solicitante de refúgio: é a pessoa que pediu refúgio, mas que ainda não teve resposta do Conare. O pedido pode ter sido feito quando chegou ao Brasil ou depois que a pessoa já estava em território brasileiro. Pode já ter feito entrevista na Cáritas e/ou no Conare.

2.1 Sobre seu *status* jurídico, escolha uma das seguintes respostas:

- () Sou refugiado(a)
- () Solicitei o reconhecimento da condição de refugiado(a) – responder perguntas 2.2 e 2.3 e pular para o bloco seguinte.

2.2 Em que ano fez a solicitação de refúgio? _____ ano**2.2.1 Em qual país?**

Houve alguma mudança em sua vida após ter solicitado refúgio (acesso à documentação brasileira, encontrou emprego, acesso à saúde, por exemplo)?

- () Sim
- () Não
- () Não sei dizer

Por quê? _____

Em que ano você recebeu o Registro Nacional Migratório, antigo RNE?
_____ ano

Houve alguma mudança em sua vida por ter recebido sua documentação de refugiado?

() Sim

() Não

() Não sei dizer

Por quê? _____

3 PERFIL

A seguir, características demográficas do(a) entrevistado(a)

Idade (anos completos) _____

Gênero (escolha uma das opções)

() Feminino () Masculino () Outro

Estado civil (escolha uma das opções)

() Solteiro () Casado/união estável () Separado/divorciado

() Viúvo () Outros: _____

Tem pessoas de sua família fora do Brasil que você pretende trazer para o país?

() Não () Sim, filhos () Sim, cônjuge

() Sim, outros (escrever quem ou quantos) _____

Escolaridade (escolha uma das opções)

() Não alfabetizado/sem escolaridade

() Nível fundamental () Nível médio () Ensino técnico

() Graduação () Pós-graduação *latu sensu* () Mestrado

() Doutorado () Pós-doutorado

Conclusão da escolaridade (escolha uma das opções)

- () Completo () Incompleto (não completou/desistiu/abandonou)
 () Cursando

Qual área de formação?

Onde cursa/cursou o grau de escolaridade informado? (escolha uma das opções)

- () Brasil () País de origem () Outros: _____

Que profissão exercia antes de vir ao Brasil?

Situação ocupacional atual (escolha uma das opções)

- () Ocupado (trabalhando) – responda 3.9.1
 () Desempregado (ou procurando emprego) – responda 3.9.2
 () Inativo (não está procurando emprego: estudante, aposentado...) – responda 3.9.3

Ocupado – em que área/local trabalha e/ou qual atividade exerce? (tentar absorver o que a pessoa faz e qual é o seu local de trabalho)

Ocupado (qual o tipo de vínculo)

- () Empregado com carteira assinada () Empregado sem carteira assinada
 () Emprego informal (faz bicos, vendedor ambulante, faxina, ajuda familiar em troca de remuneração)
 () Dono do próprio negócio (conta própria, empresário, empreendedor, microempreendedor)
 () Estágio (prática profissional que realiza um estudante para pôr em prática os seus conhecimentos e as suas competências)
 () Auxílio saúde (licença-maternidade, afastado por motivos de saúde – INSS)
 () Outros

Ocupado - qual a sua renda mensal, aproximadamente?

Moeda:

() Dólar () Euro () Real () Outros

Desempregado (tipo de desemprego)

() Procurando emprego, sem seguro-desemprego

() Procurando emprego, recebendo seguro-desemprego

() Estou sem trabalho, mas não procurei emprego nos últimos 15 dias (mas estou disposto a voltar a procurar emprego)

() Outros _____

Inativo (tipo de inatividade)

() Estudante

() Aposentado

() Recebe auxílio social (Bolsa Família etc.)

() Problemas de saúde (inativo)

() Pessoa com deficiência

() Dona de casa

() Outros: _____

4. Idiomas

Instruções: a seguir questões sobre os idiomas falados pelo(a) entrevistado(a). Lembre-se de que é ele(a) que informa o nível que considerar mais adequado.

Você fala português?

() Sim

() Não (vai para 4.4)

Como você aprendeu português? Selecionar até três principais respostas

() Língua materna () Com amigos

() Curso de línguas (gratuito) () Curso de línguas (pago)

() Curso a distância ou aplicativos () Falando na rua ou no trabalho

() Outros: _____

Como você considera o seu nível na língua portuguesa? (pouco, razoável, bem)

	Pouco	Razoável	Bem
Compreende			
Fala			
Lê			
Escreve			

Quais as principais dificuldades que já encontrou por não conhecer suficientemente o português?

- () Dificuldades no acesso a serviços de saúde
- () Dificuldades no acesso à educação
- () Dificuldades no acesso a atendimentos relacionados a minha segurança e a de minha família
- () Dificuldades para ingressar no mundo do trabalho
- () Outras dificuldades: _____

Quais outros idiomas você fala?

- () Não falo outros idiomas () Árabe () Espanhol () Francês
- () Inglês () Outros: _____

5. Barreiras à integração

Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir. Utilizando esta escala de resposta, indique com um número o grau de dificuldade que teve ao lidar com os itens abaixo.

1	2	3	4	5
Muito fácil	Fácil	Normal/neutro	Difícil	Muito difícil

Numa escala de 1 a 5, sendo que 1 é muito fácil e 5 muito difícil, como você classificaria os itens que vou ler a seguir quanto ao grau de dificuldade para conseguir alcançar/obter cada um?

Qual o grau de dificuldade que você encontrou para....

Dificuldades	Nota	N/A
Documentos: conseguir a RNM		
Documentos: obter CPF e carteira de trabalho		
Documentos: conseguir carteira de motorista (brasileira)		
Documentos: abrir conta no banco		
Documentos: fazer registro de nascimento		
Documentos: matricular filho(a) na escola		
Emprego: encontrar o primeiro emprego no Brasil		
Emprego: encontrar emprego pela segunda vez		
Emprego: abrir negócio próprio		
Emprego: exercício da profissão compatível com sua formação profissional		
Moradia: conseguir moradia adequada às suas expectativas		
Educação: conseguir acesso à escola ou universidade		
Educação: validar histórico escolar ou diploma		
Saúde: acesso a serviços de saúde		
Saúde: acesso a atendimento psicológico ou psiquiátrico		
Sociocultural: manter prática religiosa (ir à igreja, mesquita, sinagoga)		
Sociocultural: interação com brasileiros		
Sociocultural: acesso à internet		
Sociocultural: respeito a costumes da família, da religião e da cultura de origem		
Sociocultural: respeito de seus direitos e segurança para você e sua família		
Lazer: encontrar com amigos, parentes		
Lazer: participar das festas na comunidade étnica		
Lazer: participar das festas na comunidade onde mora		
Lazer: passeio ao ar livre (parque, praça, piscinas, cachoeiras, lagoas)		
Lazer: cinema, teatro, circo		

6. Rede de apoio

Quem faz parte da sua rede de apoio no Brasil? (citar até três principais)

São pessoas com as quais você e/ou sua família pode contar com apoio e tem relevância fundamental, pois se trata de um recurso essencial no auxílio à família em momentos difíceis. No sentido de expectativas substantivas ligadas à sociabilidade e à cooperação em grupos humanos.

- Não tem rede de apoio
- Amigos brasileiros
- Amigos de outra nacionalidade
- Amigos da sua nacionalidade
- Familiares
- Empregador, empresas
- Instituições especializadas em serviços para migrantes e refugiados
- Instituições religiosas (responder a pergunta 6.1.1)
- Associações comunitárias
- ONG: Cáritas, IMDH, outros
- Centro de Assistência do Governo (CRAS, CREA, Centro POP)
- Conare
- ACNUR
- Outros: _____

Quais instituições religiosas fazem parte de sua rede de apoio? (até três)

7. Discriminação e acesso à justiça

Ação injusta baseada no preconceito e/ou racismo. Ocorre quando alguma característica “irrelevante” do indivíduo (nacionalidade, gênero, orientação sexual, cor da pele, por exemplo) é utilizada para restringir o seu acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas (Guimarães, 2004).

7.1 Já se sentiu discriminado por algum motivo?

- Não quero responder Sim
 Não (pular para o próximo bloco de pergunta)

7.1.1 Por qual motivo?

- Por ser mulher/homem (discriminação de gênero)
 Por ser lésbica/*gay*/bissexual/transgênero (discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero)
 Pela cor da minha pele, formato dos meus olhos ou pelo tipo do meu cabelo (discriminação por fenotípiã)
 Por ser estrangeiro (xenofobia)
 Por ter opinião diferente (discriminação moral e/ou política)
 Por praticar costumes de minha cultura de origem (discriminação cultural)
 Por minha religião (discriminação religiosa)
 Outros: _____

7.1.2 Onde/lugar/situação? (escolha a(s) que mais se adequem)

- Trabalho
 Escola/faculdade/curso técnico/curso de idioma...
 Espaços públicos (ruas, parques, praças...)
 Transportes públicos (metrô, ônibus, trem...)
 Espaços privados de usos coletivos (*shopping*, cinema, restaurantes, livraria...)
 Outros: _____

7.2 Você ou alguém de sua família já teve problemas com a polícia ou com a justiça no Brasil?

- Não quero responder
 Não
 Sim, alguém de minha família está respondendo processo judicial
 Sim, houve caso(s) de maus-tratos por parte de policiais
 Sim, sofremos injustiça e não conseguimos recorrer
 Sim, fomos prejudicados por não termos conhecimento dos direitos e da legislação brasileira
 Outros: _____

Desde a sua chegada ao Brasil, você ou sua família já passou por alguma necessidade em que não tenha conseguido encontrar nenhuma instituição ou serviço que pudesse lhe ajudar?

() Sim

() Não

() N/A

Qual?

8. Perfil familiar

A família é abordada a partir do grupo residente na unidade doméstica, também conhecido como família principal, que é traduzida pela capacidade com que conciliam interesses de forma participativa em todos os níveis: nos problemas sociais, financeiros, relacionais e estruturais.

Total de pessoas da família que moram com você no Brasil

Escolha uma das seguintes respostas:

() Apenas você – vai para questão 9

() Você + 1 parente

() Você + 2 parentes

() Você + 3 parentes

() Você + 4 parentes

() Você + 5 parentes

() Você + 6 parentes

() Você + 7 parentes

() Você + 8 parentes

() Você + 9 parentes

() Mais de 10 parentes

Para cada membro mencionado, será apresentada a sequência de perguntas a seguir. [Segundo membro da família], grau de parentesco com o entrevistado. Escolha uma das seguintes respostas:

- () Cônjuge ou companheiro(a)
- () Filho(a)
- () Enteadado(a)
- () Pai/mãe ou sogro/sogra
- () Irmão/irmã/cunhado(a)
- () Outros _____

Idade _____

Escolaridade (escolha uma das opções)

- () Não alfabetizado/sem escolaridade
- () Nível fundamental
- () Nível médio
- () Ensino técnico
- () Graduação
- () Pós-graduação *latu sensu*
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Pós-doutorado

Conclusão da escolaridade (escolha uma das opções)

- () Completo
- () Incompleto (não completou/desistiu/abandonou)
- () Cursando

Onde cursa/cursou o grau de escolaridade informado? (escolha uma das opções)

- () Brasil
- () País de origem: _____ (número do país)
- () Outros

Que profissão exercia antes de vir ao Brasil?

Situação ocupacional atual (escolha uma das opções)

- () Ocupado (trabalhando) – resposta 8.2.6.1
 () Desempregado (ou procurando emprego) – resposta 8.2.6.2
 () Inativo (não está procurando emprego: estudante, aposentado...) – resposta 8.2.6.3

Ocupado – em que área/local trabalha e/ou qual atividade exerce? (Tentar absorver o que a pessoa faz e qual é o seu local de trabalho)

Ocupado (qual o tipo de vínculo)

- () Empregado com carteira assinada
 () Empregado sem carteira assinada
 () Emprego informal (faz bicos, vendedor ambulante, faxina, ajuda familiar em troca de remuneração)
 () Dono do próprio negócio (conta própria, empresário, empreendedor, microempreendedor)
 () Estágio (prática profissional que realiza um estudante para pôr em prática os seus conhecimentos e as suas competências)
 () Auxílio saúde (licença-maternidade, afastado por motivos de saúde – INSS)
 () Outros:

Desempregado (tipo de desemprego)

- () Procurando emprego, sem seguro-desemprego
 () Procurando emprego, recebendo seguro-desemprego
 () Estou sem trabalho, mas não procurei emprego nos últimos 15 dias (mas estou disposto a voltar a procurar emprego)
 () Outros _____

Inativo (tipo de inatividade)

- Estudante Aposentado Recebe auxílio social (Bolsa Família etc.)
 Problemas de saúde (inativo) Pessoa com deficiência
 Dona de casa Outros: _____

Há caso de gravidez neste momento em sua família, no Brasil?

- Não
 Sim

9. Renda familiar mensal

Instruções: trata-se do somatório das rendas individuais.

Qual sua renda familiar em R\$?

- Não quero responder
 Recebemos ao todo, na família, até R\$ 1.000,00
 Recebemos ao todo, na família, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00
 Recebemos ao todo, na família, entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00
 Recebemos ao todo, na família, entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00
 Recebemos ao todo, na família, entre R\$ 4.000,00 e R\$ R\$ 5.000,00
 Recebemos ao todo, na família, mais de R\$ 5.000,00

Envia dinheiro para a família no exterior?

- Envio
 Envio, mas não quero falar sobre os valores (ir para o próximo bloco de perguntas)
 Não envio (ir para o próximo bloco de perguntas)
 Outros

Quanto envia, em média, por mês? _____

Qual moeda

- Dólar
 Euro
 Real
 Outros _____

10. Habitação

Instruções: refere-se ao local onde o indivíduo se fixa.

Situação de moradia:

- Casa
- Apartamento
- Cômodo ou dormitório
- Domicílio coletivo (apartamento ou casa compartilhada com outra família)
- Em situação de rua
- Em casa de acolhida (pública, de ONG ou igreja)
- Outros: _____

Condições de domicílio

Escolha uma das seguintes respostas.

- Próprio Alugado Cedido Local de trabalho
- Outros: _____

11. Motivação

Posso perguntar por qual motivo você deixou o seu país (país de origem)?

- Não quero responder
- Motivação racial
- Motivação religiosa
- Motivação de nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas
- Motivação de grave e generalizada violação de direitos humanos
- Motivação econômica
- Motivação por orientação sexual
- Outros: _____

12. Sentimento atual

Instruções: neste momento, o(a) entrevistador(a) deverá mostrar o disco com as frases referentes aos sentimentos do(a) entrevistado(a) e pedir-lhe que aponte até duas frases que mais se adequem ao seu estado de espírito atual.

Qual das frases abaixo melhor representa seu estado de espírito atual (sentimento)? (apontar até duas frases). Escolha a(s) que mais se adequem(m).

- () Ainda sou discriminado
- () Quero voltar para o meu país
- () Brasil – melhor país não há
- () No Brasil somos livres
- () Ainda tenho muitas incertezas
- () Vou ter um futuro melhor
- () Estou seguro e acolhido
- () Tenho tantos problemas para enfrentar
- () Quero trazer minha família para o Brasil
- () Quero mudar para outro país
- () Outros: _____

13. Observações do entrevistado

Instruções: esse é o momento de resgatar os possíveis aspectos não absorvidos em outras questões. Convidar o(a) entrevistado(a) a se manifestar em relação ao tema tratado nesta entrevista.

Como você se vê daqui a cinco anos?

- () Com nacionalidade brasileira e vivendo no Brasil
- () Como estrangeiro e vivendo no Brasil
- () Com nacionalidade brasileira e vivendo em outro país (em um terceiro país que não seja o Brasil ou país de origem)
- () Vivendo em outro país (que não seja o Brasil ou país de origem)
- () Vivendo em meu país de origem
- () Outro: _____

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

() Sim

() Não (pular para o bloco seguinte)

O quê?

14. Observações gerais do entrevistador

Instruções: agradecer a participação do(a) entrevistado(a) e perguntar se ele(a) estaria disposto(a) a falar mais sobre o tema. Em caso positivo, pegar os contatos na *ficha/cartão de cor verde*.

O(A) entrevistado(a) concordou em participar de pesquisas futuras?

() Sim

() Não

Observações gerais do(a) entrevistador(a)

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA QUALITATIVA COM AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM COM A INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS

O Ipea está desenvolvendo uma pesquisa sobre os desafios da integração local de refugiados e de solicitante de reconhecimento da condição de refugiado, com o objetivo de colher subsídios para o aprimoramento de políticas públicas. Neste sentido, há interesse em auferir as percepções dos atores institucionais sobre os serviços prestados ao público-alvo.

Foi elaborado um roteiro semiestruturado para condução da pesquisa em profundidade e gostaria de contar com sua colaboração nas respostas e apontamentos necessários.

ROTEIRO DURAÇÃO ESTIMADA: 30 MINUTOS

Inicialmente – algumas informações sobre o perfil do respondente poderiam ser anotadas: nome, instituição, diretoria/gerência, cargo que ocupa na instituição.

1. Informações sobre a pesquisa de integração local de refugiados no Distrito Federal, breve relato sobre o andamento e qual o interesse em levantar informações sobre as instituições que atendem os refugiados.
2. Tipo de serviço prestado pela instituição.
Entender quais os serviços prestados pela instituição e como é o atendimento ao refugiado/solicitante.
Tem diferenciação entre o atendimento ao público geral e ao refugiado/solicitante?
Quais são os insumos necessários para o atendimento ao público-alvo?
Como é a relação da equipe de atendimento com os refugiados/solicitante? Tem equipe especializada?
Quais são os desafios encontrados no atendimento a esse público? (Como o idioma, a religião, questões de gênero)
Vocês fazem o encaminhamento dessas pessoas para outras instituições?
Há parceria com outras instituições?
3. Quantitativo de atendimento.
Há um levantamento da quantidade de atendimento que vocês fazem em média deste público-alvo?
Tem uma nacionalidade específica de atendimento?
4. Instituição no papel de integração aos refugiados na sociedade brasileira.
Entender quais são os reforços informacionais advindos do refúgio e se a instituição reconhece o seu papel nesse trabalho.
 - Com relação aos preconceitos ou restrições?
 - Como a instituição se reconhece nesse papel de integração local para os refugiados?
 - Vocês identificam algum obstáculo jurídico para essas pessoas?

ENCERRAMENTO
DURAÇÃO ESTIMADA: 5 MINUTOS

- ✓ Sintetizar todos os aspectos apresentados pelo participante, verificando se deseja acrescentar mais algum apontamento;
- ✓ informar o encerramento da pesquisa;
- ✓ informar sobre os próximos passos da pesquisa; e
- ✓ agradecer novamente a participação de todos.

TERMO DE CONSENTIMENTO ORAL

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**



CSEM

TERMO DE CONSENTIMENTO ORAL

Estamos realizando uma pesquisa sobre o perfil dos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. A pesquisa é do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e está sendo realizada em parceria com o CSEM (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios) e com o apoio do Conare e da Casa de Direitos da Cáritas Brasileira.

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) desta pesquisa, respondendo a um questionário que terá as respostas registradas, para compor um banco de dados com informações que ajudarão na formulação de políticas públicas que visam cooperar com a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil.

Garantimos total anonimato e sigilo dos dados fornecidos. Se tiver qualquer dúvida ou perguntas sobre o questionário, fique à vontade para apresentá-las antes de iniciar ou mesmo durante a entrevista.

Se preferir desistir depois de ter iniciado a responder, pode retirar-se, sem problemas. Se quiser obter mais informações, pode telefonar para o número (61) 3327-0669 e falar com Carmem Lussi ou Tuila Botega. Estamos à disposição.

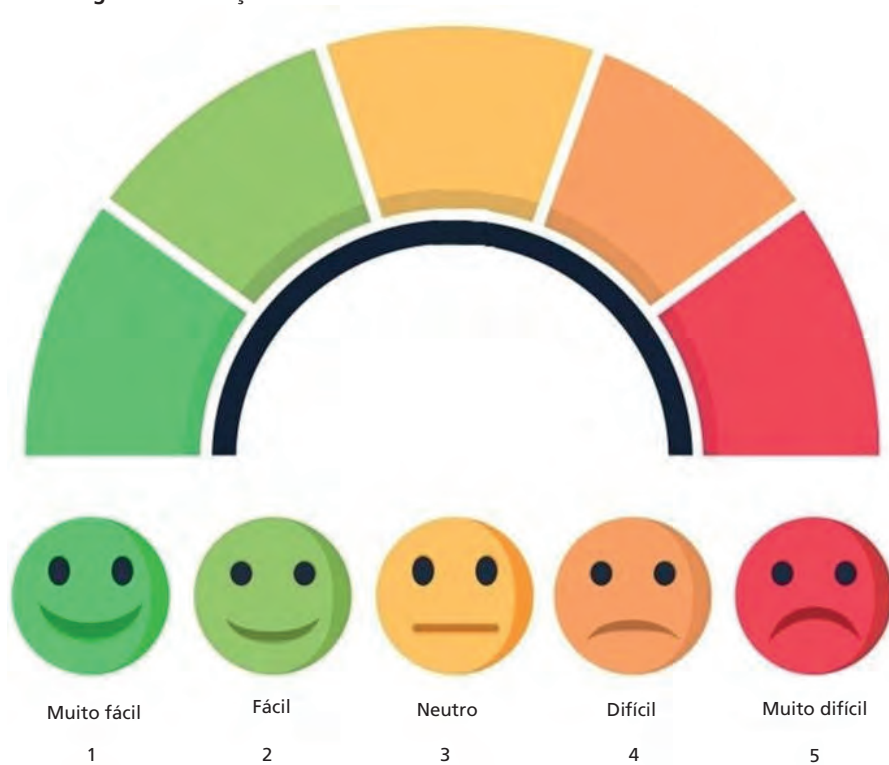
Sua contribuição é importante para a pesquisa e para os esforços de melhoria de políticas públicas para refugiados e solicitantes de refúgio no Distrito Federal. Obrigado pela sua participação.

Brasília, 16 de maio de 2019.

RÉGUA DE SATISFAÇÃO

FIGURA E.1

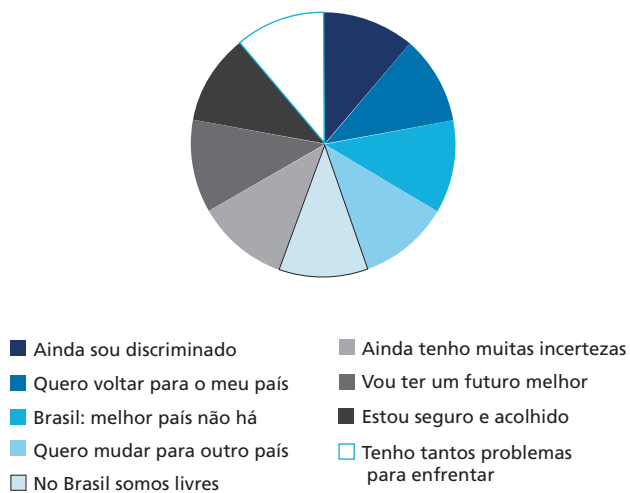
Régua de satisfação



Elaboração dos autores.

GRÁFICO DE SENTIMENTO ATUAL

FIGURA F.1
Gráfico de sentimento atual



Elaboração dos autores.

FICHA VERDE

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	
REFÚGIO NO BRASIL – DESAFIOS À INTEGRAÇÃO	
Você gostaria de participar de futuras etapas desta pesquisa? () Sim () Não	
Nome: _____	
Telefone: _____	
<i>E-mail:</i> _____	
Autorizo, livre e espontaneamente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a guardar minhas informações de contato para fins de pesquisa. _____ (Assinatura)	

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ NAS ENTREVISTAS COM AS INSTITUIÇÕES

Pesquisa de Integração Local dos Refugiados

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Autorizo, por meio deste termo, os pesquisadores do Ipea a realizar a gravação de minha entrevista mediante o compromisso de garantir que:

1. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
2. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, a não ser com prévia autorização;
3. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização.

Brasília/DF, _____ de novembro de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa
(Em duas vias, uma do participante e outra do Ipea)

ANEXO A¹

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – IPEA E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Ed. Anexo II, Sala 304 - Bairro Zona
Cívico-Administrativa Brasília - DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-9213 - www.justica.gov.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2018/SNJ

Processo Nº 08018.004147/2017-48

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, POR MEIO DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, VISANDO ESTABELECEER CONDIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS QUE ASSEGUREM A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ÁREAS DE MÚTUO INTERESSE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Fundação Pública Federal com estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2010, Seção I, página 18, com sede na Cidade de Brasília - DF, no Setor Bancário Sul, Edifício BNDES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.892.175/0001 00, doravante denominado **IPEA**, neste ato representado por seu presidente, **ERNESTO**

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7anexoA>

LOZARDO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Brasília, Identidade nº 3.498.854 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.398.838-72, nomeado pela Portaria nº 862 de 31 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 103, de 01 de junho de 2016, de um lado, e, de outro lado a União, por intermédio do Ministério da Justiça – MJ, por meio da **SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 4º andar, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF 07.100.754/0001-62 doravante denominado **SNJ**, neste ato representado pelo Secretário Nacional de Justiça, **LUIZ PONTEL DE SOUZA**, Identidade nº 701.884 – 1861 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 521.028.589-87, nomeado pela Portaria nº 179, publicado no Diário Oficial da União de 7 de março de 2018, página 01, Seção 02, tendo em vista o processo administrativo IPEA nº 03001.002083/2018-97 e o processo administrativo SNJ nº 08018.004147/2017-48 resolvem, com base na Lei nº 8666/93, celebrar o presente **Acordo de Cooperação Técnica**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo visa estabelecer o suporte legal da cooperação técnica entre o Ipea e a SNJ sobre a temática da cooperação técnica, a fim de estimular as atividades relacionadas com a investigação, a análise, a promoção e a divulgação de políticas e de processos afetos aos refugiados e aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

O objeto do presente acordo será cumprido mediante a realização de ações conjuntas pelas quais se buscarão:

I - Fomentar a discussão, o intercâmbio de informação e a articulação entre a **SNJ** e o **Ipea** em estudos e pesquisas sobre investigação, análise, promoção e divulgação de políticas e de processos afetos aos refugiados e aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

II - Promover estudos técnicos, pesquisas e ferramentas que visem o monitoramento e a avaliação de informação e a articulação sobre a temática do refúgio no Brasil.

III - Promover a divulgação dos resultados obtidos com esta cooperação por meio de publicações, seminários e *workshops*.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

A operacionalização do objeto se dará mediante plano de trabalho, parte integrante deste instrumento, elaborado em comum acordo pelos partícipes, devendo ser aprovado pelas respectivas autoridades signatárias, no ato da formalização do acordo.

Parágrafo primeiro. O Plano de Trabalho contempla o detalhamento das atividades, o cronograma de execução e as metas do Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo segundo. O cronograma constante do Plano de Trabalho poderá sofrer alterações e especificações por meio de acordo mútuo entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Constituem-se obrigações do Ipea para o desenvolvimento das ações previstas no âmbito deste Acordo:

I - Envidar esforços para cooperar plenamente com a SNJ, sempre que assim o for solicitado;

II - Assegurar o acesso aos documentos e registros à SNJ, observadas as regulações existentes;

III - Disponibilizar apoio técnico à realização dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do presente acordo;

IV - Observar as condições de liberação ou transmissão a terceiros de documentos, informações e outros dados obtidos na implementação do presente acordo;

V - Implementar, monitorar e avaliar o Plano de Trabalho;

VI - Supervisionar a elaboração dos estudos técnicos e levantamentos previstos no Plano de Trabalho;

VIII - Divulgar os resultados obtidos a partir deste acordo;

IX - Prover informações técnicas, sempre que necessário, para a elaboração de estudos e levantamentos essenciais à implementação do Plano de Trabalho;

X - Criar, quando necessário, condições de natureza legal, administrativa, técnica e participativa para o desenvolvimento das atividades constantes do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Constituem-se obrigações da SNJ para o desenvolvimento das ações previstas no âmbito deste acordo:

I - Envidar esforços para cooperar plenamente com o Ipea, sempre que assim o for solicitado;

II - Assegurar o acesso aos documentos e registros ao Ipea, observadas as regulações;

III - Observar as condições de liberação ou transmissão a terceiros de documentos existentes, informações e outros dados obtidos na implementação do presente acordo;

IV - Monitorar e avaliar o Plano de Trabalho;

V - Promover a integração entre atores de importância para o desenvolvimento do Plano de Trabalho;

VI - Apoiar a divulgação dos resultados obtidos a partir deste acordo;

VII - Prover informações técnicas, sempre que necessário, para a elaboração de estudos e levantamentos essenciais à implementação do Plano de Trabalho;

VIII - Criar, quando necessário, condições de natureza legal, administrativa, técnica e participativa para o desenvolvimento das atividades constantes do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, entrando em vigor na data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, mediante a formalização de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O presente instrumento **não** envolve transferência de recursos orçamentários e financeiros entre os partícipes.

Parágrafo único. As ações que envolvam parcerias específicas e compartilhamento de recursos físicos e financeiros entre os partícipes serão efetivadas mediante a formalização, a qualquer tempo, de instrumentos específicos, segundo a natureza de cada uma, observados os dispositivos legais pertinentes a cada caso e as negociações entre os partícipes, em que será detalhada a participação orçamentária e financeira de cada um dos signatários.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados pelas partes nas atividades inerentes ao presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com as entidades de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária das ações daí decorrentes.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Os partícipes, bem como seus representantes e funcionários, e quaisquer pessoas que em seu nome estejam envolvidas no manuseio das informações, comprometem-se, sem prejuízo da infração penal cabível, quando da violação do disposto na presente cláusula, a:

I - Observar e manter, em toda a sua extensão, o sigilo das informações compartilhadas; e

II - Adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Para a execução do presente acordo, os partícipes se comprometem a respeitar, sempre e em todo momento, os direitos autorais e de propriedade intelectual, e a confidencialidade exigida pela contraparte no intercâmbio de informações e em quaisquer outras atividades.

Parágrafo primeiro. Todo e qualquer direito autoral ou de propriedade intelectual relativo a qualquer produto desenvolvido ou criado no âmbito desse acordo, inclusive quanto aos trabalhos editados em conjunto decorrentes de estudos, pesquisas e levantamentos realizados serão compartilhados entre os partícipes.

Parágrafo segundo. Os partícipes se comprometem a não utilizar os insumos recebidos da contraparte para fins distintos àqueles acordados no presente instrumento, salvo quando devidamente autorizado, por escrito e com antecedência de quinze (15) dias, pelo partícipe proprietário dos insumos ou representante deste.

Parágrafo terceiro. Os partícipes poderão utilizar os resultados e produtos do presente acordo em suas atividades, sempre atentos a não configuração de desvio de finalidade e citando o presente instrumento como fonte.

Parágrafo quarto. Os materiais preexistentes do Ipea, porventura utilizados nos trabalhos objeto deste Acordo, serão protegidos pela Lei de Direitos Autorais, continuando sob a propriedade do Ipea.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO

Os partícipes deverão dar, de forma pública e impessoal, ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados em decorrência deste acordo, restando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de agentes públicos.

Parágrafo único. Toda ação promocional relacionada com o objeto deste acordo deverá ser nominada com as instituições envolvidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REPRESENTANTES

Para gerenciar a execução das atividades decorrentes deste ACT, o Ipea será representado pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais – DINTE e a SNJ pela Coordenação Geral do Comitê Nacional para Refugiados, que indicarão os servidores responsáveis pelo acompanhamento, avaliação, supervisão e fiscalização da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **Ipea** providenciar a publicação do presente acordo, e seus eventuais termos aditivos, em extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Este ACT poderá ser alterado de comum acordo entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante termo aditivo devidamente justificado, vedada a alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA

Este acordo poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo. A intenção de denunciar este acordo deverá ser fundamentada e comunicada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência do ACT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO

A inexecução das obrigações prevista no Plano de Trabalho ensejará a rescisão do acordo firmado. O partícipe que der causa à rescisão perderá em desfavor do outro os direitos sobre as ações e produtos já realizados ou em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente instrumento à conciliação que será promovida pela Advocacia-Geral da União, na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, conforme Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrado êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma em português, perante as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

Brasília, de setembro de 2018.

ERNESTO LOZARDO
Presidente do IPEA

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário Nacional de Justiça

TESTEMUNHAS:

1.		2.	
NOME:		NOME:	
RG:		RG:	
CPF:		CPF:	

	Documento assinado eletronicamente por Ernesto Lozardo, Usuário Externo , em 26/09/2018, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
	Documento assinado eletronicamente por LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a) Nacional de Justiça , em 27/09/2018, às 10:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
	Documento assinado eletronicamente por MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Testemunha , em 27/09/2018, às 12:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
	Documento assinado eletronicamente por MÁRCIA REGINA HERNANDES PEDROZA, Testemunha , em 27/09/2018, às 14:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador 7124894 e o código CRC 02F66C50 . O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.
Referência: Processo nº 08018.004147/2017-48 SEI nº 7124894	

ANEXO B¹

PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2018 – IPEA/SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

1 TÍTULO DO PROJETO

Integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

2 OBJETO

Elaboração de um diagnóstico sobre possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, por meio da realização de pesquisa/entrevistas e elaboração de banco de dados.

3 JUSTIFICATIVA

O presente ACT se mostra necessário tendo em vista a ausência de dados compilados e sistematizados acerca das diversas ações de integração local desenvolvidas junto ao público refugiado e solicitante de reconhecimento da condição de refugiado.

Compreende-se que o levantamento de tais informações, dados e ações que vêm sendo desenvolvidas por órgãos da Administração Pública, da sociedade civil e de organismos internacionais será fundamental para entender quais são as políticas e programas existentes, além de permitir o diagnóstico dos possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7anexoB>

Nesse sentido, os produtos oriundos dos trabalhos desenvolvidos no âmbito deste ACT possibilitarão a construção de indicadores e o aprimoramento de diversas políticas públicas por parte do Estado brasileiro.

4 OBJETIVOS

A pesquisa tem por objetivo caracterizar a integração de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Contará com a participação do Ipea e da SNJ, conjugando esforços destes entes para a obtenção das informações necessárias à execução do projeto. Para lograr o objetivo do estudo será realizado mapeamento das políticas e dos programas para o refúgio no Brasil, bem como coleta e análise das bases de dados das instituições de maior interesse, e pesquisa de campo, através da aplicação de questionários estruturados, dirigida à população de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no país. Os resultados deste estudo serão publicados em forma de livro, artigos e apresentados em seminários.

Objetivo geral

Produzir e disseminar conhecimentos para o aprimoramento de políticas públicas de integração de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Objetivos específicos

- Levantar e sistematizar as informações e os dados de órgãos da Administração Pública, da sociedade civil e de organismos internacionais;
- identificar e caracterizar as questões essenciais à integração junto ao público-alvo; e
- analisar as atividades e as práticas adotadas pelo poder público e seu acesso por refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

5 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa proposta, serão envidados esforços em duas frentes diferentes, porém complementares.

Por um lado, parte-se de estudo bibliográfico e documental com o intuito de mapear as políticas públicas e os programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil. Identificadas as principais políticas públicas, os programas e/ou instituições dedicadas ao atendimento dos refugiados, poder-se-á elaborar, com base nos dados coletados por meio da pesquisa de campo, roteiros

de entrevistas a serem realizadas com os formuladores de políticas públicas, na fase final da pesquisa, haja vista o interesse em identificar os principais gargalos e propor eventuais soluções para as questões de integração local.

Por outro lado, prevê-se a realização de pesquisa de campo com vistas à montagem de uma base de dados sobre a condição dos refugiados residentes no Brasil, viabilizando a análise da integração local. Partindo-se dos dados já disponibilizados (Ipea, 2017; Acnur e CG-Conare) e de constatações feitas durante a pesquisa bibliográfica e documental, a equipe do Ipea elaborará um questionário a ser aplicado no público-alvo (refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil).

Após a formulação da primeira versão do questionário, o referido instrumento de coleta de dados será submetido a pré-teste no Distrito Federal, com vistas a avaliar sua consistência e propiciar eventuais ajustes que se façam necessários.

Uma vez ajustado o questionário, a pesquisa será conduzida na cidade de São Paulo, devido a sua importância representativa no território nacional. Nesta etapa, será feita a escolha da amostra aleatória por conglomerado. Tal escolha é justificada por concentrar parte de uma população em locais estratégicos como centro de acolhimento, igreja etc., para compor parte significativa da população.

Para a realização dessa etapa da pesquisa, a equipe do Ipea buscará parcerias com instituições locais dedicadas ao atendimento do público-alvo, ocupando-se do treinamento e da capacitação dos pesquisadores de campo e da supervisão do processo de aplicação dos questionários e coleta de dados.

O tratamento dos dados pela equipe do Ipea passará pela montagem de entrada de dados, definições das técnicas de codificação, tabulação das questões abertas, geração de banco de dados, confecção das estatísticas, mecanismos de geração de tabelas e gráficos em *software* estatístico para compor o relatório final.

A partir daí a etapa seguinte da pesquisa será definida conforme análise da representatividade de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado das outras regiões brasileiras, seguindo os mesmos procedimentos aplicados na etapa anterior com vistas a identificar os principais gargalos no processo de integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil e propor o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao tema.

6 BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários diretos serão os órgãos da Administração Pública responsáveis pela construção de políticas públicas para refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiados. Os beneficiários indiretos serão os próprios indivíduos público-alvo de tais políticas, ou seja, refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado.

7 VIGÊNCIA

24 meses.

8 CRONOGRAMA

Atividades	Set./2018 Fev./2019	Mar./2019 Ago./2019	Set./2019 Fev./2020	Mar./2020 Ago./2020	Responsabilidade pela execução
1. Pesquisa bibliográfica e documental	X				Ipea
2. Mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil	X				Ipea/SNJ
3. Elaboração da primeira versão do questionário sobre integração local de refugiados no Brasil	X				Ipea/SNJ
4. Aplicação de questionário da amostra parcial (pré-teste)	X				Ipea
5. Construção de banco de dados parcial, com a amostra do pré-teste	X				Ipea
6. Elaboração de Relatório Parcial	X				Ipea
7. Seminário para apresentação e discussão dos resultados parciais da pesquisa	X				Ipea/SNJ
8. Reestruturação metodológica/ajustes no questionário	X	X			Ipea/SNJ
9. Aplicação de questionário na amostra restante		X			Ipea
10. Construção de banco de dados final		X			Ipea
11. Tratamento e análise preliminar dos dados da pesquisa			X		Ipea
12. Revisão final dos dados da amostra			X		Ipea
13. Formulação do roteiro das entrevistas			X		Ipea/SNJ
14. Realização das entrevistas			X	X	Ipea
15. Elaboração do relatório final da pesquisa			X	X	Ipea
16. Seminário de apresentação e discussão dos resultados				X	Ipea/SNJ

9 METAS E ETAPAS

- Meta 1: mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil.
 - Etapa 1: pesquisa bibliográfica e documental.
 - Etapa 2: mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil.
 - Etapa 3: elaboração da primeira versão do questionário sobre integração local de refugiados no Brasil.
 - Etapa 4: aplicação de questionário da amostra parcial (pré-teste).
- Meta 2: criação de uma base de dados sobre refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado residentes no Brasil.

- o Etapa 1: construção de banco de dados parcial, com a amostra do pré-teste.
- o Etapa 2: reestruturação metodológica/ajustes no questionário.
- o Etapa 3: aplicação de questionário na amostra restante.
- o Etapa 4: construção de banco de dados final.
- Meta 3: elaboração de diagnóstico dos problemas de integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
 - o Etapa 1: elaboração de relatório parcial.
 - o Etapa 2: tratamento e análise preliminar dos dados da pesquisa.
 - o Etapa 3: elaboração do relatório final da pesquisa.

10 RESULTADOS ESPERADOS

- Indicação de possíveis aprimoramentos nas políticas públicas (práticas e formas de acesso); elaboração de artigos de apoio;
- realização de oficinas e seminários; e
- livro com os resultados da pesquisa.




11 CONCLUSÃO

Diante do exposto e entendendo que o presente plano de trabalho permitirá a construção de um diagnóstico de possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas do Estado brasileiro para este grupo de indivíduos e para o fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos, aprova-se o presente plano de trabalho.

Por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma em português, perante as testemunhas a seguir, para que produza os efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

TESTEMUNHAS:

1.		2.	
NOME:		NOME:	
RG:		RG:	
CPF:		CPF:	

	<p>Documento assinado eletronicamente por Ernesto Lozardo, Usuário Externo, em 26/09/2018, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a) Nacional de Justiça, em 27/09/2018, às 11:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.</p>
	<p>A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador 7120377 e o código CRC 0D3FC73E.</p> <p>O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.</p>
<p>Referência: Processo nº 08018.004147/2017-48</p>	

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Imagem da capa

Antonio Cruz

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

